

GEOGRAFIA E SOCIEDADE

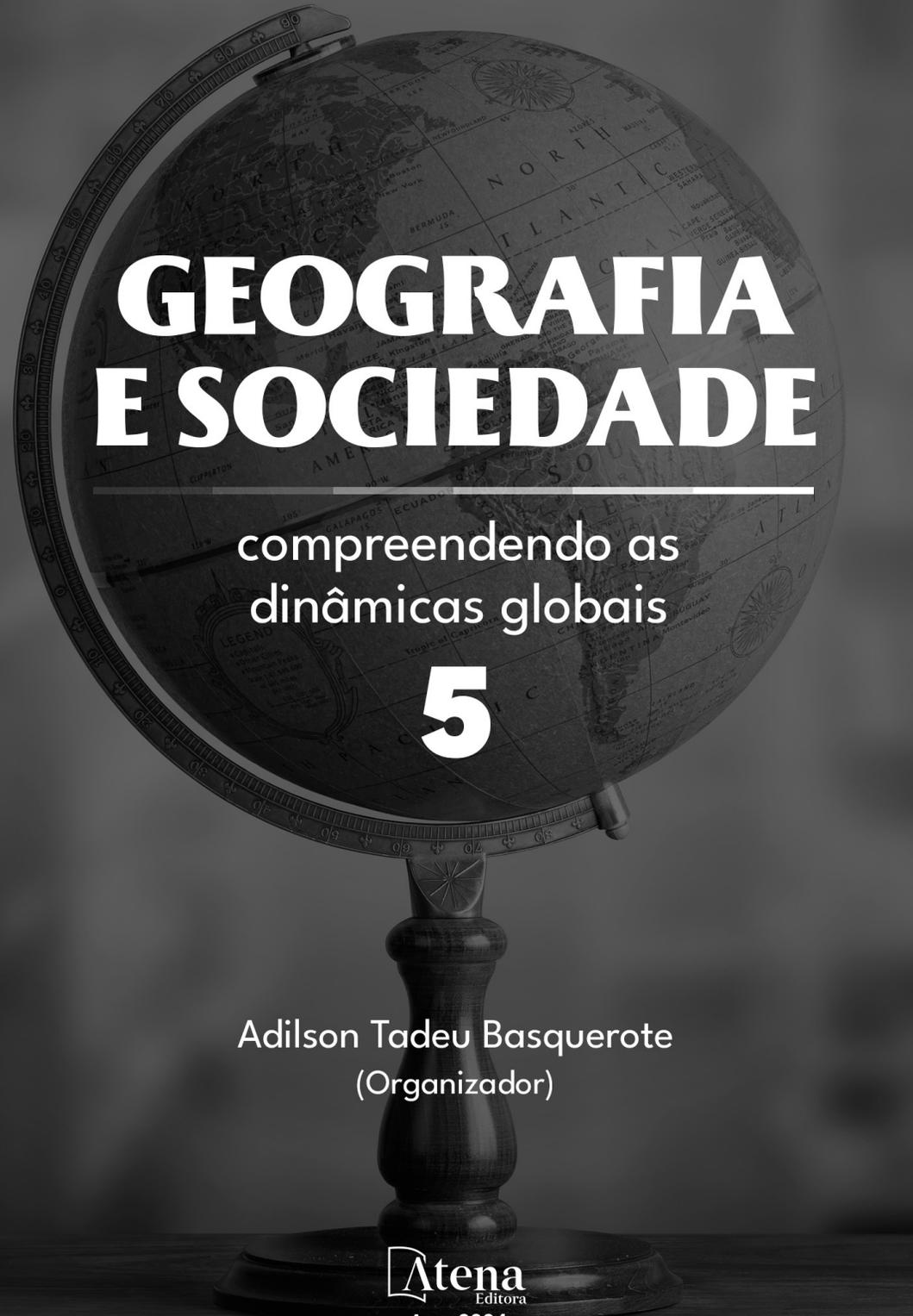
compreendendo as
dinâmicas globais

5

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2024



GEOGRAFIA E SOCIEDADE

compreendendo as
dinâmicas globais

5

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais 5

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
G345	<p>Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais 5 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2621-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.219241007</p> <p>1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A obra: **“Geografia e sociedade: compreendendo as dinâmicas globais 5”**, reúne estudos que se debruçam sobre diferentes áreas da Geografia como ciência. Por meio de pesquisas transdisciplinares realizadas em diferentes contextos, revela - se a constituição do espaço geográfico das relações humanas e dos processos de integração promovidos na contemporaneidade.

Entre os temas abordados destacam - se a acessibilidade pendonal, a expansão do capital turístico - imobiliária e urbana, a ação de mulheres camponesas, infraestrutura urbana, ilhas de calor, geopolítica, desterritorialização das comunidades tradicionais, entre outros. Tais pesquisas, resultam de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras e uma proveniente de Guantánamo, Cuba e outra da Hungria.

O livro é composto por sete capítulos, que entrelaçam pesquisas empíricas e teóricas, que abarcam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento. Assim, reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Para mais, reforça - se a prerrogativa da importância da Atena Editora, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1 1

GESTIÓN AMBIENTAL PARTICIPATIVA, COMO CONTRIBUCIÓN AL DESARROLLO SOSTENIBLE, EN EL LA COMUNIDAD DE SIMÓN BOLÍVAR, CUBA

Marilys Castro Castillo
 Midiala Rodríguez Reyes
 Neolia Pujol Luna
 Idania Hernández Ramos
 José Alexis Rodríguez Gago
 Adilson Tadeu Basquerote

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2192410071>

CAPÍTULO 2 17

ACESSIBILIDADE PENDONAL DO CORREDOR CENTRAL DA CIDADE DE MONTE ALTO-SP

Leandro Bonani
 Gilberto Aparecido Rodrigues
 Kátia Cristina Galatti
 Maria Aparecida Bovério
 Luciana Aparecida Ferrarezi
 Isabel Cristina Rodrigues
 Carlos Pereira de Castro Filho
 Vanessa Amaro Veirar
 Luciano de Jesus Rodrigues de Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2192410072>

CAPÍTULO 336

EXPANSÃO DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NAS ILHAS DE TINHARÉ E BOIPEBA: ESTRATÉGIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Leonardo Fiusa Wanderley

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2192410073>

CAPÍTULO 453

EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE MATÃO - SP USANDO GEOTECNOLOGIA DE ACESSO LIVRE

Jéssica Aline Daguano
 Gilberto Aparecido Rodrigues
 Kátia Cristina Galatti
 Roberta Angela da Silva
 Maria Aparecida Bovério
 Luciana Aparecida Ferrarezi
 Carlos Pereira de Castro Filho
 Vanessa Amaro Vieira
 Luciano de Jesus Rodrigues de Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2192410074>

CAPÍTULO 5 71

ILHAS DE CALOR E CONFORTO TÉRMICO NA CIDADE DE SALVADOR, BA. AS CONDIÇÕES DE STRESS TÉRMICO POSITIVO NO BAIRRO DE CAJAZEIRAS

Jefferson dos Santos Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2192410075>

CAPÍTULO 687

FORÇA, FÉ E RESISTÊNCIA:UM EXEMPLO DA MULHER CAMPONESA GOIANA

Roberta Steward

Maria Idelma Vieira da D'Abadia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2192410076>

CAPÍTULO 795

EI NACIMIENTO DEL MUNDO MULTIPOLAR Y LOS FUNDAMENTOS GEOPOLÍTICOS E HISTÓRICOS DE LA ESTRATEGÍA IMPERIAL DE LA POLÍTICA EXTERIOR RUSA

Szilágyi István

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2192410077>

SOBRE O ORGANIZADOR 115**ÍNDICE REMISSIVO 116**

GESTIÓN AMBIENTAL PARTICIPATIVA, COMO CONTRIBUCIÓN AL DESARROLLO SOSTENIBLE, EN EL LA COMUNIDAD DE SIMÓN BOLÍVAR, CUBA

Data de aceite: 01/07/2024

Marilys Castro Castillo

MSc. Departamento de Conservación y Manejo. Parque Nacional Caguanes
<https://orcid.org/0000-0002-4356-1321>

Midiala Rodríguez Reyes

MSc. Departamento de Conservación y Manejo. Parque Nacional Caguanes
<https://orcid.org/0000-0002-6867-4330>

Neolia Pujol Luna

MSc. Departamento Científico Técnico. Parque Nacional Caguanes
<https://orcid.org/0000-0002-3687-7676>

Idania Hernández Ramos

MSc. Departamento de Conservación y Manejo. Parque Nacional Caguanes
<https://orcid.org/0000-0001-6328-7766>

José Alexis Rodríguez Gago

MSc. Dirección de Desarrollo Local AMPP Yaguajay
<https://orcid.org/0009-0001-8859-9809>

Adilson Tadeu Basquerote

Dr. C., Universidad para el desarrollo del Alto Valle de Itajaí (UNIDAVI), Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

RESUMEN: En la actualidad el campo de la gestión ambiental y su control imponen nuevos retos, esta comprende acciones desde y para la sociedad. La participación concreta y discusión para encontrar soluciones colectivas a problemas ambientales, hacen posible mitigar la contaminación del medio en las comunidades costeras como Simón Bolívar. Estos elementos afectan los ecosistemas y favorecen la transmisión de enfermedades a los pobladores, por lo que se hace necesario aplicar una metodología para la gestión ambiental participativa, que contribuya a la calidad ambiental y la transformación de los entornos. La implementación de una adecuada gestión ambiental, como una alta prioridad en su aplicación, permite, unido al incremento de los desastres originados por el cambio climático y meteorológico, resolver estas insuficiencias en un proceso interactivo que tribute coherentemente con procedimientos, herramientas en el seguimiento y mejora. El diseño y aplicación de una metodología, unida a las potencialidades que brinda la participación activa de todos los sujetos naturalmente involucrados, mejora la organización del trabajo comunitario en el área de intervención, que serán determinantes para mejorar la calidad de vida de los habitantes, a partir de los recursos disponibles.

PALABRAS CLAVE: gestión ambiental participativa, sociedad, soluciones colectivas.

INTRODUCCIÓN

Los océanos y mares cubren más del 70 % de la superficie de la Tierra. Estos son esenciales para el planeta y el bienestar de la población, regulan el clima, generan la mayor parte del oxígeno que se respira y proporcionan recursos naturales y alimentos. También sirven como base para gran parte de la economía mundial, apoyando sectores como el turismo, la pesca o el transporte marítimo internacional, y empleando a millones de personas.

Asimismo, los océanos son fundamentales para contrarrestar los efectos del cambio climático, ya que actúan como reguladores del clima absorbiendo el calor atmosférico, además desde 1980 han absorbido entre el 20 y el 30% de las emisiones de dióxido de carbono generadas por el ser humano. A pesar de su importancia, los océanos se enfrentan a amenazas sin precedentes, debido a la actividad humana. El aumento de las emisiones de carbono de las últimas décadas ha generado, además del incremento del nivel del mar, una acumulación de calor en los océanos y un aumento de su acidificación lo que impacta sobre la biosfera marina, poniendo en peligro la seguridad alimentaria al verse afectada la pesca y la acuicultura. La contaminación, la destrucción del hábitat y la sobreexplotación de los recursos oceánicos contribuyen también a agravar la disponibilidad de los recursos marinos y costeros.

Aproximadamente el 90% de la zona marino - costera del municipio de Yaguajay está bajo régimen de protección. Posee diversidad de ecosistemas marinos y costeros tales como: la franja de ciénaga litoral con manglares, que presentan condiciones hidrológicas propias, influenciadas por ciclos periódicos, estacionales y ocasionales, relativos al escurrimiento superficial y al comportamiento de las mareas y corrientes marinas. Ello propicia un régimen hídrico dinámico que se caracteriza por el constante intercambio de aguas. Cuenta con un sistema lagunar de aproximadamente 80 lagunas de diferentes dimensiones y estacionalidad. Se considera un ecosistema de gran importancia ya que garantiza el suministro de nutrientes y materiales orgánicos para las zonas costeras por medio del intercambio de materia y energía. Constituye un hábitat para especies de peces, ya que la mayoría de estas dependen de manera parcial o total de este hábitat para una parte de su ciclo de vida o alimentación.

Este ambiente, por sus hábitats poco profundos y protegidos, resulta imprescindible para especies migratorias de aves, constituyendo lugares ideales para la reproducción y refugio. Una parte importante de estos ecosistemas lo constituyen los manglares, que forman un tipo de vegetación esencialmente tropical, compuesta por árboles tolerantes a la salinidad y a la fluctuación de los niveles del agua. Los bosques de manglar muestran una gran variabilidad en cuanto a su desarrollo estructural. Esta variabilidad es el resultado

de la respuesta de la vegetación a los múltiples factores físicos que operan a distintas intensidades en el ambiente.

Estos incluyen las concentraciones de nutrientes, cantidad y periodicidad de la escorrentía, precipitación e intensidad de la evaporación, además de la operación de sensores tales como las bajas temperaturas, heladas, sequías, alta salinidad, entre otros. Los mismos contribuyen a mantener el balance químico de las aguas, suministrar nutrientes y proveer el hábitat de muchas especies de peces, invertebrados y plantas epífitas, además son barreras de protección de la zona costera.

Los estudios realizados en esta área, demuestran un prolongado proceso de antropización provocado por las diversas actividades socioeconómicas históricamente desarrolladas en el territorio, la explotación forestal, agricultura, ganadería, vertimiento de residuales, entre otras. Como resultado, los sistemas ambientales presentes y sus valores naturales e históricos - culturales, evidencian impactos por lo que se hace necesario cumplir las exigencias del ordenamiento ambiental para eliminar conflictos de uso y el aprovechamiento sostenible de las potencialidades naturales.

Para el manejo, deberá priorizarse la restauración de ecosistemas y paisajes degradados por la actividad humana, y los resultantes de la acción de eventos naturales extremos, erradicando los conflictos de propiedad sobre la tierra y la presencia de uso incompatibles con la conservación incluyendo las áreas de amortiguamiento. Se debe potenciar un mejor conocimiento de las funciones que debe cumplir cada área en la zonificación funcional del área marina, distribuyendo mapas contentivos de su zonificación. Involucrando los inspectores, directivos empresariales y actores comunitarios. La divulgación, información y educación ambiental, pueden apoyarse en el fomento de una estrategia de comunicación que incluya el uso de las plataformas digitales y el trabajo con la emisora local. Para lograr un perfeccionamiento de la gestión ambiental en el área, podría ser de utilidad la incorporación en los estudios de los fenómenos asociados a la variabilidad climática y su efecto en los ecosistemas y la biodiversidad.

La naturaleza es objeto y los humanos objeto - sujeto de la gestión ambiental. Es decir, de nuestra actuación como sujetos dependerá la sustentabilidad de la naturaleza y de la sociedad, ambos objetos de la gestión. Gracias a esto, se ha ido imponiendo el concepto y la práctica de la gestión ambiental, a la luz del desarrollo sustentable. La gestión forma parte de la estrategia formulada por los ideólogos del desarrollo.

La sostenibilidad y sustentabilidad han ido apareciendo como conceptos en distintas disciplinas naturales, técnicas o sociales, con el fin precisamente de plantear la relación existente entre lo socioeconómico y tecnológico con las leyes de la naturaleza. Desde esta perspectiva surge la gestión ambiental en el contexto del desarrollo sostenible o sustentable. La sustentabilidad implica la gestión eficiente de los recursos naturales y los ecosistemas, en relación con la demanda antrópica que de ellos se hace. Por ello el concepto de sustentabilidad parte de dos premisas básicas, que son:

- Primero, la escala y el índice de utilización de materiales y energía a través del sistema económico están sometidos a una limitación entrópica.
- Segundo, la intervención humana (pública, empresarial y cívica) es necesaria, porque el mercado por sí mismo es incapaz de reflejar la limitación de un recurso natural o ecosistema, de modo preciso. Si los fallos de mercado y las externalidades negativas existen, que es como explica la teoría económica los problemas ambientales, esto exige una dosis alta de intervencionismo, en primera instancia gubernamental y en segunda instancia de los consumidores y grupos de interés (ONGs Ambientalistas), para presionar de esta forma a los productores o agentes privados para que asuman una posición ecoética frente al manejo de los recursos y la naturaleza.

La gestión ambiental participativa (GAP) trasciende hasta las comunidades, pone en constante relación a sus pobladores con los recursos naturales que sirven como soporte en el desarrollo de sus actividades más cotidianas; estas van a generar impactos que favorecen el ambiente, ya sea sobre el agua, el aire, el suelo, la flora y la fauna.

Estas necesidades identificadas, sus causas y consecuencias nos llevan a formular el siguiente problema de investigación: ¿Cómo implementar la gestión ambiental que necesita el municipio de Yaguajay que contribuya al desarrollo sostenible de comunidades costeras de forma participativa, utilizando la ciencia, la tecnología y la articulación de diversos actores del territorio?

La solución a esta investigación, se orienta hacia la necesidad de implementar los procesos de gestión ambiental participativos, como contribución al desarrollo sostenible de una comunidad costera, a partir de la capacitación, articulación de actores y generación de proyectos sociales que eleven la calidad de vida. Utilizando los recursos humanos con que contamos, para de una manera participativa hacer sentir a la comunidad que son parte del problema, pero también de la solución. Impactando positivamente en el medio que nos rodea, elevando el nivel de percepción, rescatando parte de nuestra identidad, salvaguardando nuestra salud y bienestar.

DESARROLLO

El municipio de Yaguajay está situado en la costa norte de la provincia de Sancti Spíritus. Limita al norte con el Océano Atlántico y al sur con los municipios de Cabaiguán, Taguasco y Jatibonico; al este, con la provincia de Ciego de Ávila - municipios Chambas y Florencia - y al oeste, con Villa Clara - municipios Caibarién y Remedios - , posee una extensión de 1 032,28 kilómetros cuadrados. La actividad económica fundamental, en la actualidad, es la agricultura, con énfasis en la ganadería y los cultivos varios.

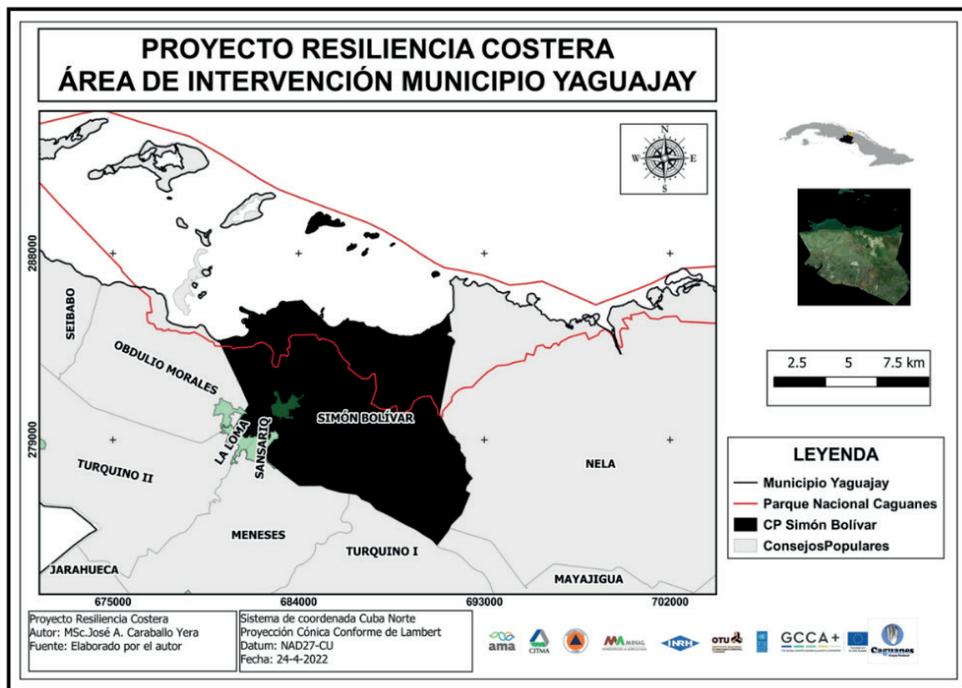


Figura 1. Mapa de Ubicación Geográfica

Fuente: José Armando Caraballo (2023).

A partir de las potencialidades tanto productivas y profesionales, del municipio, se fueron creando posibilidades para la inserción del trabajo con proyectos tanto nacional e internacional, así como la ampliación de las capacidades del conocimiento. Es necesario resaltar las acciones que fundamentan el nacimiento de una Forma de Organización Intensiva del Conocimiento y la Innovación en Yaguajay. Los antecedentes del trabajo con proyectos (Proyecto Yaguajay (1993), desde 1996 el Municipio trabaja con una Estrategia de Desarrollo Territorial.

El CUM del municipio lidera la gestión del conocimiento, transferencia de tecnologías y la innovación graduando a más de 2000 profesionales. Cuenta con un Programa de Maestría en Gestión del Desarrollo Local donde se han graduado 40 Máster en las dos ediciones concluidas, en alianza con otras universidades del país y el extranjero. Cuenta con 5 doctores y dos en fase de discusión y más de 30 profesionales de diversas ramas del municipio integrados en una escuela doctoral Experiencia en la gestión de Proyectos de Colaboración Internacional.

El Municipio cuenta con un Plan de Desarrollo Integral, tiene aprobada la Estrategia de Desarrollo Local. Como municipio tiene experiencia en la gestión de plataformas financieras para la ejecución de proyectos nacionales, internacionales y programas nacionales del CITMA. Municipio que cuenta con 5 Áreas Protegidas con categorías de

Manejo: de ellas un Parque Nacional con categoría Ramsar, área núcleo de la Reserva de la Biosfera; y bajo un manejo integrado costero cuenta con sitios declarados Monumentos Locales y está ubicada en la lista indicativa para acceder a la condición de Patrimonio Natural de la Humanidad.

El Parque Nacional Caguanes con una extensión total de 20 490 ha, de ellas 11 990 ha son marinas y 8 500 ha terrestres, ha sido designada para proteger la integridad ecológica de sus ecosistemas, que son de importancia regional y nacional haciendo énfasis en los ecosistemas Cársico, ecosistema Lagunar, humedal ciénaga de La Guayabera, palmas del género Copernicia, Iguana (*Cyclura nubila nubila*), patrimonio histórico - cultural. Se maneja principalmente con fines de conservación de la diversidad y estabilidad ecológica, así como de los factores que influyen en la regulación del medio ambiente.

Sus funciones incluyen preservar en su estado natural ejemplos representativos de regiones físico - geográficas, comunidades bióticas, recursos genéticos y especies; permitir su evolución natural y garantizar la conservación de la diversidad biológica. Otras de las funciones es promover el respeto por los atributos ecológicos, geomorfológicos, culturales o estéticos que han justificado la designación; en un ambiente natural tales como, los recursos históricos y culturales, geoformas submarinas, Cayos de Piedra, bajos o restingas, playas naturales, lagunas costeras, praderas marinas y ecotonos entre manglares y seibadales.

Se promueve la educación del público que visita el área, en el sentido de interpretar la naturaleza y la historia, para su conocimiento, apreciación y disfrute; satisfacer las necesidades de las poblaciones autóctonas a través de prácticas sostenibles de uso de los recursos; proporcionar oportunidades para la recreación y el turismo. También entre sus funciones destacan proteger, manejar y fomentar los recursos naturales con fines espirituales, científicos, educativos, recreativos y turísticos, para garantizar la preservación de dichos valores a un nivel que permita mantener el área en estado natural o seminatural indispensables de preservar y gestionar con sabiduría por las propias comunidades.

En este caso la comunidad Simón Bolívar, ubicada en la parte norte del municipio, limitando al norte con el área marina del PNC, al sur con el consejo popular Sansaric, al oeste con el consejo Popular Obdulio Morales, y al este con el Consejo Popular Mayajigua. En este sentido, el conocimiento y las acciones que hoy se realizan en cuanto a gestión ambiental están dispersos y no son suficientes en la comunidad, esto se evidencia por el número de problemáticas identificadas por las demandas de los electores, el estudio de percepción ambiental, y el diagnóstico sociocultural del Consejo Popular Simón Bolívar.

Por lo que se hace necesario darle continuidad a estas acciones, de manera que respondan propiamente a los objetivos propuestos. Aún resulta insuficiente el conocimiento sobre el manejo de los valores naturales, patrimoniales e histórico - culturales existentes en el área, tanto por parte de las instituciones, como de las comunidades que incide dentro de ella. Con este proyecto se pretende concretar la totalidad de las acciones, objetivos, temáticas y grupos meta en un programa único.

Para lograr esto, en el caso específico de la comunidad de Simón Bolívar se cuentan con 1 promotor cultural, 12 promotores ambientales, 1 bibliotecaria, 1 técnico de recreación, 1 especialista en género y 1 funcionario de la AMPP Yaguajay (presidente de Consejo Popular) donde sus misiones fundamentales son educar, capacitar, concientizar para elevar la calidad de vida de los pobladores en las zonas costeras, contribuyendo a la recreación sana, al esparcimiento, a identificar y desarrollar su identidad histórico - cultural, a cuidar y proteger el medio ambiente, a gestionar eficientemente los recursos naturales que poseemos.

Así, el objetivo general de la investigación Desarrollar y evaluar los procesos de gestión ambiental participativos como contribución al desarrollo sostenible, a partir de la capacitación, articulación de actores y generación de proyectos sociales que eleven la calidad de vida, definiendo un programa de acciones educativas, profilácticas, científicas, promocionales y prácticas, utilizando como medio eficaz los grupos comunitarios.

Por otro lado, los objetivos específicos son:

1. Elaborar vías para lograr la participación conscientemente en el desarrollo social y económico del territorio, apostando por la consolidación de las instituciones y organizaciones existentes para el desarrollo de prácticas más sostenibles de gestión ambiental.
2. Lograr el diseño adecuado para la promoción eventos y encuentros que permitan conocer mejor la realidad local.
3. Evaluar la pertinencia del proceso local de rescate de tradiciones, costumbres y saberes ancestrales, con énfasis en las relacionadas con la historia natural, social y local de la comunidad.
4. Estudiar las vías más efectivas para fomentar la participación de niños, adolescentes, jóvenes, adultos mayores, mujeres y discapacitados en el proceso de educación ambiental.
5. Reforzar el enfoque de género en las prácticas de Educación Popular Ambiental.
6. Proponer una metodología que propicie una mayor articulación entre las instituciones y organizaciones en el desarrollo de proyectos socio ambientales y de desarrollo local.

Generalizar los resultados alcanzados mediante publicaciones de artículos en revistas, publicaciones seriadas y lograr compilar una biblioteca digital sobre los temas estudiados y sus resultados.

METODOLOGÍA

El proyecto se desarrollará a partir de la propuesta de metodológica de Gestión Ambiental Participativa para comunidades costeras que cuenta con 4 fases:

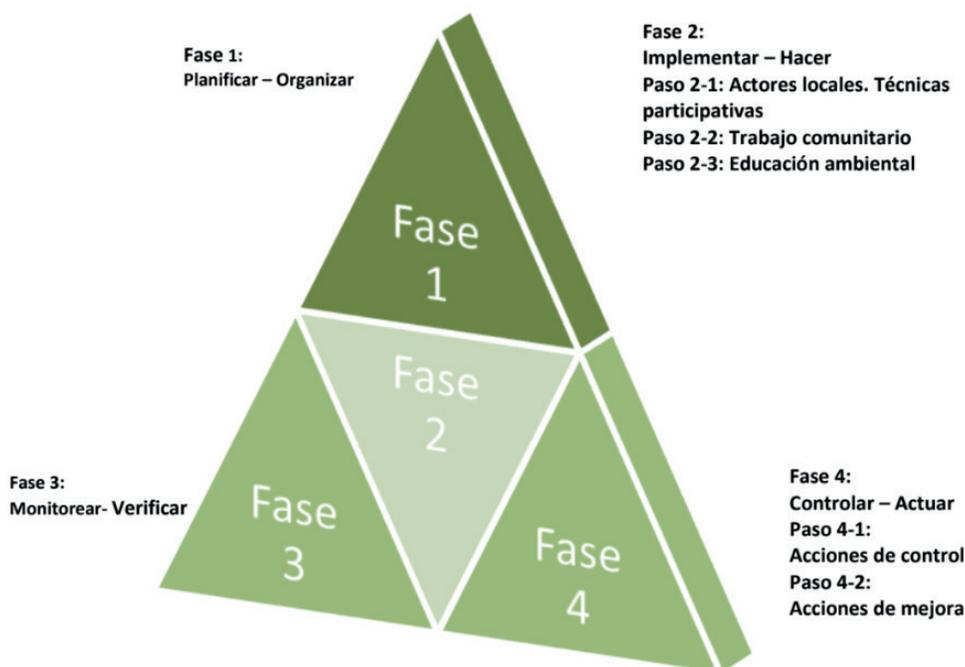


Figura 2. Propuesta de Metodológica
Fuente: elaborado por los autores (2023).

Fase 1: Planificar - Organizar

Objetivos: Planificar las acciones para desarrollar con éxito la metodología.

Organizar el trabajo en la comunidad.

Esta fase se inicia con la realización de una evaluación inicial, de la comunidad objeto de la investigación. Los pobladores, unidos a los especialistas, al equipo principal y el complementario evaluarán la realidad del contexto, el compromiso de las autoridades locales en la comunidad a participar en momentos claves, además de coordinar con la misma las fechas de trabajo de campo y conciliarlas con otras acciones o actividades existentes. Los integrantes de los equipos que no conviven en la comunidad tendrán que basarse en la percepción y las ideas de los pobladores, requisito indispensable para poder entablar un diálogo acerca de la realidad y perspectivas de su desarrollo endógeno.



Figura 3. Organización del trabajo.

Fuente: Tomada por los autores (2023).

Fase 2: Implementar - Hacer

Objetivo: Aplicar las acciones que contribuyan a una mejor calidad ambiental y la transformación de los entornos.

Paso 2 - 1: Actores locales. Técnicas participativas

Los actores locales ejecutarán acciones y actividades de cambio, además de la aplicación de las técnicas participativas en la comunidad objeto de estudio, estas son herramientas dentro del proceso de GAP que ayudarán a fortalecer y a concientizar la comunidad teniendo en cuenta los resultados cuantitativos que se obtengan. Permiten transmitir a los pobladores enseñanzas positivas para transformar las actitudes y lograr el objetivo propuesto con su aplicación.

Se desarrollarán en dos etapas:

Primera etapa:

En la primera etapa intervienen los líderes comunitarios con la dirección de las entidades educativas, productivas del entorno, equipos y especialistas, para compartir información, intercambiar ideas, unir esfuerzos en la solución de los problemas. Técnicas: observación, trabajo en grupo, utilizar la base de datos. Se expondrá las propuestas de acciones y actividades que pueden variar de acuerdo al análisis de los contextos estudiados. Se realiza el control y evaluación de las acciones y actividades que estuvieron en correspondencia con los problemas ambientales detectados en la comunidad, con la participación directa de los pobladores y dirigidos por el equipo principal. Para medir el trabajo comunitario y la educación ambiental es preciso que luego de realizadas las acciones y actividades muestren su cumplimiento mediante el control que se realice.

Segunda etapa: implementación, evolución y control de las técnicas participativas para el trabajo comunitario y ambiental.

La realización de la segunda etapa permite la implementación de estas técnicas para el trabajo comunitario y la educación ambiental, ejecutado por líderes de la comunidad escogida, con la orientación del equipo principal y especialistas de Educación, Cultura, INDER, Universidad y el Ministerio de Ciencia Tecnología del Medio Ambiente (PNC), AMPP y todos los organismos municipales según el caso.



Figura 4. Actividades educativas.

Fuente: Tomada por los autores (2023).

Paso 2 - 2: Trabajo comunitario

El trabajo comunitario como componente de la metodología de GAP tiene como función promover el desarrollo sostenible, además de preservar y desarrollar el medioambiente y la cultura local. En correspondencia a lo antes expuesto los líderes comunitarios tendrán que cumplir los siguientes requisitos, de no cumplirlos serán capacitados por los especialistas y el equipo principal.

- Ser líder natural.
- Saber organizar su trabajo, planificarlo y ejecutarlo en el orden previsto.
- Establecer buenas relaciones con el resto de los líderes, tanto formales como comunitarios.
- Dominar técnicas de participación, poseer habilidades para la conducción de talleres y debates que logren la incorporación mayoritaria de los diferentes grupos etarios, involucrados directamente en los problemas por resolver.
- Poseer buen nivel de asimilación tanto para las críticas a la realización de su labor comunitaria, como para las sugerencias y nuevas propuestas que se incrementen a lo ya planificado. Además, deberán ser creativo, poseer iniciativas para añadir a las orientaciones generales todo cuanto pueda hacer más efectivo el trabajo comunitario.

El trabajo comunitario permitirá a los pobladores, aprender a vivir en su comunidad, dinamizar sus potencialidades en las actuales condiciones y asimilarlo, siendo los verdaderos protagonistas en la aplicación de la metodología. Además, el vínculo que existe entre la comunidad por las acciones que se realicen con las entidades e instituciones, en un proceso interactivo de acercamiento, les permitirá desarrollar las actividades de conjunto en su quehacer diario, no solo en el cierre de los ciclos productivos, chequeos emulativos, saneamientos del entorno, técnicas participativas, sino porque esto repercute en sus condiciones de vida tanto materiales como espirituales.



Figura 5. Actividades comunitarias

Fuente: Tomada por los autores (2023).

Paso 2 - 3: Educación ambiental

La educación ambiental es otro de los componentes de la metodología para la GAP, se estructura de acuerdo con la formación e intereses de los diferentes pobladores, no sólo para la conservación de los recursos naturales y la transformación de los entornos, ofrece un servicio o un bien ambiental además de preparar, potenciar los conocimientos, habilidades, valores y actitudes de los pobladores. La evaluación de las técnicas participativas y los resultados en la ejecución de estas se realizarán con la participación de la población, a partir de los problemas medioambientales que se detecten.

Corresponde al equipo principal crear los mecanismos de información necesarios para recopilarla y procesarla. Dentro del desarrollo y aplicación de la metodología para la GAP, juega un papel importante la capacitación, la cual permite que se ejecuten periódicamente por personal especializado, acerca de la propuesta contamos con diferentes temáticas como son:

- El trabajo comunitario integrado y su ejecución.
- La importancia de demostrar el uso óptimo o eficiente de los recursos naturales de manera sostenible.
- La sensibilidad por la protección de la naturaleza como parte de la vida cotidiana de los comunitarios, de sus necesidades vitales, tanto de la supervivencia de la especie como desde la dimensión cultural por medio de la educación ambiental.
- Las políticas de desarrollo que permiten abordar y superar los problemas locales, avanzar en las nuevas tecnologías, en la actividad económica además de otros temas de interés para todos.
- Participación comunitaria y desarrollo de una conducta responsable.
- La familia en el desarrollo de una cultura ambiental.
- Los medios masivos de comunicación en la formación de concepciones sobre el medio ambiente.
- Estas temáticas favorecen la toma de conciencia sobre los problemas sociales, económicos, ambientales que sirven de obstáculo al bienestar individual y colectivo, además al cambio de actitudes y conductas.
- Para ello, los líderes comunitarios, pobladores y el equipo principal deberán tener en cuenta:
 - Coordinación con instituciones como la Delegación Territorial o provincial del CITMA; la Dirección Municipal de Educación (Ministerio de Educación, MINED); Dirección Municipal de Cultura (Ministerio de Cultura, MINCULT); y la Universidad que facilite personal idóneo para la impartición de seminarios.
 - Promoción de materiales de consulta y localización de audiovisuales sobre temas medioambientales.
 - Técnicas: Observación, trabajo grupal, tormenta de ideas, revisión documental, árbol de problemas, matriz DAFO, entrevista.



Figura 6. 4 Actividades educativas.

Fuente: Tomada por los autores (2023).

Fase 3: Monitorear - Verificar

Objetivo: Evaluar el grado de aplicación de las acciones desarrolladas, en la fase dos, los efectos que se originan por estas y el incremento de la transformación de los entornos. Para ello, se tiene que monitorear el trabajo que se realice para la preservación de los recursos naturales de conjunto con el ambiente comunitario, como mecanismo de gestión, igualmente la evaluación de estas y su cumplimiento.

Fase 4: Controlar - Actuar

Objetivo: Diseñar las acciones necesarias para el control y las mejoras.

Paso 4 - 1: Acciones de control

El equipo principal, junto a los equipos complementarios, tiene que tener en cuenta:

1. Controlar las acciones realizadas para el control y las mejoras mediante las regulaciones ambientales establecidas para el cuidado de los recursos naturales y los entornos.
2. Establecer chequeos para el cumplimiento de las acciones, así como de otras actividades en la preservación de los recursos naturales y la transformación de los entornos, mediante los equipos de trabajo ayudados por los actores locales, las instituciones y el gobierno como componentes básicos en la toma de decisiones.

Paso 4 - 2: Acciones de mejora

Plantear medidas correctivas precisas que permitan disminuir las dificultades respecto a lo planificado, relacionadas con las deficiencias detectadas por la evaluación inicial en los entornos comunitarios. Se podrá efectuar si se considera por parte del equipo principal, un estudio de satisfacción por la aplicación de la metodología GAP.

Al concluir se realizará una evaluación final donde se procesen los resultados de las encuestas aplicadas a la comunidad, basado en el paquete estadístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para Windows. La metodología propuesta y su aplicación expresa un proceso de GAP, que ayudará con los resultados al incremento de la calidad ambiental y la transformación de los entornos.

Durante la aplicación de la metodología deberá cumplirse cada una de las fases con sus pasos, cuando incumpla una, tiene que retroceder a la fase anterior. Como principal población de objeto de estudio se tienen los 1718 pobladores de la comunidad costera Simón Bolívar. El uso de diferentes técnicas de investigación científica, permitirá la sensibilización de los sujetos que formarán parte del proyecto, así como los beneficiados con este, creando capacidades innovadoras que permitirían un mejor enfoque para la toma de decisiones y su ejecución.

RESULTADOS

1. Mejorada la organización del trabajo comunitario en el área de intervención.
2. Lograda la estrategia de formación y capacitación de los promotores y diferentes grupos metas de la población en diferentes temas como son los medioambientales, higiénico sanitario, cultura e historia local entre otros.
3. Obtenida la coherencia teórico - metodológico en el proceso de Educación Popular Ambiental.
4. Implementada la articulación de experiencias locales y actores sociales.
5. Lograda la divulgación de las experiencias de educación popular ambiental.

Logrado el acompañamiento metodológico a proyectos de educación popular ambiental y de desarrollo local comunitario, la equidad social en materia de género y la participación social para el empoderamiento de los actores sociales en la gestión ambiental.

Salidas: Constituyen salidas de la investigación las siguientes:

- Proyecto de la investigación y plan de actividades para la realización del mismo, informes de los talleres con los grupos comunitarios de trabajo.
- Informes trimestral, semestral y anual con la evaluación del proyecto y del cumplimiento del sistema de indicadores propuestos
- Participación en eventos nacionales e internacionales, socializando resultados y experiencias.
- Publicaciones de artículos científicos en revistas e informes parciales y final de la investigación.
- Publicación de materiales generados como resultados del proyecto.
- Actualización del estudio de percepción ambiental.

Propuesta metodológica para la implementación de la gestión ambiental participativa en comunidades costeras.

CONCLUSIONES

Para los investigadores, el proyecto constituye una oportunidad de crecimiento ampliación de las capacidades científicas de cada uno de los investigadores del proyecto y del colectivo en general. El colectivo del proyecto se caracteriza por la composición heterogénea en cuanto a profesiones, saberes, experiencias anteriores, etc., que ahora se unen en un proceso de solución de problemas en grupo para cumplir un objetivo común.

IMPACTO CIENTÍFICO

La identificación de las capacidades innovadoras en los actores implicados y que han tenido incidencia capta un conocimiento que propiciaría nuevos comportamientos en los diferentes procesos. A partir de la información validada por la aplicación de métodos científicos

Haber identificado las características socioeconómicas, ambientales y las necesidades reales para la mejora de la calidad de vida. Determinar las capacidades innovadoras de los actores claves en la comunidad. Lográndose las articulaciones entre las distintas entidades y actores locales.

IMPACTO SOCIAL

Posibilita el incremento de la responsabilidad social en el cumplimiento de los compromisos de la entidad estatal, contribuye a elevar el nivel cultural de estos pobladores que benefician el desarrollo socio - comunitario en las localidades rurales, influyendo significativamente en las condiciones de trabajo y relaciones de los promotores con las comunidades costeras.

IMPACTO AMBIENTAL

Permite el logro de transformaciones en hábitos, conductas y saberes en la esfera medioambiental, así como la implementación de la gestión ambiental participativa, sensibilización y comunicación popular en las comunidades costeras. Logra constante relación entre sus pobladores con los recursos naturales que sirven como soporte en el desarrollo de sus actividades más cotidianas; estas van a generar impactos que favorecen el ambiente, ya sea sobre el agua, el aire, el suelo, la flora y la fauna.

REFERENCIAS

Asamblea Municipal del Poder Popular (2014). *Programa de Desarrollo Integral, Municipio Yaguajay, 2014 - 2030*. pp. 1 - 24.

De Armas Urquiza, R.; Tamayo Pineda, N.; Santos Rodríguez, M. (enero - junio 2017). Población, territorio y gestión para un desarrollo local sustentable. *Novedades en Población*, 13(26), pp. 166 - 175. www.novvpob.uh.cu [Links]

Díaz, G.; Hernández, B.; Pablos de la Rosa, R. (2016). Formación de grupo comunitario para la gestión ambiental participativa. *Fundación Dialnet*. 18(2), pp. 144 - 152. www.dialnet.unirioja.es/ejemplar/473998. [Links]

Goicochea, O. (2022). Nueva Ley con un enfoque ecosistémico para la gestión de los recursos naturales y el medio ambiente en Cuba. *Cub@: Medio Ambiente y Desarrollo*, 22(42). Recuperado a partir de <https://cmad.ama.cu/index.php/cmada/article/view/316>

Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente (CITMA). (2015). Norma Cubana. NC - ISO 14001:2015. Sistema de gestión ambiental. [Links]

Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente. (CITMA) (2014). Norma Internacional ISO - 14001: 2014. *Especificaciones para el Sistema de Gestión Ambiental*. www.nueva-iso-14001.com/2014/10/iso-14001-metodologia-del-sistema-de-gestion-ambiental/ [Links]

Naciones U. (2018). *La Agenda 2030 y Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe (LC - G.2681 - P/Rev.3)*. Santiago, Chile. ISBN 978 - 92 - 1 - 058643 - 6.

Schmidt, I. (2012). Gestión Ambiental Participativa. *Revista Eumed.net* (Enciclopedia Virtual). pp. 1 - 120. [Links]

La Habana (2020). *Indicaciones Metodológicas para la Actividad de Programas y Proyectos de Ciencia, Tecnología e Innovación*. [PDF].

ACESSIBILIDADE PENDONAL DO CORREDOR CENTRAL DA CIDADE DE MONTE ALTO-SP

Data de aceite: 01/07/2024

Leandro Bonani

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0009-0004-4762-2226>

Gilberto Aparecido Rodrigues

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9532-120X>

Kátia Cristina Galatti

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6555-2370>

Maria Aparecida Bovério

Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0259-4909>

Luciana Aparecida Ferrarezi

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9822-7013>

Isabel Cristina Rodrigues

Faculdade de Tecnologia de Ribeirão Preto
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0777-5314>
<https://orcid.org/0002-0777-5314>

Carlos Pereira de Castro Filho

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
(Fatec)
Taquaritinga - SP - Brasil
<https://orcid.org/0009-0000-3811-2882>

Vanessa Amaro Vieirar

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
Taquaritinga - São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0454-5713>

Luciano de Jesus Rodrigues de Barros

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
Taquaritinga - SP - Brasil
<https://orcid.org/0009-0007-5137-9531>

RESUMO: A mobilidade urbana inclusiva é uma questão central para a qualidade de vida de qualquer cidade, especialmente para aqueles com limitações de locomoção, denominados de pessoas perclusas. O objetivo deste estudo foi propor um corredor de acessibilidade na região central da cidade de Monte Alto para pessoas comuns ou pessoas com deficiência física (PCD) ou com mobilidade reduzida (PMR). A metodologia utilizada teve o uso comparativo de imagens de satélite disponíveis no *software* livre *Google Earth Pro*, com o intuito de identificar as deficiências significativas

nos espaços pedonais, com destaque para a qualidade das rampas de acessibilidade, dos materiais mais utilizados nos espaços pedonais e dos defeitos mais comuns nas calçadas. Os resultados indicam a urgência de investimentos e ações direcionadas para melhorar a infraestrutura pedonal em Monte Alto - SP, visando não apenas atender às necessidades básicas de locomoção, mas, também, promover uma cidade mais inclusiva e acolhedora para todos os seus habitantes. A implementação de mais rampas de acessibilidade, calçadas mais largas e bem conservadas, e sinalização de solo mais adequada são algumas das medidas sugeridas para promover uma mobilidade urbana integrada e inclusiva na cidade de Monte Alto-SP. O estudo mostrou que a qualidade das rampas de acessibilidade teve uma avaliação considerada entre boa a muito boa. A mesma avaliação foi atribuída para os tipos de materiais de revestimentos utilizados nas calçadas, sendo na região central do corredor proposto, a predominância do tipo “mosaico português”, e nas regiões mais afastadas da rua central, o predomínio do revestimento de “argamassa sarrafeada”, com e sem pintura. Os defeitos pedonais mais comuns no corredor proposto tiveram uma avaliação considerada regular. Os dados deste estudo deve chamar a atenção das autoridades locais para melhorar a infraestrutura nos espaços pedonais para tornar a cidade de Monte Alto mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: calçadas; corredor de acessibilidade; espaço de pedestres; geotecnologia; mobilidade urbana.

PENDORAL ACCESSIBILITY OF THE CENTRAL CORRIDOR OF THE CITY OF MONTE ALTO-SP

ABSTRACT: The objective of this study was to propose an accessibility corridor in the central region of the city of Monte Alto for ordinary people or people with physical disabilities (PWD) or reduced mobility (PMR). The methodology used for this study was the comparative use of satellite images available in the free software Google Earth Pro, aiming to identify significant deficiencies in pedestrian spaces, with a focus on the quality of accessibility ramps, the most used materials in pedestrian spaces, and the most common defects in sidewalks. The results highlight the urgency of investments and actions to improve pedestrian infrastructure in Monte Alto-SP, aiming not only to meet basic mobility needs but also to promote a more inclusive and welcoming city for all its inhabitants. The implementation of more accessibility ramps, wider and well-maintained sidewalks and more appropriate ground signage are some of the measures suggested to promote integrated and inclusive urban mobility in the city of Monte Alto-SP. The study showed that the quality of accessibility ramps was rated between good and very good. The same rating was attributed to the types of pavement materials used in sidewalks, with the predominance of “Portuguese mosaic” in the central region of the proposed corridor, and the predominance of “screeded mortar” with and without painting in the regions furthest from the central street. The most common pedestrian defects in the proposed corridor were rated as regular. The data from this study should draw the attention of local authorities to improve pedestrian infrastructure in order to make the city of Monte Alto more inclusive.

KEYWORDS: Sidewalks. Accessibility Corridor. Pedestrian Space. Geotechnology. Urban Mobility.

INTRODUÇÃO

Algumas leis foram criadas no Brasil visando promover a mobilidade a todo o cidadão. Em 2012, foi sancionada a Lei n.º 12.587 que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, cuja finalidade é trazer diretrizes para a população ter acesso aos benefícios da cidade (Brasil, 2012). É importante descrever que a mobilidade urbana é um caminho de planejamento e execução de projetos e deve ser bem-vista pelos gestores municipais, uma vez que serve para conectar aos centros econômicos e comerciais a bairros, assim como os equipamentos e bens públicos urbanos, lazer, saúde e outros serviços sociais básicos da sociedade (Godoy *et al.*, 2023).

Em 06 de julho de 2015, foi sancionada a Lei n.º 13.146, cujo objetivo é instituir a inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD) em todo o contexto social. No Art. 3 da referida lei, no inciso I, fica definida a acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia de espaços, equipamentos e mobiliários urbanos, bem como edificações, transportes, informação e comunicação (Brasil, 2015).

O inciso IV descreve sobre a existência de barreiras que ocasionam dificuldades de mobilidade das PcD e cita em sua alínea “c” as barreiras urbanísticas, as quais configuram as existentes nas vias e em espaços públicos e privados que são abertos ao público e de uso coletivo (Brasil, 2015). Considerando-se a existência de uma lei, ela deve ser cumprida, no entanto, não é o que pode ser visto em algumas cidades, onde a mobilidade urbana inclusiva é extremamente prejudicada.

Recentemente, Costa e Rodrigues (2023) analisaram as condições de acessibilidade do corredor 1, leste da cidade de Taquaritinga-SP, utilizando recursos de geotecnologias através de software de licença livre, o *Google Earth Pro*, com o objetivo de avaliar a presença ou não de rampas de acessibilidade, qualidade dos revestimentos das calçadas, assim como defeitos mais comuns vivenciados pelas pessoas perclusas ou não. Os resultados mostraram que no trecho estudado as rampas de acessibilidade, quando existem, são em número reduzido e de péssima qualidade. Os tipos de materiais mais encontrados nos revestimentos das calçadas foram do tipo argamassa sarrafeada ou alisada, recebendo avaliação de qualidade considerada regular. Os defeitos mais comuns vivenciados pelas pessoas perclusas ou não foram avaliados de qualidade péssima a regular, o que implica numa dificuldade aumentada para quem faz usos dos espaços pedonais, prejudicando a mobilidade das pessoas no bairro sob estudo.

A mobilidade urbana inclusiva e a acessibilidade são questões fundamentais para garantir a qualidade de vida e a participação plena de todos os cidadãos em ambientes urbanos. Em Monte Alto - SP, assim como em muitas outras cidades, esses temas têm sido objeto de crescente preocupação, à medida que se reconhece a importância de criar espaços urbanos acessíveis e inclusivos para todos os seus habitantes. Este estudo visa abordar essas questões, analisando vários trabalhos recentes que abordam diferentes

aspectos da mobilidade urbana e acessibilidade, assim como fizeram os autores Godoy *et al.* (2023) e Chiconato *et al.* (2023), e relacionando-os diretamente ao contexto específico de Monte Alto - SP.

Martins *et al.* (2020) avaliaram as vulnerabilidades enfrentadas por pessoas idosas com deficiência física em Cuiabá, Mato Grosso, ressaltando a importância de considerar não apenas a dimensão corporal, mas também o ambiente físico e social ao lidar com essas vulnerabilidades. Vasconcelos *et al.* (2006) estudaram a necessidade de acessibilidade nos serviços de saúde, destacando a importância do planejamento urbano e da aplicação da legislação para garantir a inclusão social às pessoas com deficiência física.

O artigo conduzido por Santinha e Marques (2013) chamou atenção para a necessidade de reavaliar o envelhecimento na agenda política urbana, destacando a promoção da mobilidade de pedestres como um elemento crucial para cidades mais inclusivas. Teixeira *et al.* (2022) reforçam essa ideia ao ressaltar a importância fundamental da mobilidade a pé para promover cidades mais saudáveis e sustentáveis, e não esquecer a infraestrutura mínima para tal.

O estudo liderado por Castro *et al.* (2020), abordam a acessibilidade urbana enfrentada por famílias de crianças com deficiências neurológicas, destacando a importância da conscientização e atuação dos poderes públicos para garantir a inclusão e qualidade de vida dessas famílias. Por fim, Neiva e Rodrigues (2010) contribuem para o debate sobre acessibilidade e mobilidade urbana ao desenvolver um estudo sobre a classificação de redes pedonais para pessoas com mobilidade reduzida em Portugal, evidenciando a importância de melhorar a acessibilidade nas áreas urbanas para garantir condições iguais a todas as pessoas.

Lopes, Rodrigues e Castro Filho (2023), utilizando a metodologia baseada na análise de imagens de satélite para diagnosticar a qualidade dos espaços pedonais, ou seja, rampas de acessibilidade, qualidade do revestimento das calçadas e os defeitos mais comuns das calçadas vivenciados pelas pessoas perclusas ou não, em bairro afastado da região central da cidade de Taquaritinga-SP. Os resultados apontaram que os tipos de materiais utilizados nos revestimentos das calçadas tiveram avaliação visual considerada de péssima a regular. A qualidade das rampas e os defeitos mais comuns nas calçadas tiveram uma atribuição de conceito de regular. O trecho urbano sob estudo ressalta a urgência de uma intervenção do poder municipal para garantir uma boa acessibilidade para pedestres, independentemente de serem perclusos ou não. O objetivo foi de avaliar as condições de acessibilidade nos espaços pedonais, na região central da cidade de Monte Alto - SP.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

Esse trabalho foi realizado no município de Monte Alto - SP (Figura 1), sob coordenada da Latitude 21° 15' 42''S e Longitude 48° 29' 48''O. O clima de Monte Alto é classificado como mesotérmico úmido de verão quente (Cwa). A principal unidade de solo na região é classificada como Argissolos, conforme o mapa de estudo do solo do Estado de São Paulo (Ugrhi 15, 2020). A vegetação originária é composta por remanescentes de Mata Atlântica e vegetação de cerrado.

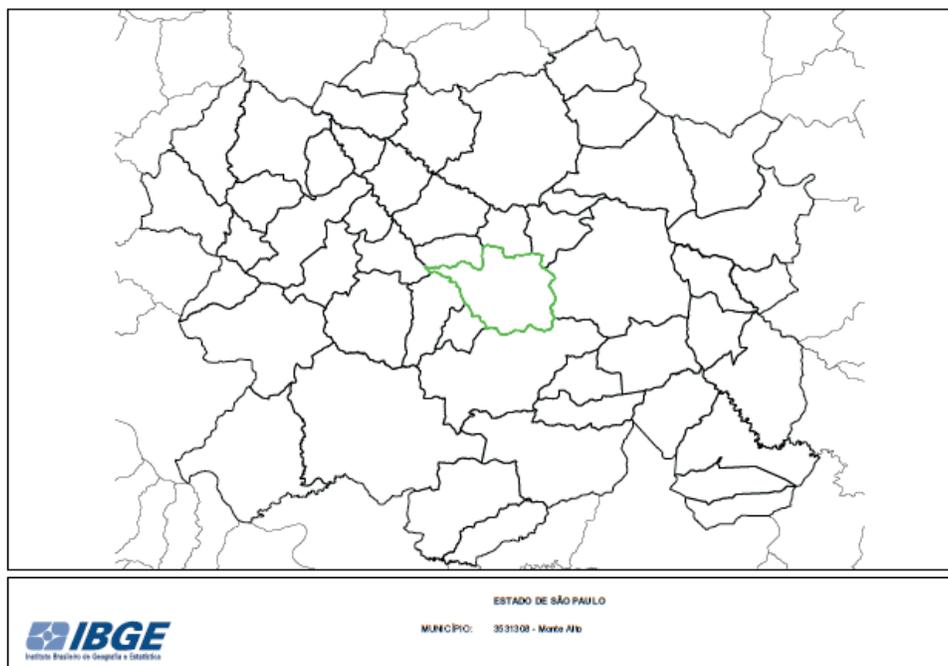


Figura 1. Mapa mudo do município de Monte Alto -SP

Fonte: IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-alto/panorama>); em verde, mostra os limites físicos da cidade de Monte Alto - SP.

Monte Alto possui uma população de 47.574 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge, 2022), com uma densidade demográfica de aproximadamente 137,12 hab./km² (Figura 2). O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de aproximadamente 2,5 salários mínimos, com um pessoal ocupado de aproximadamente 15.445 pessoas (Ibge, 2022).

O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de cerca de 25%, e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de

aproximadamente 98,6%. Em comparação com outros municípios do estado de São Paulo e do Brasil, Monte Alto se destaca positivamente em termos de infraestrutura e qualidade de vida (IBGE, 2022).

Monte Alto possui uma área territorial de aproximadamente 346,950 km², pertence à Mesorregião de Ribeirão Preto, Região Intermediária de Araraquara e à Microrregião de Jaboticabal (Ibge, 2022; Ugrhi 15, 2020).

A metodologia deste estudo foi adaptada seguindo-se a técnica utilizada por Rodrigues *et al.* (2020), que no espaço urbano recorreu a recursos de geotecnologias do software de acesso livre *Google Earth Pro*, utilizando-se da técnica de comparação de imagens de satélite de acordo com Ongaratto e Rocha (2013).

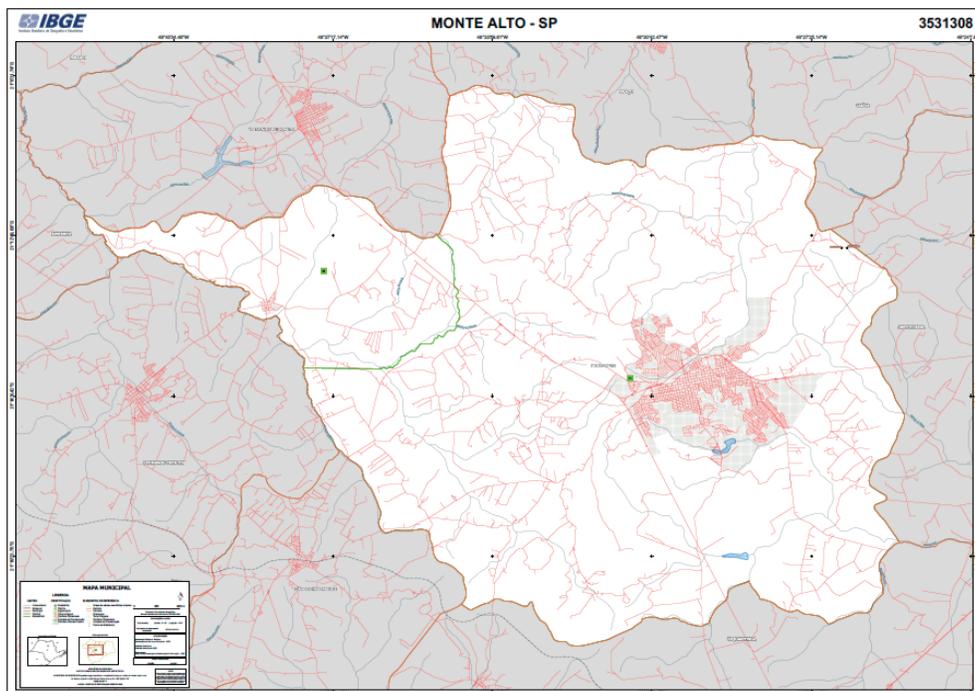


Figura 2. Mapa estatístico da cidade de Monte Alto - SP identificando seus limites, todos elementos de referência, seus distritos e subdistritos

Fonte: IBGE (2022); em verde, mostra os limites físicos da cidade de Monte Alto - SP

Para a execução dessa prática utilizou-se da ferramenta na aba superior chamada “caminho”. Abaixo é possível ver a delimitação da área urbana da cidade de Monte Alto - SP por meio do uso da geotecnologia do software de acesso livre *Google Earth Pro* (Figura 3).



Figura 3. - Mapa da área Urbana da cidade de Monte Alto-SP.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Para a realização do trabalho no espaço geográfico na cidade de Monte Alto, fez-se uso da ferramenta “marcador” para identificar os quadrantes Q1, Q2, Q3 e Q4 na área urbanizada como mostra a Figura 4.

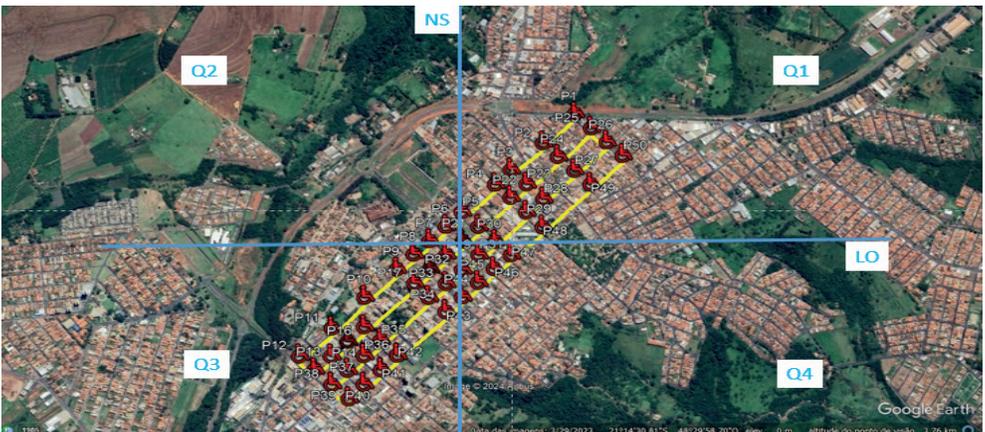


Figura 4. Demarcação do corredor de acessibilidade no Centro da cidade de Monte Alto-SP.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024); Em amarelo: Trecho do corredor central de acessibilidade sob estudo; Em vermelho: encontram-se os pontos de cruzamentos utilizando os marcadores em vermelho; Em azul representa os transectos Norte-Sul, e Leste-Oeste, e os respectivos marcadores dos quadrantes Q1, Q2, Q3 e Q4

Para a demarcação da área de mapeamento da acessibilidade, recorreu-se ao uso da ferramenta “polígono”, a qual permite medir com exatidão o perímetro e a área, e para a construção de traçados retos ou sinuosos usa-se a ferramenta “caminho” e com isso manualmente constrói-se o mapa. A Figura 5, mostra a ferramenta do *software* que permite determinar o perfil do solo, mostrando a declividade da colina em porcentagem.

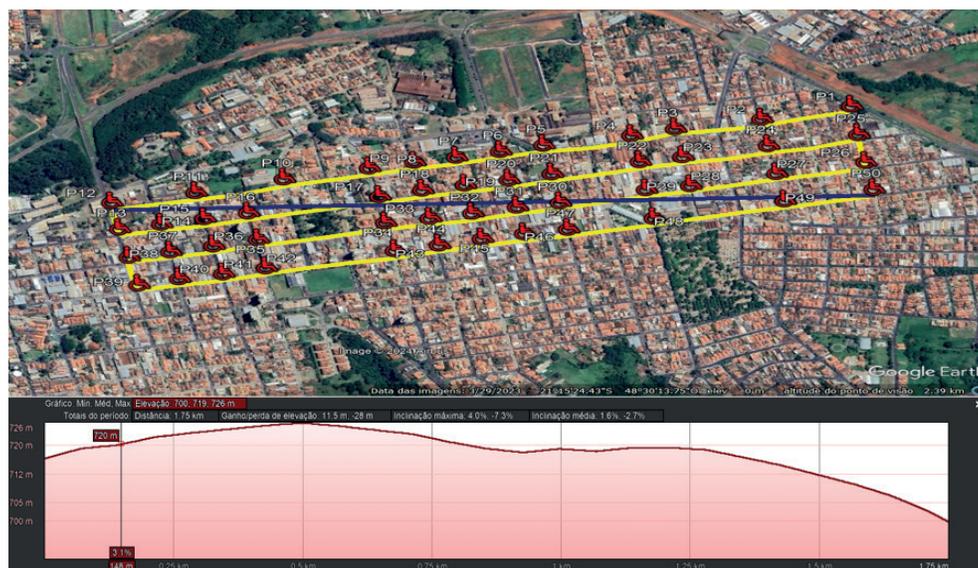


Figura 5. Representação da inclinação do relevo na área central da cidade de Monte Alto-SP.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024); A parte em destaque amarelo indica o corredor de acessibilidade da área Central de Monte Alto - SP; O destaque azul representa uma linha para a determinação da inclinação do solo, no trecho sob estudo

Para a identificação de cada cruzamento das vias públicas fez-se o uso da ferramenta “street view”, a qual permite a visualização do espaço urbano a 3 metros do solo, momento este em que são fotografadas as esquinas do cruzamento respectivo, resultando em pelo menos 2 capturas de imagem, atentando para a presença de rampas de acessibilidade para pessoas perclusas, tipo de revestimento e os defeitos mais comuns nas calçadas. Uma vez captadas as imagens, são formados um banco de dados de imagens, as quais serão inseridas em cada marcador respectivo àquele cruzamento viário.

Os dados numéricos foram gerados em relação à qualidade das rampas de acesso às calçadas, obedecendo à escala Likert (1935), representada da seguinte forma: 1-ausência de rampa ou qualidade péssima; 2-regular, 3-boa, 4- ótima e 5- excelente. A escala foi gerada sob o aspecto visual, orientando-se de acordo com pesquisa junto a pessoas com deficiência física, realizada por Rodrigues e Chiconato (2023). A mesma lógica de avaliação foi em relação aos revestimentos de calçadas e os defeitos mais comuns vivenciados pelas pessoas perclusas nestes corredores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados demonstram que, de fato, Monte Alto-SP, assim como muitas outras cidades, enfrenta um desafio crescente em relação à utilização da prática de deslocamento humano de caminhar a pé, em comparação com décadas anteriores. Apesar de ser uma opção viável para muitas pessoas, especialmente em deslocamentos curtos, há uma tendência de queda na preferência pela caminhada. Neste estudo, verificou-se que a caminhabilidade a pé na região central de Monte Alto é mais facilitada quando comparada aos dados de Godoy *et al.* (2023) e Chiconato *et al.* (2023).

Essa diminuição na utilização do espaço pedonal pode estar relacionada a muitos fatores, entre os quais se incluem a falta de investimentos em infraestruturas adequadas para pedestres. Na Figura 6, observa-se calçadas danificadas, estreitas ou mal conservadas, as quais podem dificultar a locomoção dos diferentes públicos que possam se utilizar dos espaços pedonais, principalmente as pessoas com deficiência física (PCD) ou com mobilidade reduzida (PMR), e assim desencorajar o uso da caminhada como meio saudável de deslocamento primário.

A Figura 6 apresenta imagens de duas calçadas onde está providenciada a acessibilidade para cadeirantes, no entanto, o que se pode ver são calçadas mal sinalizadas e mal estado de conservação das rampas de acessibilidade, o que dificulta de forma considerável a acessibilidade de PCD e PMR, independentemente se estão ou não nas normas da ABNT, elas apresentam claramente uma má conservação, fato este também verificado nos estudos recentes de Godoy *et al.* (2023) e Chiconato *et al.* (2023). Muitas vezes, ao se deparar com essa situação, as PCD não conseguem a sua mobilidade satisfatória e, por isso, precisam de ajuda, o que contradiz com as diretrizes da Lei n.º 13.146/2015 que versa que a acessibilidade deve ser planejada de tal forma a permitir a autonomia da PCD.

É possível notar ainda na Figura 6, que o tipo de material predominantemente na calçada do lado esquerdo da figura não é de boa qualidade, possuindo muitos remendos e, em parte da calçada tem o predomínio do revestimento denominado de “lajota sextavada”, que na opinião de cadeirantes (Rodrigues e Chiconato, 2023) é considerado de qualidade regular. Já o lado direito da figura tem o predomínio do revestimento chamado de “argamassa sarrafeada ou desempenada”, a qual é considerada de boa qualidade, na opinião dos cadeirantes (Rodrigues e Chiconato, 2023), situação muito comum nas vias públicas paralelas à rua central de Monte Alto (Jeremias de Paula Eduardo e Raul da Rocha Medeiros), diferentemente da rua central da cidade (Nhonho do Livramento).

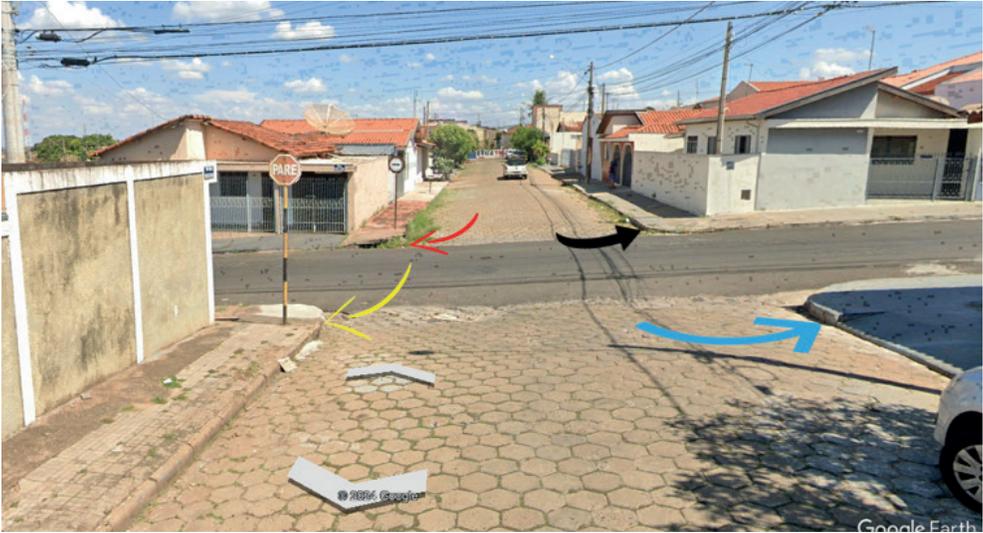


Figura 7 - Cruzamento no trecho final sob estudo, mostrando a qualidade das calçadas e dos espaços pedonais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024). Imagem: Trecho final. Setas em preto, amarelo, azul e vermelha indicam ausência do acesso para cadeirantes, além de má conservação do revestimento das calçadas.

Na Figura 8, observam-se pontos bastante positivos quanto à acessibilidade na região central da cidade de Monte Alto-SP, em particular na rua Nhonhô do Livramento. Consta-se que na maioria do seu trecho pedonal há uma dotação de rampas de acessibilidade em grande número, diferindo substancialmente dos achados de Godoy *et al.* (2023) e Chiconato *et al.* (2023).

Verifica-se, ainda, que a sinalização de solo é muito bem conservada, assim como os demais mobiliários nos espaços pedonais estão em uma forma mais harmônica para contribuir para a caminhabilidade de pessoas perclusas ou não, motivado aparentemente pela constatação de calçadas com largura o suficiente para facilitar o trânsito pedonal dos diferentes públicos que recorrem à região central da cidade para o seu pleno deslocamento.

Quanto à qualidade das calçadas em diferentes trechos na região central da cidade de Monte Alto (Figura 8), observa-se uma qualidade superior à “boa”, o que é um ponto bem positivo quanto à acessibilidade urbana em espaços pedonais. Tais constatações contrastam-se com os dados verificados por Godoy *et al.* (2023) e Chiconato *et al.* (2023), nas cidades de Dobrada-SP e Taquaritinga - SP, respectivamente, que apresentam qualidade de espaços pedonais em sua maioria considerados bons, mas com ausência gritante de rampas de acessibilidade. A sinalização de solo na região central da cidade de Monte Alto, em particular na Rua Nhonho do Livramento mostra-se bem conduzida pelo poder público local, favorecendo a caminhabilidade e a segurança das pessoas perclusas ou não.



Figura 8. Rua principal do corredor de acessibilidade da cidade de Monte Alto-SP.

Fonte: Os autores (2024); Detalhes em “A”, “B” e “C” mostram características peculiares do trecho central do Corredor Central de Acessibilidade, na rua Nhonho do Livramento

Outro ponto que é importante salientar na Figura 8 é a predominância do material de revestimento denominado “mosaico português”, que quando bem conservado permite que pessoas, perclusas ou não, possam caminhar com segurança. Tal pavimento na região central de Monte Alto é semelhante ao revestimento predominante na cidade de Taquaritinga - SP, tanto nas calçadas como nas praças (Chiconato *et al.*, 2023).

Na avaliação da acessibilidade pedonal da via central da cidade de Monte Alto (Rua Nhonho do Livramento) (Figura 8), nota-se que os parâmetros pedonais abordados neste estudo, Rua Nhonho do Livramento destoam muito das vias públicas que estão afastadas da via central da cidade. Tal situação estão de acordo com os relatos verificados por Godoy *et al.* (2023) na cidade de Dobrada-SP. A piora na qualidade dos espaços pedonais, principalmente a ausência de rampas de acessibilidade, foram bem abordados recentemente por Costa e Rodrigues (2023) e Lopes, Rodrigues e Castro Filho (2023) ao avaliarem as condições de espaços pedonais em bairros mais afastados da região central da cidade de Taquaritinga-SP. Situações semelhantes as verificadas neste estudo concordam com os relatos de Silva, Rodrigues e Proença (2023) e Souza, Rodrigues e Proença (2023), onde o parâmetro mais grave quanto a acessibilidade pedonal reside na ausência total de rampas de acessibilidade em bairros mais afastados do centro da cidade e carentes de infraestrutura urbana.

Procurando avaliar as relações entre as variáveis pedonais neste estudo observa-se no Gráfico 1 que no corredor de acessibilidade proposto para a cidade de Monte Alto - SP, fica notório que esse corredor é dotado de quantidade de rampas de acessibilidade considerada boa, ótima a excelente, condição essas que favorecem muito a caminhabilidade das pessoas perclusas ou não. Apenas no trecho do corredor entre os pontos 23 a 31, existe uma associação próxima entre qualidade das rampas e tipos de materiais.

Nos demais trechos, existe pouca associação entre qualidade de rampas e materiais das calçadas, o que sugere que nesta associação os dois fatores são independentes. Os dados verificados nesse estudo são considerados melhores em relação aos dados verificados por Godoy *et al.* (2023) e Rodrigues e Chiconato (2023), demonstrando uma preocupação efetiva do poder municipal em relação à acessibilidade pedonal na cidade de Monte Alto - SP.

Os resultados verificados neste estudo discordam em parte com Costa e Rodrigues (2023) que ao analisarem as condições de acessibilidade do corredor 1, leste da cidade de Taquaritinga-SP, e os resultados mostraram as rampas de acessibilidade, quando existem, são em número reduzido e de péssima qualidade, muito diferente da cidade de Monte Alto-SP.

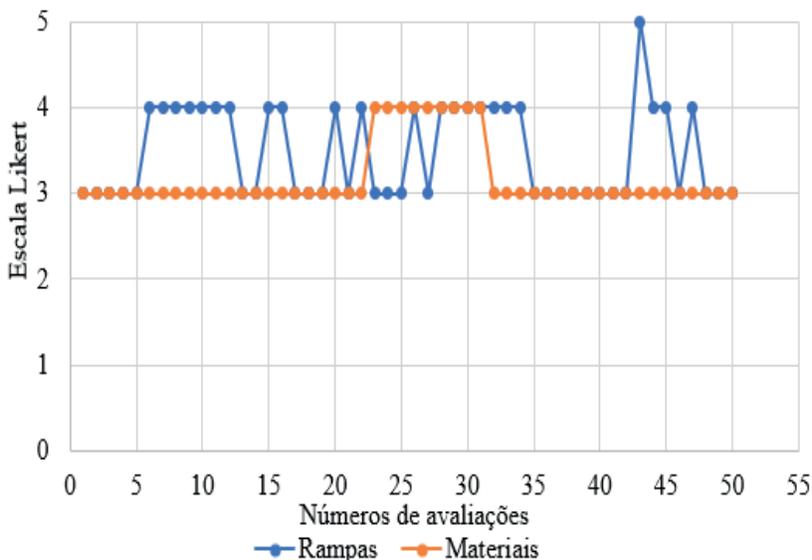


Gráfico 1. Relação entre a qualidade das rampas de acessibilidade e tipos de materiais das calçadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A garantia da acessibilidade dos sistemas de circulação de pedestres desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão de todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades físicas, cognitivas ou sociais. O estudo realizado por Teixeira *et al.* (2022) enfatiza a importância da mobilidade a pé para criar cidades mais saudáveis e sustentáveis, destacando a necessidade de infraestruturas acessíveis que permitam o livre trânsito de todos os indivíduos.

Nesse sentido, a pesquisa de Martins *et al.* (2020) ressalta a necessidade de considerar não apenas a dimensão corporal, mas também o ambiente físico e social ao lidar com as vulnerabilidades enfrentadas por pessoas idosas com deficiência física, sublinhando a importância de espaços urbanos inclusivos e acessíveis para garantir a participação plena na vida comunitária. Essas abordagens convergem para destacar a relevância da acessibilidade pedonal como um elemento essencial para promover a inclusão e a qualidade de vida em ambientes urbanos.

Observa-se no Gráfico 2, a relação entre a qualidade de rampas de acessibilidade e defeitos comuns nas calçadas, e, é possível perceber que as calçadas de Monte Alto - SP possuem rampas com avaliação boa, ótima e excelente, o que propicia uma qualidade de acessibilidade superior para as pessoas perclusas, em especial os cadeirantes. Já nos trechos do corredor entre os pontos 23 e 31, existe uma relação próxima entre a qualidade das rampas e os defeitos comuns das calçadas.

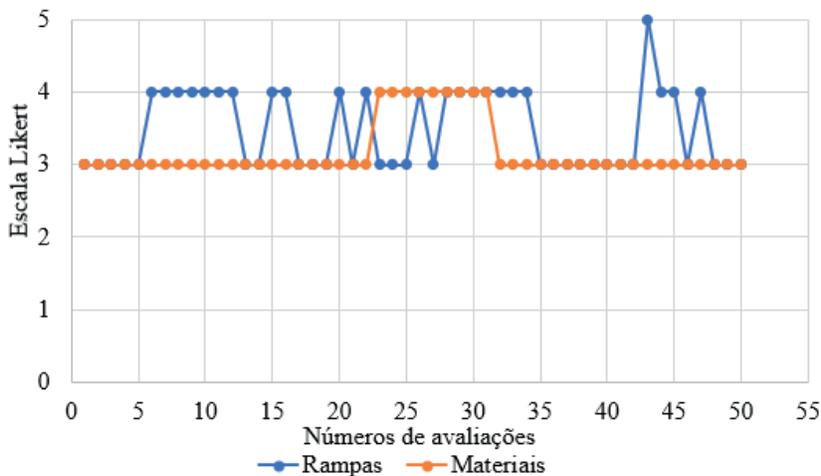


Gráfico 2. Relação entre qualidade das rampas de acessibilidade e defeitos comuns das calçadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Os demais trechos mostram pouca associação entre a qualidade de rampas e os defeitos comuns das calçadas, onde a quantidade de rampas concentra-se na faixa de ótima a excelente em alguns pontos, e a escala para a classificação da qualidade dos materiais é avaliada como boa. Os dados verificados nos estudos de Rodrigues e Chiconato (2023), bem como os estudos de Godoy *et al.* (2023), mostram que os dados encontrados quanto a acessibilidade pedonal da cidade de Monte Alto - SP são considerados positivos no quesito qualidade de acessibilidade pedonal, o que demonstra que o poder municipal se preocupa com a questão da acessibilidade.

Em Monte Alto, assim como em todas as demais cidades, é imperativo abordar a diversidade de dimensões, percepções, habilidades motoras e cognitivas dos habitantes no planejamento urbano. A concepção de um ambiente físico que atenda a todas essas necessidades é essencial para edificar uma comunidade verdadeiramente inclusiva, onde a mobilidade e a acessibilidade sejam garantidas para todos, incluindo pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Observa-se no Gráfico 3, que no corredor de acessibilidade proposto para a cidade de Monte Alto - SP, fica notório que tal corredor é dotado de materiais de revestimento das calçadas avaliados que demonstraram condições de boas a muito boas. Já no aspecto dos defeitos mais comuns nos espaços pedonais, é possível perceber que estes são avaliados como regulares. Nota-se que não há, portanto, uma relação entre os materiais e os defeitos existentes. Situação análoga aos estudos feitos por Godoy *et al.* (2023) sobre a relação entre materiais e defeitos nas calçadas na cidade de Dobrada - SP. Os relatos de Rodrigues e Chiconato (2023) sobre o estudo que tratam da visão dos deficientes físicos a respeito da qualidade das rampas de acessibilidade demonstram que, na perspectiva das PCD, especificamente das pessoas com deficiência física a qualidade das rampas deste estudo é bastante satisfatória.

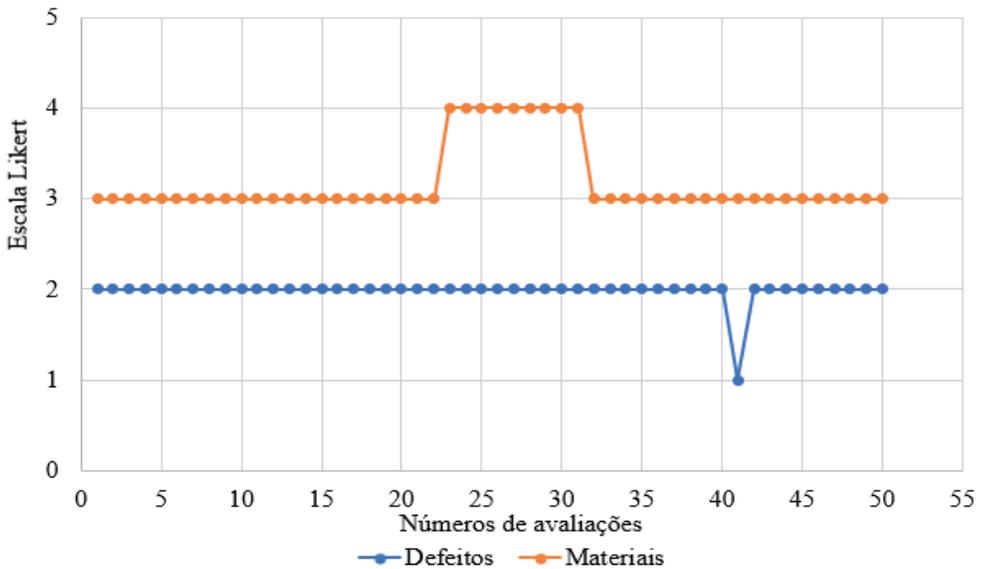


Gráfico 3. Relação entre defeitos e materiais comuns das calçadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Estudos de Godoy *et al.* (2023) mostraram que, na cidade de Dobrada - SP, a qualidade das rampas foi considerada péssima conforme relatos de Rodrigues (2023), em estudo de consulta especificamente junto a cadeirantes. É possível entender que nos dois estudos as qualidades das rampas são insatisfatórias e, uma vez que fossem melhoradas, contribuiriam para que a mobilidade urbana não fosse prejudicada, independentemente do tipo de público.

Assim, esse estudo enfatiza a necessidade de priorizar a mobilidade e a acessibilidade urbana como aspectos fundamentais no planejamento e desenvolvimento dos espaços públicos e sistemas de transporte em Monte Alto. É importante perceber que no ponto 41 (mapa ?) os defeitos são considerados péssimos. O investimento em infraestruturas pedonais adequadas, calçadas acessíveis e sistemas de circulação inclusivos é vital para criar uma cidade mais integrada, segura e sustentável, resultando em uma melhoria significativa na qualidade de vida dos residentes.

Conseqüentemente, as descobertas desse trabalho apontam para a urgência de implementar ações concretas que promovam uma mobilidade urbana mais inclusiva e acessível em Monte Alto, visando aprimorar a experiência do pedestre na cidade e fomentar o uso desse modo de transporte saudável e sustentável. Ao considerar as abordagens sobre o estado da arte dos espaços pedonais desse estudo, procura-se identificar e incentivar diretrizes para políticas e intervenções urbanas em Monte Alto - SP, visando criar um ambiente urbano mais inclusivo, acessível e sustentável.

Recentemente, a pesquisa conduzida por Rodrigues e Chiconato (2023) e Lopes, Rodrigues e Castro Filho (2023), que enfatizam a importância da infraestrutura adequada, como rampas de acessibilidade, rebaixamento de meio-fio e sinalização de solo, refletindo a necessidade de um planejamento urbano sensível às necessidades dos pedestres. Esse estudo também destaca a relevância de intervenções específicas, como a avaliação de segmentos viários de escolas, evidenciando a importância da acessibilidade em ambientes educacionais.

Por fim, a experiência recente de Godoy *et al.* (2023), na cidade de Dobrada - SP, e de Costa e Rodrigues (2023) e Souza, Rodrigues e Proença (2023) na cidade de Taquaritinga-SP, que destacam a importância do engajamento das autoridades locais e da aplicação efetiva das leis de acessibilidade para criar ambientes urbanos verdadeiramente inclusivos. O alinhamento com diretrizes internacionais, como as sugeridas por Sousa (2016), pode fornecer orientações valiosas para o desenvolvimento de estratégias eficazes de mobilidade e acessibilidade pedonal.

Esses estudos nos fornecem uma visão abrangente das complexidades e desafios enfrentados na mobilidade urbana e acessibilidade pedonal, ressaltando a necessidade de uma abordagem integrada e coordenada para promover espaços urbanos mais inclusivos e acessíveis, não apenas em Monte Alto - SP, mas em todas as cidades.

CONCLUSÃO

A qualidade das rampas de acessibilidade teve uma avaliação nesse estudo entre boa a muito boa, principalmente na via principal do centro comercial da cidade de Monte Alto, mostrando uma preocupação do poder público, e a mesma avaliação para os tipos de materiais de revestimentos utilizados nas calçadas, sendo na região central do corredor proposto, a predominância do mosaico português e argamassa sarrafeada ou alisada, e nas regiões mais afastadas da rua central, o domínio do revestimento argamassa sarrafeada, com e sem pintura. Os defeitos pedonais mais comuns no corredor proposto tiveram uma avaliação considerada regular, o que deve chamar a atenção das autoridades locais.

Diante disso, torna-se evidente a necessidade premente de investimentos em infraestruturas pedonais adequadas e inclusivas. Tais investimentos não apenas promoverão uma cidade mais acolhedora, segura e sustentável, mas também contribuirão para a promoção de uma mobilidade urbana mais integrada e acessível. Essas medidas não apenas beneficiarão significativamente a qualidade de vida dos cidadãos, mas também garantirão que a cidade seja verdadeiramente inclusiva para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 12.597, de 21 de março de 2012. Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera o art. 4º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12597.htm. Acesso em: 23/03/2024.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23/03/2024.

CASTRO, Gisélia Gonçalves.; CAMARGOS, Adriana Santos.; FARIAS, Marilurdes Silva. Barreiras de acessibilidade urbana: cotidiano das famílias de crianças com deficiências neurológicas. *Revista da Família*, v. 8, n. 2, p. 694-701. 2020. DOI: 10.18554/refacs.v8i0.4744.

COSTA, Amanda Blei Sebastiana Mota; RODRIGUES, Gilberto Aparecido. Avaliação da acessibilidade do trecho superior do corredor do quadrante 1 da cidade de Taquaritinga-SP. *Interface Tecnológica* - v. 20 n. 2 2023. - ISSN (On-Line) 2447-0864. DOI: 10.31510/inf.v20i2.1737.

CHICONATO, Denise Aparecida; RODRIGUES, Gilberto Aparecido; FERRAREZI, Luciana Aparecida; BOVÉRIO, Maria Aparecida; SARTOR, Ricardo José; AZADINHO, Mariana Passafaro Mársico; RODRIGUES NETTO, Francisco; CASTRO FILHO, Carlos Pereira de; RODRIGUES, Claudinei de Barros. Pedestrian accessibility of the central aisle of the city of Taquaritinga, SP, Brazil. *Scientific Journal of Applied Social and Clinical Science*, v. 3, n. 26, 2023, p1-17. ISSN 2764-2216. DOI 10.22533/at.ed.2163262303103.

GODOY, Géssica. Fernanda Vincoletto; RODRIGUES, Gilberto Aparecido; VIEIRA, Vanessa Amaro; BOVÉRIO, Maria Aparecida; CARLETO, Nivaldo.; RIBEIRO, Douglas Francisco; AMORIM, Jaqueline Campos do. Acessibilidade pedonal na cidade de Dobrada-SP, Brasil. In: CAVALCANTI, Soraya Araújo Uchoa. *Inclusão e contexto social: agenda contemporânea*. Org. Ponta Grossa, PR: Atena, 2023. Pág. 62-82. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/inclusao-e-contexto-social-agenda-contemporanea>. Acesso em: 15 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-alto/panorama>. Acesso em: 2/03/2024.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, v. 22, n.140, p. 1-55, 1932. Disponível em: https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf. Acesso em: 16/04/2024;

LOPES, Debora Caroline; RODRIGUES, Gilberto Aparecido; CASTRO FILHO, Carlos Pereira de. Acessibilidade pedonal no trecho inferior do primeiro quadrante da cidade de Taquaritinga-SP. *Interface Tecnológica*, v. 20 n. 2 (2023) - ISSN (On-Line) 2447-0864. DOI: 10.31510/inf.v20i2.1754.

MARTINS, Jose Alves; WATANABE, Helena Akemi Wada; BRAGA, Vanessa Augusta Souza; JESUS, Maria Cristina Pinto de; MERIGHI, Miriam Aparecida Barbosa Older adults with physical disabilities: vulnerabilities relative to the body, the physical and social environment. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/zBGRBvQGtBmNcC4RVN9sNN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15/03/2024.

NEIVA, Celia. Lins.; RODRIGUES, Daniel Souto. Classificação de redes pedonais para pessoas com mobilidade reduzida. [s.l.: s.n.]. 2010. Disponível em: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper505.pdf>. Acesso em: 15/03/2024.

ONGARATTO, Classir Ana.; ROCHA; Paulo Sérgio Meira. Uso de imagens na transformação do espaço urbano de União da Vitória - PR. In: OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE. Governo do Paraná. Cadernos PDE; versão on-line; v. 1; 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafiuiv_geo_artigo_clacir_ana_ongaratto.pdf. Acesso em: 2/03/2024.

RODRIGUES, Gilberto Aparecido.; CHICONATO, Denise Aparecida. Percepção da pessoa com deficiência física em relação à qualidade dos espaços pedonais. In: SIMPÓSIO DOS ENSINOS MÉDIO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO: práticas docentes e criações discentes, 10^o, 2023. São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Centro Paula Souza, 2022. 10p. Disponível em: www.simpósio.cpsctec.com.br. Acesso em: 15/03/2024.

RODRIGUES, Gilberto Aparecido.; FERRAREZI, Luciana Aparecida.; BOVÉRIO, Maria Aparecida. Metodologia para determinação da abundância de árvores urbanas utilizando recursos de geotecnologias de acesso livre. *Journal of Biotechnology and Biodiversity*, v. 8, n. 3, 2020. DOI: 10.20873/jbb.uft.cemaf.v8n3.rodrigues.

SANTINHA, Gonçalves.; MARQUES, Sara. Repensando o fenômeno do envelhecimento na agenda política das cidades: a importância da promoção da mobilidade de pedestres. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 16, n. 2, p. 393 - 400, 2013. DOI:10.1590/S1809-98232013000200019.

SILVA, Mirian Vitoria da; Rodrigues, GILBERTO Aparecido; PROENÇA, Ubajara Cesare Mozart. Avaliação pedonal do trecho oeste do corredor de acessibilidade do quadrante 2 da cidade de Taquaritinga-SP. *Interface Tecnológica*, v. 20 n. 2 (2023) - ISSN (On-Line) 2447-0864. DOI: 10.31510/infra.v20i2.1755.

SOUZA, Roberta Rodrigues de; RODRIGUES, Gilberto Aparecido; PROENÇA, Ubajara Cesare Mozart. Avaliação da qualidade de acessibilidade do trecho pedonal inferior do corredor do quadrante 1 de Taquaritinga-SP. *Interface Tecnológica*, v. 20 n. 2 (2023) - ISSN (On-Line) 2447-0864. DOI: 10.31510/infra.v20i2.1752.

SOUSA, Adriana Proença. Avaliação do sistema pedonal para melhoria da mobilidade urbana. 2016. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/7688>. Acesso em: 15/03/2024.

UGRHI 15 - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - ANO BASE 2019. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS TURVO/GRANDE. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, NOVEMBRO DE 2020, 124p. Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBH-TG/19463/tg_rs_2020_relatorio-de-situacao_minuta-revisada-2020-base-2019.pdf. Acesso em: 25/04/2024.

VASCONCELOS, Lucia Rodrigues.; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitas. Mapeamento da acessibilidade do portador de limitação física a Serviços Básicos de Saúde. *Escola Anna Nery*, v. 10, p. 494 - 500, 1 dez. 2006. DOI: 10.1590/S1414-81452006000300019.

EXPANSÃO DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NAS ILHAS DE TINHARÉ E BOIPEBA: ESTRATÉGIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Data de aceite: 01/07/2024

Leonardo Fiusa Wanderley

Doutorando em Geografia na
Universidade Federal da Bahia

RESUMO: O trabalho busca identificar e analisar estratégias que têm sido utilizadas na expansão do capital turístico-imobiliário, e consequente desterritorialização das comunidades tradicionais, nas ilhas de Tinharé e Boipeba (Bahia, Brasil). Verifica-se que são aplicadas as mais diversas estratégias de caráter econômico, ideológico, cultural, jurídico, político e coercitivo. Dois aspectos mereceram relevância peculiar nas análises, quais sejam, a lógica neoliberal e a colonialidade como parte constitutiva do processo de desterritorialização das comunidades tradicionais pelo capital turístico-imobiliário.

PALAVRAS-CHAVE: capital turístico-imobiliário, desterritorialização, comunidades tradicionais, colonialidade, neoliberalismo.

EXPANSION OF TOURIST- REAL ESTATE CAPITAL ON THE ISLANDS OF TINHARÉ AND BOIPEBA: STRATEGIES FOR THE DETERRITORIALIZATION OF TRADITIONAL COMMUNITIES

ABSTRACT: The work seeks to identify and analyze strategies that have been used in the expansion of tourist-real estate capital, and the consequent deterritorialization of traditional communities, on the islands of Tinharé and Boipeba (Bahia, Brazil). It appears that the most diverse economic, ideological, cultural, legal, political and coercive strategies are applied. Two aspects deserved peculiar relevance in the analyses, namely, the neoliberal logic and coloniality as a constitutive part of the process of deterritorialization of traditional communities by “tourist-real estate capital”.

KEYWORDS: tourist-real estate capital, deterritorialization, traditional communities, coloniality, neoliberalism.

INTRODUÇÃO

As ilhas de Tinharé e Boipeba, no Baixo Sul da Bahia têm sido cada vez mais objeto do interesse econômico e especulativo de um conjunto de agentes nacionais e internacionais em razão do seu extenso patrimônio natural. Integradas por um conjunto de praias paradisíacas, as ilhas estão sendo invadidas por especuladores imobiliários e por uma variedade de grandes empreendimentos de natureza turística.

As ilhas são historicamente ocupadas por comunidades de descendência afro-indígena, que adotam formas tradicionais de viver e de se relacionar com o mar, a terra e os demais bens ambientais. Cumpre registrar que a região do Baixo Sul é um território original dos povos Tupiniquins, Aimorés e Tupinambás. Grande parte destes povos foi dizimada durante o processo de colonização, e nem mesmo uma reserva indígena foi assegurada na região. Nas ilhas, segundo Risério (2003), predominava a ocupação pelos Tupinambás.

Além dos povos indígenas, a região foi palco do desembarque de povos africanos retirados de seu continente para se tornarem vítimas da exploração do trabalho escravo. Estes povos deixaram como um dos legados de resistência a presença de diversas comunidades negras, sendo, atualmente, 55 comunidades autoreconhecidas e certificadas como remanescentes de quilombo (PORTO, 2016, p. 70). Nas ilhas três comunidades se autoreconhecem como remanescentes de quilombo, quais sejam, a comunidade da Batateira e Galeão (Tinharé), e a comunidade de Monte Alegre (Boipeba).



Figura 1: Localidades das ilhas de Cairu¹, Tinharé e Boipeba.

Fonte: PAIXÃO, 2016

¹ Na ilha de Cairu está localizada a sede do município, no entanto, esta não foi objeto do presente estudo em razão de não ser alvo do mesmo nível de interesse por parte do capital turístico-imobiliário. Ademais, a ilha de Cairu não é de propriedade pública da União, diferente de Tinharé e Boipeba, o que remete a mais contradições em relação à ocupação e produção do espaço.

A presença, as lutas e a inter-relação histórica entre povos indígenas e afrodiáspóricos marcam a cultura, as práticas religiosas e modo de vida e produção na região, mesmo diante da força avassaladora da expansão colonial e capitalista. Expansão que continua presente e se intensificando cada vez mais a partir dos projetos de desenvolvimento do mercado imobiliário, do agronegócio, do hidronegócio, da mineração e turismo na região.

Nas ilhas, o modelo predatório do turismo tem sido o principal fator de concretização da expansão capitalista, gerando, entre outras mazelas, a violação do território e do modo de vida das comunidades tradicionais. Em nível de exemplo, um único empreendimento que pretende ser implantado na Comunidade de Cova da Onça/ São Sebastião (ilha de Boipeba) deve ocupar uma área de 1.651 hectares, cerca de 20% da ilha, prevendo a construção de 69 lotes para residências de veraneio, campo de golfe, infraestrutura náutica e aeródromo (GRAEL AMBIENTAL, 2014). Se implantado, o empreendimento vai gerar um conjunto de impactos e violações ambientais, sociais, econômicos e culturais, dentre estes, a destruição de matas e manguezais, o cercamento de todo o entorno da comunidade, impedindo o acesso a caminhos tradicionais, às áreas de extrativismo e à terra para as necessidades de moradia.

O avanço do turismo predatório, pautado na implantação dos grandes empreendimentos e na desterritorialização das comunidades tradicionais, têm sido garantido por meio da aplicação de um conjunto de estratégias. Acredita-se que investigar e analisar essas estratégias de expansão e controle dos territórios pelo capital turístico – quase sempre com amplo apoio das estruturas e agentes do Estado – pode contribuir com o entendimento sobre os processos de desterritorialização e instrumentalizar reflexões e ações de resistência e enfrentamento ao padrão hegemônico de desenvolvimento que vem sendo implantado na região. Nesta linha, o trabalho pretende explorar teoricamente estas estratégias, aprofundando o entendimento acerca do caráter neoliberal e “colonial” do modelo de desenvolvimento e das estratégias para sua implantação.

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS ILHAS

Em Cartilha elaborada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) as comunidades tradicionais pesqueiras são apresentadas a partir da sua forma específica de organização, do modo de viver, de trabalhar e de ocupar as terras e as águas, de seus saberes e da maneira de lidar com os diversos bens naturais:

A característica principal do ser do pescador e da pescadora artesanal é a sua tradicionalidade, o modo de viver e de se relacionar com a natureza. Possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que garantem a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros. [...] A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo. Possui relação direta com a natureza, com espiritualidade e mística que suscita respeito e cuidado [...] as comunidades pesqueiras extraem da natureza o que ela é capaz de repor, conseguem conciliar de forma harmoniosa a sua sustentabilidade e a sustentabilidade ambiental nos recursos utilizados. (MPP, 2015, p 04-05).

Esta dinâmica peculiar de convivência nas comunidades pesqueiras, e entre estas e o meio ambiente, tem sido violada por agentes que impõem novas relações sociais e de organização do trabalho, e que transformam a terra, as águas, as matas em meros recursos do processo de acumulação de capital. Enquanto nas comunidades pesqueiras ainda busca-se manter uma visão do território como espaço de autonomia, convivência e sustentabilidade, “os empresários veem o mesmo espaço como espaço de lucro e exploração, onde o meio ambiente é agredido e as comunidades são consideradas atrasadas e entraves para o desenvolvimento.” (MPP, 2015, p. 04-05). As comunidades pesqueiras das ilhas, como contextualizado acima, são comunidades de predominante origem afro-indígena, algumas delas, inclusive, já se autoreconhecessem como quilombolas. Neste sentido, é possível observar que uma das repercussões da implantação do turismo é um processo de “branqueamento dos territórios” (SANTOS, 2017; CORRÊA, 2017), que geram também hierarquias e conflitos étnico-raciais, diminui o poder das comunidades, folcloriza, mercadoriza e/ou viola práticas culturais e religiosas de raiz afro-indígena.

A proliferação de novos empreendimentos nos territórios tradicionais é parte do modelo de desenvolvimento hegemônico que tem como princípio o avanço ininterrupto do processo de acumulação capitalista, com a adoção de práticas nas quais prevalece a lógica de privatização da terra e dos demais bens ambientais, a exploração do trabalho e a homogeneização cultural. Nas ilhas de Tinharé e Boipeba, a atividade econômica do turismo tem sido um pilar para o avanço dessa lógica predatória de desenvolvimento. Sob o discurso de que a expansão desta atividade gera oportunidades de emprego e renda, encobre-se a inviabilização das formas de vida e reprodução das comunidades tradicionais, a fragilização do modelo mais comunitário de exercer a atividade turística²(que perdem espaço para os investidores e demais agentes externos), e os resultados sociais e econômicos relacionados à concentração de riqueza, ao aumento da situação de pobreza e à segregação socioespacial³.

Em contraponto a esta ofensiva, as comunidades pesqueiras têm se organizado para reivindicar a proteção do território e a consequente preservação do modo de vida tradicional. Como já afirmou um integrante da comunidade de Cova da Onça/ São Sebastião (Ilha de Boipeba), “o mar não tem patrão nem empregado, é a única empresa que não demite”⁴. Na comunidade pesqueira e quilombola da Batateira (Ilha de Tinharé), diante das diversas tentativas de invasão do território por fazendeiros, seus integrantes têm se mobilizado para garantir a segurança jurídica da posse e impedir a implantação dos empreendimentos.⁵

2 O turismo comunitário pode gerar contribuições diretas às lutas pelo território das comunidades tradicionais. Na comunidade indígena pataxós da Jaqueira, localizada no sul da Bahia, as atividades turísticas têm sido exercidas como forma de gerar renda, afirmar a cultura diferencial, e fazer o enfrentamento ideológico. (GRÜNEWALD, 2010)

3 Resultados socioeconômicos e segregacionistas do turismo nas ilhas de Tinharé e Boipeba podem ser vistos em Virgens (2010).

4 Durante Seminário “Impactos Socioambientais e Sistema de Justiça”, organizado pela Universidade do Estado da Bahia e pela Associação de Juizes pela Democracia (AJD) em Valença-Ba.

5 Além das reivindicações junto ao INCRA pela regularização fundiária, que já dura mais de dez anos, a comunidade tem se mobilizado para denunciar a implantação de empreendimentos irregulares no seu território (DPE/BA, 2015)

Discursos e ações como estas, demarcam o contraponto comunitário, como também afro-indígena, aos processos de desterritorialização, fundados na privatização das terras, na “mercadorização” da natureza, na exploração da força de trabalho local, na hierarquização de étnico-racial e na eliminação da diversidade cultural.

CONTROLE TERRITORIAL E A TERRITORILIDADE DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO

O avanço desse modelo de desenvolvimento nas ilhas pressupõe o controle do território pelo capital turístico-imobiliário. Neste sentido, como explica Souza (1995; 2016), o território é mais do que espaço e deve ser definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Do mesmo modo, o controle sobre o território é mais do que o exercício do poder sobre o espaço material natural (a exemplo das águas e das terras) e sobre o espaço social (ambiente construído, a exemplo das ruas e praças), tendo como alvo “um grupo social em conexão com o espaço (a ser [des]territorializado, portanto)” (SOUZA, 2016, p. 87).

Assim, o controle do território pelo capital turístico, é mais do que a posse ou o domínio das terras, águas e demais bens naturais e socialmente construídos, mas a capacidade de impor determinadas relações de poder nas ilhas. Ou seja, trata-se de alterar o campo de forças originário, permitindo que os interesses dos protagonistas do modelo de turismo dominante prevaleçam sobre as necessidades e vontades dos que tradicionalmente vivem ali. Deste modo, o novo controle territorial é parte fundamental da desterritorialização, que pode ser entendida como a implantação da territorialidade do capital turístico, *em detrimento da, e/ou em conflito com*, a territorialidade conduzida pelas comunidades tradicionais pesqueiras.

A desterritorialização apresenta-se como conceito que visa evidenciar as formas concretas e simbólicas de dominação e/ou sobreposição de racionalidades e modos de vida. Sendo o território visto em sua multidimensionalidade, ou seja, tanto em sua dimensão política, quanto econômica, quanto cultura-simbólica (distinguíveis, porém inseparáveis) (SOUZA, 2016), a desterritorialização atinge todos estes aspectos, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).”

Segundo Sack (1986), a territorialidade “depende de quem está influenciando e controlando quem”, depende também das “dimensões econômica” (“uso da terra”) e cultural (significação do espaço), ou seja, a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão sentido ao lugar” (*apud*, HAESBART, 2004, p. 86). Ou seja, a territorialidade pressupõe o controle sobre a área e o controle sobre as relações e acesso a coisas (SACK, 2011).

No caso das ilhas de Tinharé e Boipeba, a desterritorialização têm se fundado na grilagem, apropriação privilegiada e privatização das terras, na destituição de modos de vida e produção tradicionais e nas ofensivas contra as formas culturais mais próprias das

comunidades. A nova territorialidade do capital turístico-imobiliário envolve a constituição de relações sociais fundadas, entre outras, na privatização e superexploração das terras e dos bens ambientais, em um modo de produção fundado na exploração da força de trabalho e dos bens ambientais. Neste contexto, o novo campo de forças que se estabelece gera a ampliação das interações desiguais no âmbito das relações sociais.

No que se refere às interações étnico-raciais, interessante o conceito de “branqueamento do território”, enquanto parte da nova territorialidade que se impõe sobre o território das comunidades tradicionais pesqueiras, constituídas basicamente por pessoas “não brancas”, com práticas e saberes de origem afro-indígena. Corrêa (2017), com base no ensinamento do professor Renato Santos, fala do branqueamento da cultura como a “construção da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares, regiões”. “O Branqueamento da cultura tinha e ainda tem como alvos, principalmente: religiosidade, linguagem, musicalidade, a origem e a participação de negros no corpo da cultura brasileira”. (CORRÊA, 2017, p.125).

ESTRATÉGIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO PELO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO

As Estratégias aqui são entendidas como práticas e ações que se afinam a um determinado objetivo. No fenômeno em estudo, práticas e ações no plano concreto ou simbólico que servem à expansão e ao controle do capital sobre os territórios das comunidades tradicionais. As Estratégias de dominação envolvem desde o uso da força (com ou sem o respaldo do Estado), até a busca pelo consentimento⁶. Ou seja, estratégias que se desenvolvem tanto no plano coercitivo quanto ideológico, e que transitam em diversas dimensões, seja política, espacial, econômica e/ou jurídica⁷. Apresentaremos aqui algumas das estratégias identificadas a partir dos estudos e investigações realizadas, tentando indicar situações concretas em que elas se aplicam.

Na consecução da desterritorialização das comunidades tradicionais e do controle territorial para implantação da territorialidade do capital turístico, a apropriação das terras tradicionalmente ocupadas tem sido uma estratégia fundamental. É a partir do acesso a elas que se inicia o cercamento, a mercadorização e a geração de valor fundiário; é com elas em mãos que surgem as possibilidades de investimentos que movimentam a cadeia do turismo e a consecução dos seus objetivos financeiros; é com a concentração das terras que são geradas e/ou potencializadas as condições para a dependência e subordinação da força de trabalho, além da exploração do patrimônio socioambiental.

6 A “dominação, conquanto sempre tenha a ver com poder heterônomo, não deve ser exclusivamente associada a violência e à força bruta ou bélica[.]. O fato é que, via de regra há que se buscar o componente consentimento no exercício do poder – e, por extensão, no exercício do controle sobre um espaço.” (SOUZA, 2016, p. 86).

7 Registra-se ser difícil classificar as estratégias, vez que a realidade de sua aplicação é complexa e, em muitos casos, abarcam mais de uma dimensão.

Como as ilhas de Tinharé e Boipeba são terras públicas da União (art. 20 da Constituição Federal Brasileira), especuladores, fazendeiros e/ou empresários têm adotado como prática, em muitos casos, a consecução de uma autorização de uso junto à Superintendência de Patrimônio da União, em detrimento das comunidades que são historicamente detentoras da posse das terras e teriam direito à regularização do seu território. Trata-se de uma prática de grilagem de terras públicas, que vem sendo respaldada pelos órgãos públicos responsáveis. O caso do conflito territorial que está sendo vivenciado pela Comunidade tradicional pesqueira de Cova da Onça ilustra bem esta prática.

Trata-se de um megaempreendimento que pretende se apropriar de quase todas as áreas de uso tradicional da comunidade, restando apenas as áreas já instaladas de moradia. Apesar de ser historicamente de livre acesso e posse da comunidade, está cadastrada na modalidade “inscrição de ocupação” na Superintendência do Patrimônio da União (SPU) em nome de Ramiro José Campelo de Queiroz, sendo que este teria vendido o autorização de uso da área para uma empresa chamada “Mangaba Cultivo de Coco”, que se apresenta como dona do empreendimento. Esta empresa é de propriedade, dentre outros, de Arminio Fraga (Ex-ministro da economia do Governo de Fernando Henrique Cardoso), Roberto Marinho (um dos donos da Rede Globo de televisão). Este contexto remete às seguintes conclusões quanto às ações/omissões ilegais do Estado no sentido de legitimação da grilagem:

Descumprimento do direito à regularização do território da comunidade:

As comunidades tradicionais da ilha deveriam ser beneficiadas com a Concessão de Direito Real de Uso, nos termos do art. 7º do Dec-Lei 271/1967 e com a Concessão de Uso Especial nos terrenos de marinha[...] No entanto, nada foi feito neste sentido pelos órgãos do Estado. Ademais, no caso da comunidade de Cova da Onça foi solicitada em 2015 à SPU a emissão do TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável (Processo 04941.004964/2013-14), previsto na Portaria 89/2010 da SPU, com vistas assegurar, mesmo que de forma precária, seu Direito ao Território. Enquanto *as concessões de uso e a TAUS de Cova da Onça, até o momento da elaboração deste trabalho, não são asseguradas, o processo de implantação do empreendimento avança com a licença previa já concedida.* **A inscrição de ocupação da área do empreendimento, que está em nome do Senhor Ramiro tem sua transferência ao Grupo Mangaba Cultivo de Côco Ltda condicionada à regularização do território tradicional de Cova da Onça:** A inscrição de ocupação é um tipo de autorização de uso, de natureza precária, ou seja, pode ser cancelado a qualquer tempo. Pode a União, portanto, caso necessite do terreno, imitar-se e promover sumariamente a sua desocupação, nos termos do art. 132 do Decreto-Lei n.º 9760/46. Além disso, *o art. 9º, II da Lei Federal 9.636/98, veda a inscrição de ocupação onde esteja ocorrendo ou tenha ocorrido comprometimento da integridade das áreas de uso comum do povo, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais e de implantação de programas ou ações de regularização fundiária de interesse social ou habitacionais das reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.* Neste sentido, é possível atestar que implantação do empreendimento com suas cercas e

intervenções construtivas, a exemplo do condomínio de casas, campo de golfe e do aeródromo, comprometem seriamente as áreas de uso comum do povo, como as praias, e as áreas de preservação ambiental, necessárias à proteção dos ecossistemas, como nascentes e manguezais. Sua implantação compromete ainda o processo de regularização fundiária das comunidades tradicionais pesqueiras que vivem na ilha, e das áreas ocupadas pela Comunidade Quilombola de Monte Alegre. A contradição da atuação do Estado é ainda mais gritante por se tratar da destinação da área, equivalente a 20% da ilha de Boipeba, para atender interesses privados atravessados por processos especulativos, em detrimento de um conjunto de comunidades pesqueiras e quilombolas que deveriam ter seus direitos sobre o território da ilha priorizados e reconhecidos”.(CAVALCANTI e WANDERLEY, 2017, p.17-18)

Confirma-se o uso, pelo capital turístico-imobiliário, do Estado e de seu sistema jurídico-administrativo como instâncias que – de forma comissiva e omissiva – permitem, legitimam e asseguram formalidade aos processos de apropriação privada das terras, em detrimento dos povos e comunidades tradicionais que fazem seu uso efetivo e que teriam prioridade na titulação, conforme a Lei Federal 9.636/98. Situações similares a esta são encontrada em toda a área das ilhas gerando a violação sistemática dos territórios das comunidades tradicionais.

O Estado tem sido um instrumento essencial para a expansão do turismo nas ilhas e seus processos desterritorialização, e faz isso não só garantindo a apropriação privada/grilagem⁸ das terras nos territórios tradicionais, como também por meio de programas de financiamento aos grandes empreendimentos turísticos; da legitimação dos impactos sociais, ambientais e culturais, através da concessão de licenças ambientais; dos processos de perseguição e criminalização das comunidades que lutam pelo direito ao território.

Estas ações ilegais do Estado que visam respaldar juridicamente às ações do capital sobre os territórios tradicionais (dando tom de legalidade elas), impactam diretamente no sentimento de aceitação por parte de muitos dos integrantes das comunidades. A apresentação de uma licença ambiental ou urbanística, de um documento sobre a titularidade fundiária, a imputação de um crime servem diretamente às construções dos consensos necessários para desterritorializar as comunidades. Diante disto, as iniciativas de autodefesa e proteção dos territórios tradicionais são apontadas como inadequadas e/ou criminosas não só por pessoas de fora da comunidade que se aliam aos interesses dos grileiros e empresários, mas também de pessoas da própria comunidade. Em Cova da Onça é possível verificar a disseminação e reprodução de discursos de que “os empresários são donos da terra e tem direito de fazer o que bem quiserem”, em questionamento direto às iniciativas de enfrentamento à implantação do empreendimento.

Em Garapuá(Tinharé) a derrubada de cercas que empresários colocaram nas margens da lagoa que abastece a comunidade - além de servir como área de lazer e

8 Sobre a grilagem de terras públicas, ver AATR (2017), que, dentre outros, expõe as formas de grilagem no âmbito do conflito territorial na comunidade Cova da Onça (Ilha de Boipeba).

extrativismo de frutas, cipós e folhas -, gerou a abertura de inquérito penal contra várias pessoas da comunidade, como forma de reprimir e reafirmar os discursos que criminalizam as lutas pela defesa e retomada dos territórios.⁹

As estratégias ideológicas e repressivas para assegurar a privatização e apropriação dos territórios das comunidades tradicionais ainda mais nítidas no conflito enfrentado pela comunidade de Batateira (Tinaré). Neste caso, uma das ações repressivas salta aos olhos pelo nível de perversidade.

Em 09 de setembro de 2010, Manoel Che Filho invadiu a comunidade com mais 12 homens, entre eles 3 policiais a paisana. Eles chegaram às 7h da manhã e ficaram até às 15h. Nesse período de 8h que permaneceram na comunidade, derrubaram três casas, atiraram várias vezes pra cima, colocaram revólveres na cabeça de mulheres e adolescentes, xingaram os moradores, colocaram a liderança da comunidade Claudeci numa roda com 12 homens e bateram no seu rosto, ameaçando sua vida, na frente das crianças da comunidade, inclusive seu filho de 5 anos, que tem demonstrado traumas de ter presenciado a violência com sua comunidade e sua família. (GELEDES, 2011)

Além das violências e perseguições sofridas (dentre elas a dificuldade de seus integrantes de ter acesso aos serviços públicos no município¹⁰), a comunidade sofre um conjunto de racismos e preconceitos na região pelo fato de estar buscando a demarcação do território. Circula a ideia de que “a comunidade não é quilombola e que ser apropriar do que não é dela”, mesmo já tendo sido certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares e tendo sido emitido e publicado o Relatório de Identificação de Demarcação (RTID) pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que reconhece o direito ao território da comunidade.

Para além das estratégias ideológicas que se aplicam diante dos casos específicos, identifica-se a disseminação de discursos na região que visam legitimar o modelo de desenvolvimento do capital turístico-imobiliário e a implantação dos empreendimentos. Como explica Porto (2016), circula a ideia

[...] de que as comunidades locais sejam beneficiadas pela expansão dos empreendimentos, no sentido de que a expansão desta atividade traria oportunidades de emprego e de geração de renda. Este é um dos motes centrais que autoriza e justifica a expansão da prestação de serviços turísticos como uma atividade econômica. Ocorre que parte significativa da população local é formada por pescadores e comunidades quilombolas, que desenvolvem historicamente atividades agrícolas, artesanais e extrativistas que são colocadas em risco pela expansão dos equipamentos e estruturas do turismo. (p. 36).

9 Sobre esta situação ver manifesto da comunidade pesqueira de Garapuá, disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/noticia/comunidade-pesqueira-de-garapu%C3%A1-lan%C3%A7a-manifesto-contra-ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-seu-territ%C3%B3rio>>

10 Registra-se que o Senhor Manoel Palma Ché Filho, que fez a ação criminosa na comunidade, é atualmente o vice-prefeito do município de Cairu, onde esta inserida a comunidade Quilombola da Batateira.

Para o autor, a propagação destes discursos seria, portanto, parte das estratégias “do arranjo político do turismo para “governar”, conduzir e se apropriar da força de trabalho da população local” (PORTO, 2016, p.36). Discursos que também mascaram um conjunto de outros impactos socioambientais, culturais e econômicos, que afetam diretamente as comunidades tradicionais pesqueiras e seus territórios.

Outras estratégias têm sido utilizadas pelo capital turístico na consecução de seus interesses lucrativos, podendo-se citar: a expulsão indireta dos nativos (a partir do aumento do custo de vida nas localidades onde o capital turístico amplia seu domínio, como bem visualizado no caso do Morro de São Paulo); ações de ameaça e violência contra integrantes das comunidades que resistem às incursões do capital sobre os territórios tradicionais (após o ataque citado acima, os integrantes da comunidade da Batateira já foram ameaçado diversas vezes); gerar dependência e subordinação econômica, por meio do domínio sobre a cadeia econômica da pesca e do turismo, subvalorizando os produtos da pesca artesanal e enfraquecendo o turismo comunitário; as ações para gerar conflitos entre integrantes das comunidades (caso de cova, com relatos de contratação de pessoas da comunidade e ação de descaracterização das lideranças combativas) e entre as comunidades (tendo como exemplo o discurso de que a comunidade Quilombola da Batateria estaria impedindo o desenvolvimento de outras comunidades).

Destaca-se ainda as estratégias e práticas de branqueamento do território, que e são parte da desterritorialização das comunidades tradicionais e que têm servido aos interesses de dominação do capital turístico. O branqueamento do território atua

[...] diretamente no ordenamento da ocupação do território, o *branqueamento da ocupação*, outra criando uma imagem e/ou apagando outra – um geografia imaginativa dos grupos e seus símbolos - do território, o *branqueamento da imagem*, e, por fim, a normatização de uma cultura eurodescendente como única matriz válida em detrimento de outras, o *branqueamento da cultura*. Essas dimensões sintetizam a tentativa de invisibilização e reconstrução sob a lógica eurocêntrica de “territórios não brancos”[...] (SANTOS, 2009), das geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2003) negras e indígenas no território. (CORRÊA, 2017, p.123)

No contexto das ilhas, e especialmente na localidade do Morro de São Paulo onde o projeto turístico do capital está mais avançado, o “branqueamento do território” pode ser observado na expulsão de uma população “não branca” que vivia mais próxima da faixa de praia (*branqueamento da ocupação*), na destituição de um padrão estético afro-indígena e das grafias tradicionais no espaço (*branqueamento da imagem*), e na ofensiva direta ou indireta contra o modo vida, os costumes, e as demais práticas culturais e religiosas (*Braqueamento da cultura*)

Em relação ao *branqueamento da ocupação*, trata-se de um fenômeno visivelmente presente na maioria das comunidades da ilha, mesmo que mais avançado na comunidade do Morro de Paulo. Nesta, onde viviam os moradores mais tradicionais, em sua maioria

de origem afro-indígena, de uma faixa de renda mais baixa, com moradias mais simples, em que a pesca artesanal, enquanto atividade produtiva ganhava destaque, observa-se hoje um cenário de grandes pousadas e hotéis, bares e restaurantes “de luxo”. Uma nova organização espacial, em que as áreas mais centrais e próximas ao mar foram quase que totalmente tomadas por moradores brancos de alta renda, enquanto os antigos moradores, pescadores/as e trabalhadores - que não migraram para outras cidades - se apertam em bairros bastante precarizados e mais distantes da praia, um deles conhecido como “buraco do Cachorro”.

O branqueamento da imagem é visualizado nas pousadas e hotéis onde os corpos negros circulam na condição de mão de obra precarizada, em atividades intrinsecamente pautadas no servilismo. Nas festas privadas, em regra, corpos negros são vistos e mantidos na condição de servir, fora do novo padrão de beleza europeizada ou numa lógica de objetificação, hipersexualização, e mercadorização. Estes exemplos demonstram, por um lado, que a nova organização socioespacial tem atendido elementos presentes no pensamento e nas práticas dos turistas de que “a periferia do capitalismo é o ‘bordel do primeiro mundo’, (OURIQUES, 2005. p. 104), de que o ‘outro’ é “mero objeto, pela sua sexualidade e pela sua raça.” ((OURIQUES, 2005. p. 104). De outro lado, remete à expectativas de superioridade presente no repertório das elites brancas. Como explica KRIPPENDORF (1989):

“no hotel, na praia, só se toma conhecimento dos nativos através de suas funções como serviçais: o servente, a arrumadeira, o vigia, os vendedores de souvenirs, o chofés, os músicos, os dançarinos de musicas folclóricas. Esta situação reforça o sentimento de superioridade.(p. 113)

Algumas atividades, de forma assustadora repetem cenários escravistas, como é o caso dos carregadores de mala que, eventualmente, chegam a carregar os turistas brancos pelas ruas da localidade.



Figura 2 e 3 - Trabalho dos carregadores de malas na localidade do Morro de São Paulo.

Dentre elementos que remetem mais diretamente ao branqueamento cultural, pode-se citar a ofensiva contra as religiões de matriz africana, presente no repertório racista da desterritorialização. Esta ofensiva pode ser vista tanto na folclorização e mercadorização de elementos desta religião, quanto na estigmatização/demonização das religiões de matriz africana e das suas lideranças espirituais. As lideranças das religiões neopentecostais constantemente assumem o protagonismo dos processos de estigmatização/demonização e tem ampliada cada vez mais a inserção nos territórios das comunidades tradicionais das ilhas. Um elemento estratégico da ofensiva da contra as religiões de matriz africana pode ser apontado no fato de afirmam o vínculo com a preservação ancestralidade, cultura, modo de vida e identidade negra e com o sagrado das águas, das matas, da terra. Concepções que não interessam aos que pretendem transformar meio ambiente e cultura em mercadoria, em meio para obtenção de lucro.

Este o cenário encontrado nas ilhas, onde a invasão do turismo tem cada vez mais colocado a comunidade pesqueira e a população “não branca”, que tradicionalmente vive e controla as localidades, numa condição de subalternidade e dominação política, econômica, espacial e cultural-simbólica.

A PERSPECTIVA NEOLIBERAL E A COLONIALIDADE NA EXPANSÃO E NAS ESTRATÉGIAS DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO

Estudar as estratégias de expansão da atividade econômica do turismo nas ilhas de Tinharé e Boipeba e a desterritorialização das comunidades tradicionais pesqueiras exige um esforço de compreensão dos processos macro políticos e econômicos que determinam e/ou influenciam diretamente o contexto local ou regional.

Neste sentido, torna-se relevante buscar aporte nos escritos que decifram o estágio atual do capitalismo e do seu processo de globalização. Como demonstra Harvey (1992), na atualidade, o processo de mundialização da economia e do modo de produção e reprodução social capitalista está desenhado nos moldes da ofensiva neoliberal. Dentre os pilares desta ofensiva está a eliminação, pelos países ditos periféricos, de qualquer barreira ao capital internacional (e nacional) e à penetração do mercado nos diversos e variados espaços. Flexibilizar normas trabalhistas e ambientais e permitir o livre acesso do capital às terras, são exemplos de funções exercidas por Estado e governos no âmbito do projeto neoliberal.

No Brasil, a ofensiva neoliberal ganha corpo a partir da eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989. Segundo Filgueiras (2006) o neoliberalismo, “que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda força. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil.” (FILGUEIRAS, 2006, p.184). Como destacou Ianni (1989), “[...] a burguesia nacional rompe os compromissos tácitos com o proletariado e alguns outros setores do populismo, em benefício de suas razões

estratégicas, dadas pela ordem capitalista” (IANNI, 1989, p. 100). A aliança do capital nacional com o capital internacional é intensificada e o Estado brasileiro vai consolidando, ainda mais, sua subordinação aos interesses dos investidores estrangeiros.

No setor turístico a lógica se repete. O Decreto Lei 448, de 1992, já “procurava autorizar as práticas e estratégias (diversas) do setor privado no ramo de turismo, com vistas a atrair o interesse e o investimento internacional para o fomento desta atividade” (PORTO, 2016, p.165). A Política Nacional de Turismo estabelecida por este decreto já aponta o turismo como “fonte de renda nacional”, ou seja, como atividade capaz de atrair recursos externos, e a ser explorada pelo capital nacional e internacional.

Dentro, e para além disto, constata-se a presença de um padrão de poder colonial no avanço da indústria do turismo, e de seus megaprojetos, sobre as comunidades tradicionais pesqueiras. Neste caminho, torna-se pertinente trabalhar com o conceito de colonialidade, apresentado por Quijano (1997). Colonialidade enquanto padrão de poder que transcende às particularidades do colonialismo histórico, ou seja, que não desaparece com os processos de independência dos Estados nas regiões colonizadas. Pelo contrário, a colonialidade do poder torna-se intrínseca à expansão do projeto econômico e cultural capitalista após a “descoberta” das Américas. Para o autor, a “globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117).

A categoria colonialidade contribui para decifrar com mais precisão o aspecto eurocêntrico e cultural do projeto capitalista, que envolve a subjugação do conhecimento, das formas de trabalho e do modo sociabilidade de comunidades e povos “não-europeus”. Neste sentido, operações mentais gestadas na experiência histórica colonial repercutem a concepção de que tudo que for diferente do padrão cultural e econômico capitalista é tido como inferior, primitivo, atrasado, “não científico”, mítico. Conforme Quijano (2005) “o mito fundacional da versão eurocêntrica da modernidade é a ideia do estado de natureza como ponto de partida do curso civilizatório cuja culminação é a civilização europeia ou ocidental” (QUIJANO, 2005, p. 127)¹¹. Tudo que for diferente do padrão econômico e de sociabilidade capitalista é tido como inferior, primitivo, atrasado.

Corresponde a um padrão de poder capaz de exercer controle sobre a natureza, sobre o trabalho, sobre o conhecimento, e sobre a cultura (QUIJANO, 1997 e 2005). No que se refere ao controle sobre a natureza, com base na noção de colonialidade do poder, Assis(2014) afirma que os agentes do capital instrumentalizam a chamada “colonialidade na apropriação da natureza”, que se refere à existência de formas hegemônicas de lidar com os recursos naturais, considerando-os mercadorias, este controle “representa

11 O olhar sobre o caráter colonial e eurocêntrico da expansão do capitalista remete também à problematização da dinâmica de formação dos Estados nacionais. No caso dos países americanos do cone sul, se evidencia que “a construção do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços” (QUIJANO, 2005, p.135). Construção esta que se mantém em marcha no continente.

o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios”. (ASSIS, 2014, p.624).

Esta perspectiva fornece, portanto, elementos fundamentais para compreender o processo de desterritorialização das comunidades tradicionais das ilhas de Tinharé e Boipeba. A inserção destes territórios à “economia global”, tem se dado por meio da degradação e contaminação do meio ambiente, da expropriação de populações tradicionais, da exploração do trabalho, como também na eliminação da diversidade cultural. Na ofensiva da indústria do turismo sobre os territórios das comunidades tradicionais pesqueiras esse roteiro se repete, seja pela via dos impactos na dimensão material – como, por exemplo, nos ataques aos bens ambientais, ao território pesqueiro, ao modo de trabalho artesanal –, seja nas transformações que interferem na dimensão imaterial, algo que vai desde a “ressignificação simbólica dos lugares, de modo a torná-los aprazíveis aos turistas” (PORTO, 2016, p. 157), passando pela eliminação e “mercadorização” de costumes e tradições locais.

O avanço do capital turístico sobre territórios originalmente controlados por comunidades tradicionais pesqueiras, de descendência iminentemente negra e indígena, com um modo de produção, costumes e formas de organização política próprias tem significado a imposição de um padrão civilizatório eurocêntrico vendido como mais avançado ou moderno. Esta imposição é reforçada com o discurso de desenvolvimento, que parte do pressuposto de que as comunidades pesqueiras estão paradas no tempo e presas no espaço devendo ser incluída no sistema-mundo moderno, principalmente a partir de investimentos no turismo. Um desenvolvimento que visa a superação de relações sociais, ambientais, culturais, ancestrais/religiosas e produtivas tidas como atrasadas, embranquecer territórios, sujeitos e comunidades. Um desenvolvimento que tem como horizonte real a incorporação de novos territórios e de novos sujeitos ao processo de acumulação do capital, que além de neoliberal¹², traz em sua essência o caráter colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho elencou estratégias que têm sido utilizadas para a desterritorialização das comunidades tradicionais das ilhas de Tinharé e Boipeba, enquanto pressuposto para a garantia dos interesses do capital turístico-imobiliário. Neste caminho, verificou-se a utilização de estratégias das mais diversas e perversas, em uma linha que vai desde mecanismos ideológicos a repressivos, formais a clandestinos. Estratégias que transitam por dimensões políticas, jurídicas, econômicas, espaciais e culturais.

¹² Apesar da contradição entre neoliberalismo e desenvolvimentismo, compreende-se que o neoliberalismo também tem como objetivo o desenvolvimento econômico capitalista, no entanto, o neoliberalismo fomenta uma atuação mais subserviente do Estado, retirando deste os poderes de planejamento econômico, tornando-o garantidor de que os investimentos privados nacionais e internacionais possam acontecer com apoios e sem empecilhos tributários, financeiros, fundiários, ambientais, trabalhistas, políticos e etc.

Visando uma compreensão mais crítica e consistente dessas estratégias mostrou-se relevante buscar elementos históricos do processo de ocupação das ilhas, levantar especificidades que marcam as comunidades que vivem tradicionalmente nelas, e apontar resultados materiais e simbólicos da invasão dos territórios das comunidades pelo turismo predatório e seus megaempreendimentos.

Com isto, identifica-se que a expansão do capital turístico sobre as ilhas e suas estratégias tem caráter neoliberal, vistos, por exemplo, nos processos de flexibilização na aplicação das normas ambientais, para assegurar investimentos privados nacionais e internacionais, e caráter colonial, presente, por exemplo, na lógica de modernização e branqueamento dos territórios tradicionais. Neste contexto o desenvolvimento, enquanto discurso e prática, aparece como acelerador da acumulação capitalista e como estratégia multidimensional de controle social (MONTENEGRO e ROCHA, 2017). Ou seja, desde uma dimensão mais econômica, mas também desde uma dimensão relaciona com um poder que se expressa de forma multifacetada.

Buscou-se, assim, investigar as estratégias de desterritorialização em sua historicidade, multiescalaridade e multidimensionalidade, visando fornecer mais elementos teóricos para compreender e enfrentar a lógica de desenvolvimento neoliberal e moderno-colonial, presentes na expansão do capital turístico-imobiliário sobre os territórios das comunidades tradicionais das ilhas.

REFERÊNCIAS

AATR - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. **No Rastro da Grilagem: Formas Jurídicas da Grilagem Contemporânea**. Salvador, v. 01, 2017. Disponível em: <https://cptonacional.org.br/downloads-2/download/25-cartilhas/14065-no-rastro-da-grilagem-formas-juridicas-da-grilagem-contemporanea>. Acessado em: 23 fev. 2019.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, 2014.

CAVALCANTI, Francine; WANDERLEY, Leonardo Fiusa. **MEGAEMPREENHIMENTO NA COMUNIDADE TRADICIONAL DE COVA DA ONÇA: Uma análise da atuação do Estado nos conflitos socioambientais**. In: Seminário Internacional de Geografia Agrária. Curitiba. Anais do Seminário Internacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017.

CORRÊA, Gabriel. **O branqueamento do território como dispositivo de colonialidade do poder: notas sobre o contexto brasileiro**. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de Oliveira (org.). *Geografia e giro descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - DPE/BA. **Ouvidoria da DPE/BA realiza de Audiência Pública em Cairu**. Salvador, 29 out. 2005. Disponível em: http://www.defensoria.ba.def.br/portal/index.php?site=4&modulo=eva_conteudo&co_cod=14076, publicado em 2015. Acesso em 01 set. de 2017.

FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Org.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes: tendências globales y experiências nacionales**. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, v. 1, 2006.

GELEDES. Comunidade quilombola de Cairu (BA) é ameaçada por fazendeiro. 02 jun. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/comunidade-quilombola-de-cairu-ba-e-ameacada-por-fazendeiro/>. Acesso em: 17 fev. 2019

GRAEL AMBIENTAL. **Relatório de impacto ambiental do empreendimento Ponta dos Castelhanos**. Processo de Licenciamento Ponta dos Castelhanos, INEMA, 2014.

GRÜNEWALD, RODRIGO. **O potencial do turismo étnico para o desenvolvimento de comunidades**. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/o-potencial-do-turismo-etnico-para-o-desenvolvimento-de-comunidades/>. Rede Mobilizadores, 13 de out. 2010. Acesso em: 07 de Dez. de 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, O. **A Formação do Estado Populista da América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compressão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MONTENEGRO, Jorge; ROCHA, Otavio Gomes. **A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais**. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira (org.). Geografia e giro descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 57-77.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL – MPP. **Cartilha para trabalho de base da campanha pelo território pesqueiro**. Salvador, 2012. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro_projeto1.pdf. Acessado em 15 jan. 2019.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A Produção do turismo: Fetichismo e dependência**. Ed. Alínea. Campinas, 2005.

PAIXÃO, Luis Henrique Couto. **Expansão do turismo no Município de Cairu e ameaça ao modo de vida pesqueiro da localidade de São Sebastião**. Salvador, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/secosteiros/article/view/18442>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PORTO, J. R. S. **Poder e Território no Baixo Sul da Bahia: Os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina.** In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Colección Sur Sur, pp.118-142, 2005.

SACK, Robert. **Human Territoriality :its theory and history.** Cambridge : Cambridge University Press, 1986.

_____. **O significado de territorialidade.** In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, pp. 63-90, 2011.

SANTOS, Renato. **O movimento negro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial.** In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de Oliveira (org.). *Geografia e giro descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 57-77.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro et al. (orgs.): *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

_____, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2016

VIRGENS, Daniela Araújo. **Turismo e transformações espaciais: o caso do município de Cairu – Bahia.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia, 2010.

CAPÍTULO 4

EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE MATÃO - SP USANDO GEOTECNOLOGIA DE ACESSO LIVRE

Data de aceite: 01/07/2024

Jéssica Aline Daguano

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0009-0004-2222-108X>

Gilberto Aparecido Rodrigues

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga-
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9532-120X>

Kátia Cristina Galatti

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga-
São Paulo - Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-6555-2370>

Roberta Angela da Silva

Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0009-0006-2830-0082>

Maria Aparecida Bovério

Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0259-4909>

Luciana Aparecida Ferrarezi

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9822-7013>

Carlos Pereira de Castro Filho

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
(Fatec)
Taquaritinga - SP - Brasil
<https://orcid.org/0009-0000-3811-2882>

Vanessa Amaro Vieira

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
Taquaritinga - São Paulo - Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0454-5713>

Luciano de Jesus Rodrigues de Barros

Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga
Taquaritinga - SP -Brasil
<https://orcid.org/0009-0007-5137-9531>

RESUMO: O crescimento das cidades constitui-se em um evento complexo, muito estudado e envolve algumas áreas do conhecimento, tal qual geografia, sociologia, planejamento e economia. O tema aborda várias dimensões, incluindo suas causas, consequências e diferentes modelos teóricos para compreendê-lo. O intuito desse estudo foi analisar as variações do crescimento urbano do município de Matão-SP, em condição multitemporal nos anos de 2004 a 2024. A metodologia utilizada para o estudo foi análise de imagens de satélite utilizando o software *Google Earth Pro*.

Constatou-se que a região de Matão-SP se destaca pela produção de cana-de-açúcar e outras culturas, o que contribuiu para o aumento da atividade industrial, principalmente no setor sucroalcooleiro e citrícola. Com o avanço das fábricas locais, houve uma demanda crescente por mão de obra, o que atraiu migrantes de outras regiões, resultando em um aumento populacional e na expansão urbana. A expansão territorial da cidade de Matão ocorreu principalmente em direção às áreas rurais circundantes, onde novos loteamentos foram criados para acomodar a crescente população. Além disso, investimentos em infraestrutura, como estradas e serviços públicos, também contribuíram para a expansão da cidade e sua importância regional. No entanto, é importante notar, que o crescimento urbano nem sempre ocorre planejadamente, resultando em questões preocupantes, tal qual o adensamento desordenado, problemas de enchentes em algumas áreas centrais da cidade, como resultado provável da impermeabilização do solo urbano. Assim, administração do desenvolvimento das cidades tornou-se uma preocupação importante para as autoridades locais, visando garantir um desenvolvimento sustentável e de qualidade para a cidade de Matão e sua região circundante.

PALAVRAS-CHAVE: crescimento urbano; espaço geográfico urbano; espaço geográfico rural; urbanização

ABSTRACT: The growth of cities is a complex event, extensively studied and involving several areas of knowledge such as geography, sociology, planning, and economics. The theme encompasses various dimensions, including its causes, consequences, and different theoretical models to comprehend it. The purpose of this study was to analyze the variations in urban growth of the municipality of Matão-SP, in a multi-temporal condition from the years 2004 to 2024. The methodology used for the study was satellite image analysis using Google Earth Pro software. It was found that the region of Matão stands out for the production of sugarcane and other crops, which contributed to the increase in industrial activity, especially in the sugarcane and citrus sectors. With the advancement of local factories, there was a growing demand for labor, attracting migrants from other regions, resulting in a population increase and urban expansion. The territorial expansion of the city of Matão occurred mainly towards the surrounding rural areas, where new subdivisions were created to accommodate the growing population. In addition, investments in infrastructure, such as roads and public services, also contributed to the expansion of the city and its regional importance. However, it is important to note that urban growth does not always occur in a planned manner, resulting in concerning issues such as disorderly densification, flooding problems in some central areas of the city, likely as a result of urban soil sealing. Thus, city development management has become an important concern for local authorities, aiming to ensure sustainable and quality development for the city of Matão and its surrounding region.

KEYWORDS: urban growth; urban geographic space; rural geographic space; urbanization.

INTRODUÇÃO

O uso da geotecnologia tem expressado ser uma ferramenta poderosa para entender e analisar o desenvolvimento urbano. No contexto específico do município de Matão, essa abordagem nos fornece insights interessantes sobre a expansão territorial urbana. Durante as últimas duas décadas, a cidade de Matão, localizada no interior do estado de São Paulo, apresenta um notável período de transformação e crescimento. Dos anos de 2004 a 2024, esse município passou por mudanças significativas em várias áreas, incluindo demografia, economia, infraestrutura e bem-estar.

Segundo ensinamentos, uma característica do ambiente urbano que favorece a geração de políticas capazes de amenizar as consequências ao meio ambiente é o uso e tomada do solo nas cidades, ofertando à população um ecossistema ecologicamente harmonioso, aumentando o bem-estar dos cidadãos (LIMA e AMORIM, 2006).

A geotecnologia abrange um bloco de técnicas e ferramentas que concedem a coleta, processamento, análise e contemplação de elementos geoespaciais. Esse instrumento utiliza conjuntos de sistemas de referências geográficas, sensoriamento remoto e georreferenciamento. Essas tecnologias oferecem uma visão holística do ambiente urbano, permitindo uma análise detalhada de sua dinâmica e evolução ao decorrer do tempo. O geoprocessamento é um agrupamento de dados geográficos que, mediante técnicas, utilizam informações como suporte para outras áreas como a Esquematização Urbana e Regional (Câmara; Davis; Monteiro, 2000).

Entender o processo de aumento populacional urbano utilizando instrumentos de geoprocessamento, como o sensoriamento remoto, torna a identificação do desenvolvimento dos centros urbanos mais eficaz. Será abordado esse desenvolvimento utilizando software *livre Google Earth Pro* para refletir e encontrar as variações no crescimento urbano de Matão. As mudanças essenciais que destacaram a cidade nos últimos tempos foram definidas pelo aumento da urbanização.

Uma das características mais notáveis do *Google Earth Pro* é a sua vasta coleção de imagens de satélites de alta qualidade, que permite aos usuários captar paisagens e cidades com uma nitidez impressionante, e até mesmo observar detalhes das vias públicas, árvores em ambiente urbano (AUGUSTO; RODRIGUES; BOVÉRIO, 2020; Priano *et al.*, 2020; Lotti *et al.*, 2022) e, da mesma forma, é possível realizar trabalhos de expansão urbana (Lima *et al.*, 2022; Fincolo; Rodrigues; Soares, 2022; Reguini *et al.*, 2023) ou mesmo explorar o uso do software *Google Earth Pro* em conteúdos de geografia no Ensino Médio (SANTOS, DIAS; MELO, 2018).

Gradativamente mais os programas de estruturação ambiental são executados nos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), reproduzindo o verdadeiro espaço geográfico, complementando noções espaciais e elaborando mapas por meio do geoprocessamento (Castro, 2016). Castro, Dias e Amanajás (2016), registraram a quantidade de indivíduos arbóreos na cidade de Macapá, AM, fazendo-se o uso do *software ArcGIS 8.3* para elaboração dos mapas temáticos, de tal forma que foi possível identificar 2.092 indivíduos arbóreos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento urbano pode fornecer uma base sólida para compreender os padrões de ampliação urbana. Elas exploram fatores como localização, acessibilidade, efeitos de aglomeração e dispersão, que influenciam como as cidades se expandem.

Segundo Vianna (2020), ao verificar as transformações do espaço rural da cidade de Seropédica-RJ, foi constatado que a agricultura familiar surgiu padecendo de ampla impactação ambiental, política e econômica, causado pela chegada de novas agroindústrias, com o incentivo e atribuição do poder público local, que causou consequências socioeconômicas graves e que resultou em um aumento da demanda de êxodo rural e o afastamento do município de atividade propriamente agrícola, e outro fator que colaborou para a diminuição das atividades rurais foi a não inserção dos pequenos produtores no comércio local.

Segundo Borges *et al.* (2020), a evolução dos habitantes da zona urbana desalinhada em sucintos povoados é um fato corrente, que lembra inquietação de órgãos capacitados. Para amenizar o impasse e os danos ambientais provocados pela ampliação urbana é necessário elaborar e ter uma maior apreensão do cenário de onde a população está inserida. Além dessas plausíveis medidas, são enfatizados métodos governamentais que acometem questões étnico-raciais, as quais são consolidadas por apreensão da arquitetura urbana, promovendo e propiciando quando possível, o conforto da população em um tempo menor, e no longo prazo preocupar-se com as novas gerações.

De acordo com Siqueira (2015), o serviço remoto permite a coleta de dados sobre a superfície terrestre através de imagens alcançadas por satélites, aviões e drones. Essas representações possibilitam caracterizar áreas territoriais e a pesquisa relacionada às mudanças acontecidas na paisagem ao decorrer dos anos, facilitando a constatação da expansão urbana e o acompanhamento de seu efeito ambiental. Além de que, a monitoração através do uso de tecnologias geográficas pode ser empregada para gestão urbana baseada em informações existentes da região, possibilitando a classificação das áreas de risco, a formação de parâmetros para a administração dos recursos naturais e a execução de políticas públicas focadas para o beneficiamento da qualidade de vida dos residentes (Almeida, 2010). Outro benefício é a oportunidade de compreender distintas fontes de informações, tais como, efeitos climáticos e apontamentos de serviços urbanos, possibilitando uma visualização mais abundante e adaptada do desenvolvimento de expansão urbana (Costa *et al.*, 2013)

O ambiente urbano pode ser visto como grupos distintos em um determinado espaço. Ao utilizar esses espaços, são definidos como: centro, bairros residenciais, áreas industriais, espaços de lazer etc. Quanto aos problemas de infraestrutura, segundo Tucci e Gens (1995), Tucci e Collishonn (2000) e Lopes, Lima Junior e Matos (2020), é o aumento da urbanização descontrolada que resultou na expansão da impermeabilização do solo e no

volume de água pluvial, o que poderá acarretar prejuízos materiais e humanos, enchentes, entre outros. Para que esse tipo problema não aconteça, é fundamental boas estratégias que contenham as instalações de drenagem de água.

Nas últimas décadas, um tema muito abordado pelas Organizações de Nações Unidas (ONU) nas conferências internacionais são os avanços tecnológicos e disseminação da consciência ambiental. Esse o assunto é relacionado com o bem-estar e a qualidade de vida. Pode-se enfatizar que alguns problemas persistem e até crescem, como a poluição do ar, da água e do solo, assim como desmatamento e diminuição da biodiversidade.

Assis e Lopes (2013) empregaram o uso do software *Google Earth Pro* como instrumento para a investigação espacial de rodovias e encontraram uma interatividade significativa com o programa, visto que as imagens do ambiente geográfico facilitaram visualizar as imagens e examinar os impactos de algumas rodovias no estado do Paraná-PR. Nessa mesma linha de estudo, Reguini *et al.* (2023) avaliaram a expansão urbana da cidade de Dobrada-SP, cidade com menos de 10 mil habitantes, na qual o software *Google Earth Pro* propiciou a coleta e análise de dados espaciais, em que foi possível entender os padrões de crescimento urbano e mudanças no uso e ocupação do solo de áreas rurais, e mostra claramente pelas imagens o predomínio da cultura da cana-de-açúcar.

Ao examinar o desenvolvimento urbano de São Miguel do Oeste-SC utilizando geotecnologias, Maziero *et al.* (2021) identificaram um notável aumento no território durante os anos 1970, impulsionado pela migração de várias famílias de outras regiões. A topografia naturalmente favorável da paisagem rural desempenhou um papel crucial na expansão urbana, levando ao crescimento vertical do município.

De acordo com Borges *et al.* (2020), o crescimento desordenado da população urbana em pequenos municípios é uma ocorrência comum que levanta preocupações entre as autoridades responsáveis. Para evitar problemas ambientais e sociais decorrentes da expansão urbana, é imperativo haver um planejamento cuidadoso e uma consideração significativa pela condição social da população. Além das medidas preventivas mencionadas, é importante destacar que políticas governamentais que abordem questões étnicas e sociais são fundamentais para a promoção da arquitetura urbana e, sempre que possível, para o bem-estar imediato da população, bem como para garantir a qualidade de vida das futuras gerações a longo prazo.

As mudanças das áreas urbanas e rurais em qualquer município, com o passar do tempo, tornam-se fundamentais para os administradores municipais preocuparem-se com um planejamento adequado nas áreas urbanas e rurais (Lima *et al.*, 2022; Rodrigues *et al.*, 2022). O propósito dessa pesquisa foi analisar o crescimento urbano da cidade de Matão-SP, no período multitemporal de 2004 a 2024, utilizando imagens de satélite, disponível no software livre *Google Earth Pro*.

MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho foi realizado na cidade de Matão, SP (Figura 1), localizada na região Sudeste do Brasil, divisão administrativa central com Latitude **21° 36' 12" S**. Longitude de **48° 21' 57" W** e área de 527,01Km², fazendo limite com os municípios de Taquaritinga, Dobrada, Motuca, Araraquara, Gavião Peixoto, Nova Europa, Tabatinga e Itápolis.

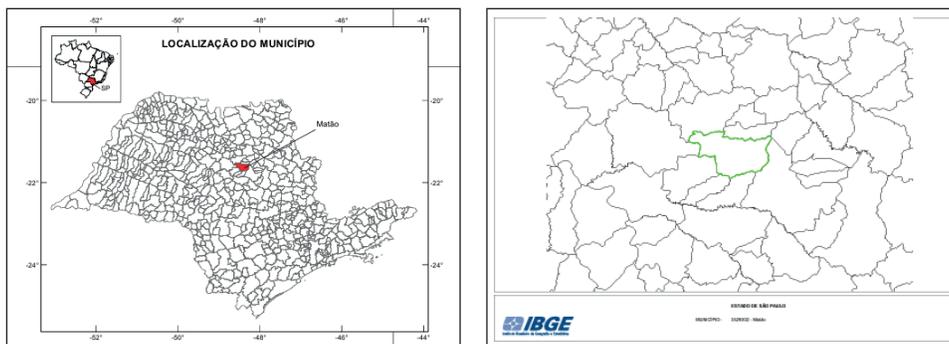


Figura 1 - Localização do município e mapa mudo da cidade de Matão-SP

Fonte: IBGE cidades (2022)

O clima é mesotérmico e é a característica dessa região, úmido de verão quente. Chamada amavelmente de terra da saúde, a cidade harmoniza muito bem as áreas construídas com locais arborizados, deixando-a mais atrativa. A cidade já foi eleita uma das cidades mais seguras de São Paulo. Com baixos índices de violência de várias medidas adotadas pela gestão do município.

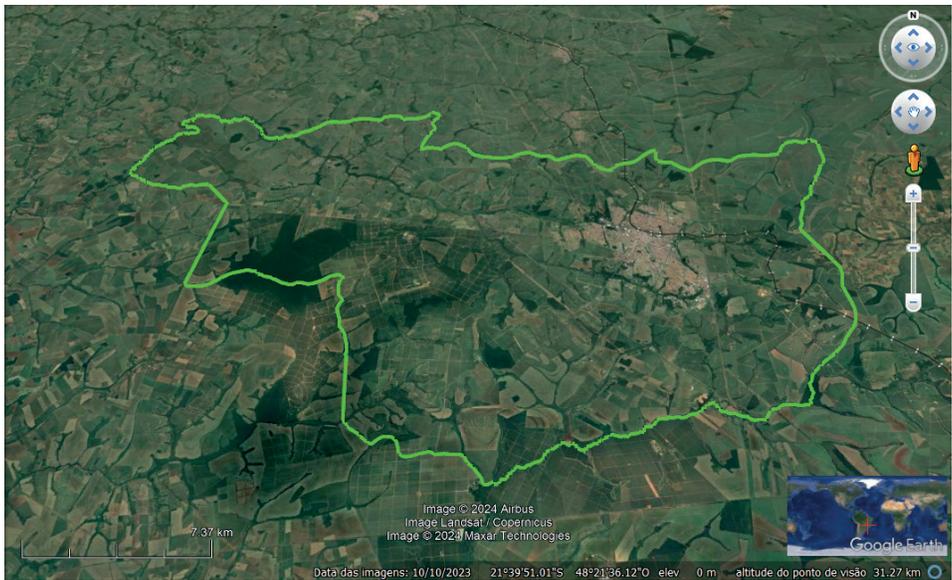


Figura 3 - Contorno do município de Matão

Fonte: Google Earth Pro (2024) e Malhas dos municípios (IBGE, 2022)

A partir dos limites demarcados, procedeu-se a medição da área por meio da ferramenta de “Régua” presente no software. Os resultados alcançados foram examinados e confrontados com informações de pesquisas anteriores feitas na localidade, com o propósito de validar a abordagem metodológica empregada. Com base nessas descobertas, tornou-se viável identificar e estudar a expansão urbana, de forma precisa e eficaz, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas para o município de Matão.

Na cidade de Matão-SP, utilizou-se o programa *Google Earth Pro* (GEP) para analisar visualmente imagens de satélite, conforme o estudo de Ongaratto e Rocha (2013), por meio de comparação de diferentes períodos entre 2004 e 2024. No início, em 2004, o desenvolvimento urbano foi avaliado a partir da medição do perímetro e da área, com a elaboração de mapas a partir das reproduções dos satélites visualizadas disponíveis no GEP.

Para documentar as diferentes épocas por meio de imagens, utilizou-se a ferramenta “imagens históricas”, localizada na aba superior do software, na qual o usuário pode retroceder no tempo até o ano desejado. Uma vez visualizando as imagens do ano de 2004, empregou-se o recurso “polígono” para medir com precisão o perímetro e a área das áreas urbanas nos anos de 2004 e 2024, sendo que os mapas foram construídos manualmente (Figura 4). Ao analisar-se o município em questão, durante diferentes períodos, identificaram-se os aspectos urbanos e rurais mais relevantes em cada quadrante. Isso inclui a densidade das habitações, o desenvolvimento da infraestrutura viária, a presença de indústrias, instituições, áreas verdes, bem como a conservação de áreas naturais e eventuais alterações geográficas dignas de nota, tal qual recursos hídricos.

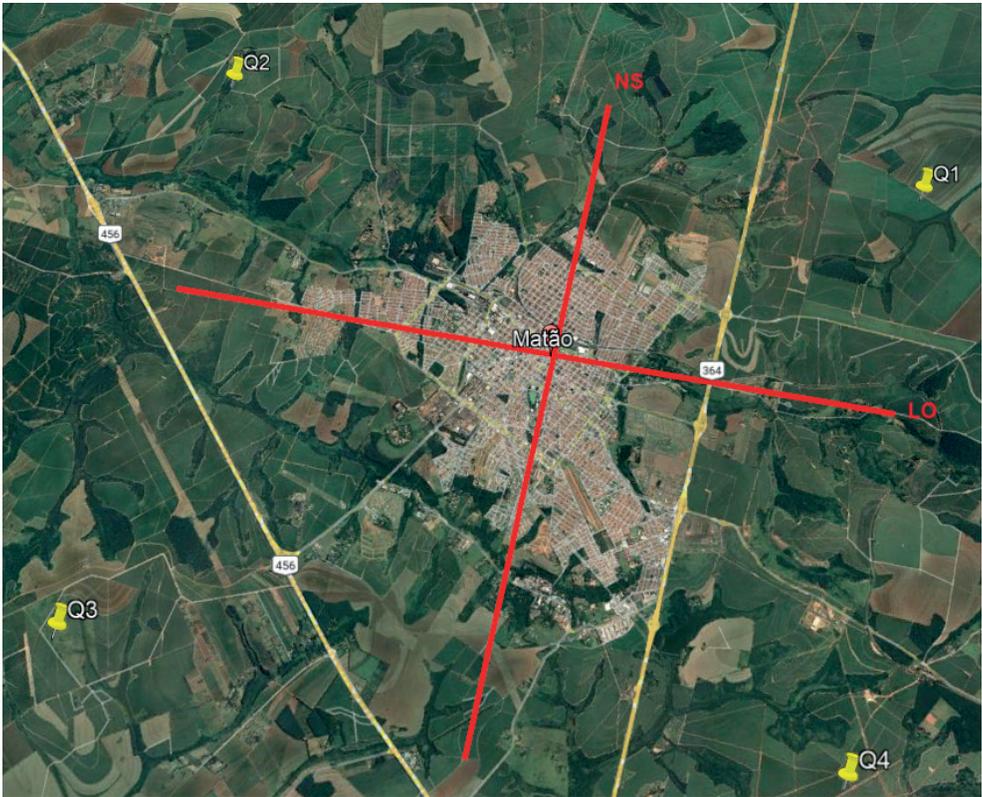


Figura 4 - Visão de Matão em 2024

Fonte: Google Earth Pro; Linhas vermelhas indicam os transectos norte-sul e leste-oeste; Q1, Q2, Q3 e Q4 em amarelo indicam os respectivos quadrantes do município de Matão-SP

RESULTADO E DISCUSSÃO

Observa-se, nas Figuras 5 e 6, as variações na expansão urbana da cidade de Matão-SP quanto a **área** e ao perímetro no quadrante 1. Em 2004, a área urbana tinha uma área de 239 ha e um perímetro de 6,9 km. Em 2024, o quadrante 4 expandiu 5,78 km de perímetro e 155 ha de área, representando um acréscimo de 64,8% na área.

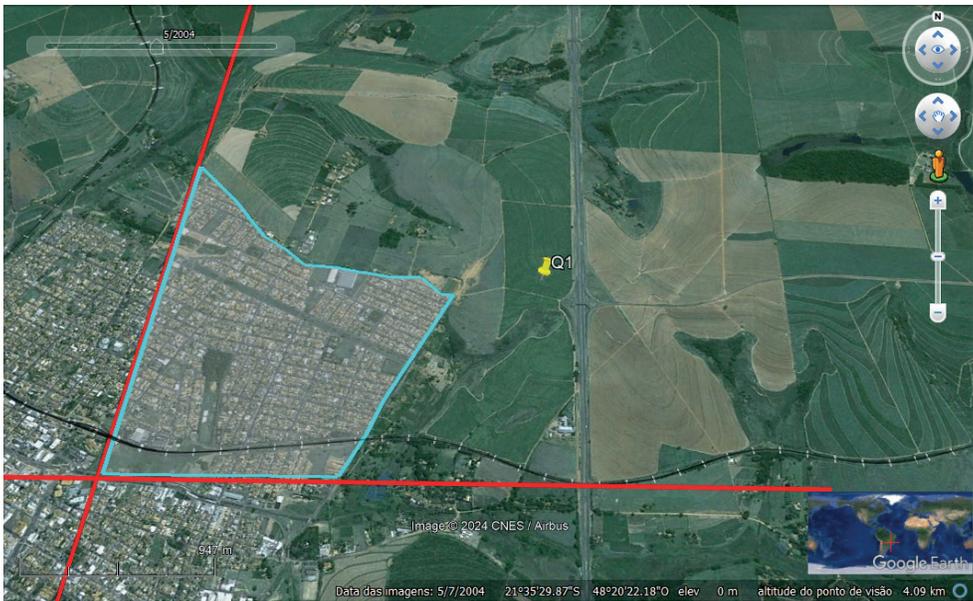


Figura 5 - Quadrante 1 da cidade de Matão no ano de 2004

Fonte: os autores (2024); Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste; Linhas azuis indicam o perímetro da área urbana do quadrante 1



Figura 6 - Quadrante 1 da cidade de Matão-SP com delimitação urbana no ano de 2004 e 2024

Fonte: os autores (2024). Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste. Linhas azuis indicam área e perímetro urbano em 2004. Linhas laranja indicam a expansão urbana em área e perímetro em 2024

De acordo com dados do IBGE (2022), o município apresenta 98,6% de residências com esgoto sanitário adequado, 99,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 35,1% de moradias urbanas em vias públicas com infraestrutura adequada (como bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio).

Um dos indicadores para determinar a qualidade de vida em um município é a presença de áreas verdes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a quantidade mínima de área verde por habitante em uma cidade deve ser de pelo menos 12m². Desde maio de 2006, voluntários têm selecionado locais para o movimento social “Mais Verde, Mais Vida” dentro do programa “Uma Nova Vida, Mais Verde” na cidade de Matão-SP. A cada nascimento na cidade, uma nova árvore é plantada em homenagem ao bebê. Com milhares de novas árvores nativas e exóticas adequadas para arborização urbana, são vistas mudanças positivas na paisagem, no microclima da região, na conscientização ambiental, no senso de comunidade e no reconhecimento de que a criança e a família devem ser tratadas como prioridade absoluta.

No Brasil, regiões próximas aos rios e córregos são protegidas por legislação federal, estadual e municipal, sendo designadas como Áreas de Proteção Permanente (APP). Com o aumento da urbanização, foi possível observar os impactos enfrentados pelas APP's durante a construção de um Conjunto Habitacional de Interesse Social (delimitação urbana em laranja), na qual foram identificadas irregularidades em duas nascentes. Pesquisas sugerem uma tentativa de “renaturalização” da nascente no local, mas, a legislação exige apenas a proteção da área ao redor da nascente. A prefeitura de Matão plantou árvores num raio de 50 metros, conforme previsto no Código Florestal, mas, como resultado, a nascente desapareceu, conforme constatado no local. Em uma segunda análise, foi observada a canalização de outra nascente, área que também poderia ter sido preservada conforme o Código Florestal.

Os resultados verificados no quadrante 1 da cidade de Matão-SP estão em parte, segundo os resultados verificados por Lima *et al.* (2022) e Fincolo, Rodrigues e Soares (2022), mas diferem um pouco devido os municípios avaliados serem distritos pequenos da região de Taquaritinga-SP, nos quais se constata mais as alterações do uso e ocupação do solo na área rural, com mudanças do plantio de Citrus para cana-de-açúcar. Os estudos de Reguini *et al.* (2023), utilizando a mesma técnica desse estudo, mostram a impressionante expansão em 18 anos de mais de 200% da cidade de Dobrada-SP. Constata-se, na Figura 7, as variações na expansão urbana da cidade de Matão-SP, quanto área e perímetro no quadrante 2. Em 2004, a área urbana tinha uma área de 543ha e um perímetro de 12,9 km. Em 2024, o quadrante 2 expandiu 7,77 km de perímetro e 85,89 ha de área.



Figura 7 - Quadrante 2 da cidade de Matão no ano de 2004

Fonte: Os autores (2024); Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste; Linhas azuis indicam o perímetro da área urbana do quadrante 2

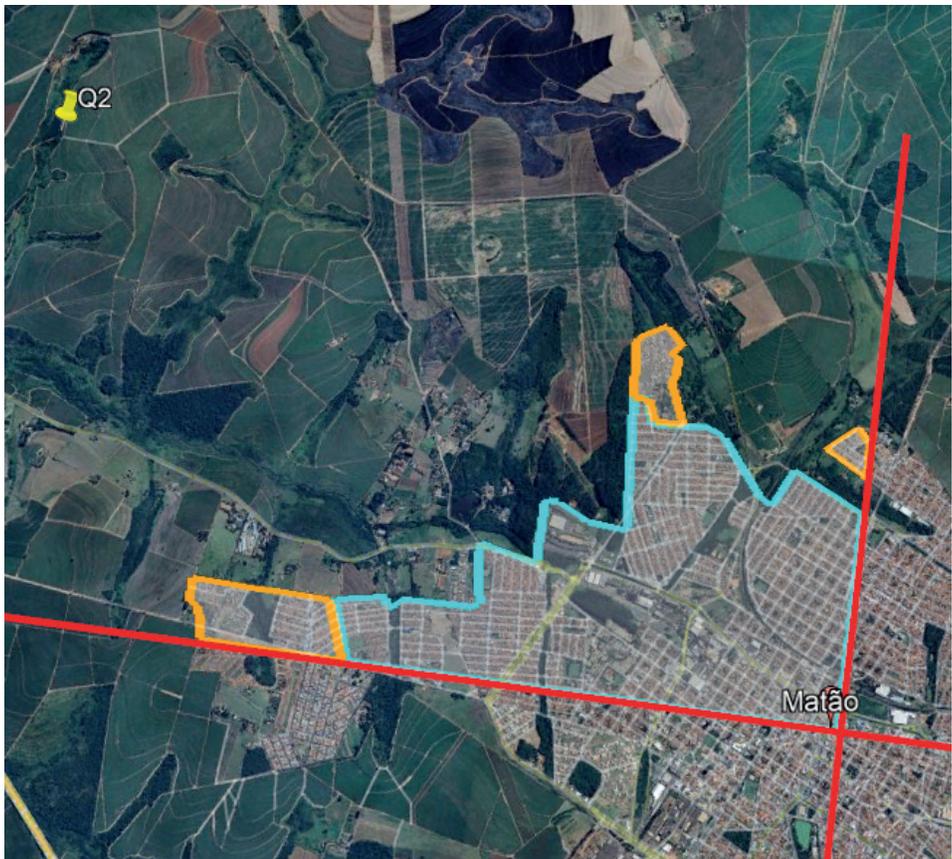


Figura 8 - Quadrante 2 da cidade de Matão com delimitação urbana no ano de 2004 e 2024

Fonte: Os autores (2024). Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste. Linhas azuis indicam área e perímetro urbano em 2004. Linhas laranja indicam a expansão urbana em área e perímetro em 2024

Observa-se na Figura 9 e 10 as variações na expansão urbana da cidade de Matão-SP, quanto área e perímetro no quadrante 3. Em 2004, a área urbana tinha uma área de 240 hectares e um perímetro de 10,7 km. Em 2024, o quadrante 3 expandiu 13,6 km de perímetro e 339,5ha de área. Com base nas informações obtidas é possível afirmar que o quadrante 3 teve um aumento significativo em sua expansão em relação ao quadrante 2.

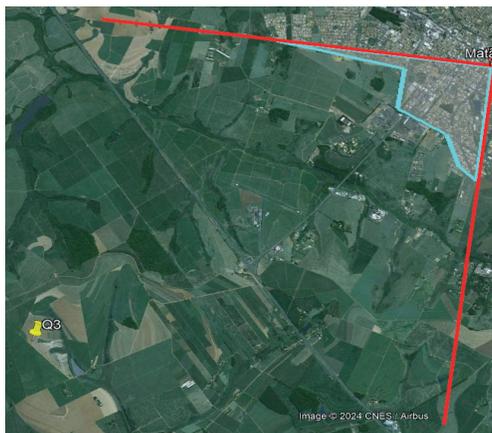


Figura 9 - Quadrante 3 da cidade de Matão no ano de 2004

Fonte: Os autores (2024); Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste; Linhas azuis indicam o perímetro da área urbana do quadrante 3



Figura 10 - Quadrante 3 da cidade de Matão com delimitação urbana no ano de 2004 e 2024

Fonte: Os autores (2024). Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste. Linhas azuis indicam área e perímetro urbano em 2004. Linhas laranja indicam a expansão urbana em área e perímetro em 2024. Em 2004, o quadrante 4 tinha uma área de 596 hectares e um perímetro de 12,4 km.



Figura 11 - Quadrante 4 da cidade de Matão no ano de 2004

Fonte: Os autores (2024); Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste; Linhas azuis indicam o perímetro da área urbana do quadrante 4

Em 2024 o quadrante 4 expandiu 14,93 km de perímetro e 429ha de área. Quando se verifica a mesma imagem do quadrante 4, 20 anos depois (Figura 12), pode-se observar que esse quadrante foi o que mais cresceu durante o período apresentado. Nota-se grande ocupação humana, provavelmente oriunda dos municípios vizinhos ou áreas rurais, pois a cidade é fonte de trabalho metalúrgico.



Figura 12 - Quadrante 4 da cidade de Matão com delimitação urbana no ano de 2004 e 2024

Fonte: Os autores (2024). Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste. Linhas azuis indicam área e perímetro urbano em 2004. Linhas laranjas indicam a expansão urbana em área e perímetro em 2024

É possível verificar ainda no quadrante 4 (Figura 13) a significativa APP próxima à área urbana. Nota-se um excesso de sinuosidade, o que pode ser um indicativo de uma pressão da cultura da cana-de-açúcar predominando nesse quadrante. Pelas imagens é possível notar também que esse quadrante apresenta uma maior disponibilidade de lâmina d'água, na forma de lagos, que contribui para aumentar a diversidade biológica na região sob estudo.

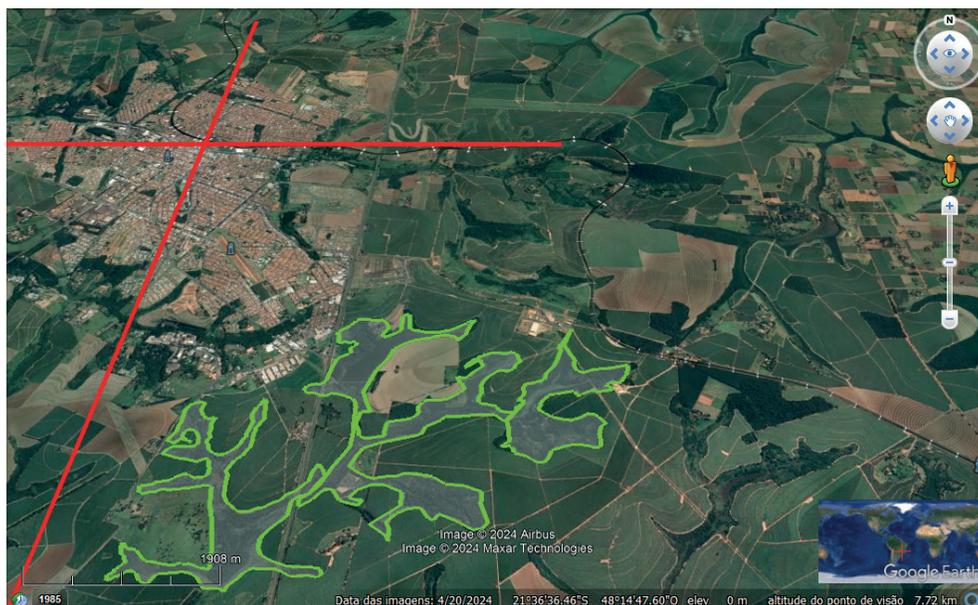


Figura 13 - Quadrante 4 da cidade de Matão com delimitação da área de APP maior no ano de 2024
Fonte: Os autores (2024). Linhas vermelhas indicam transectos norte-sul e leste-oeste. Linhas verdes indicam área e de APP no quadrante 4.

As variações ocorridas na cidade de Matão, em todos os seus quadrantes, estão conforme as expansões verificadas por Lima *et al.*, 2022; Fincolo; Rodrigues e Soares, 2022 e Reguini *et al.* (2023) que utilizaram a mesma ferramenta para avaliação visual das imagens de satélite. É interessante notar como os padrões do crescimento populacional podem se repetir em diferentes contextos, especialmente quando analisados por meio de ferramentas semelhantes.

Os estudos utilizaram a mesma ferramenta de avaliação visual de imagens de satélite para analisar as variações e expansões urbanas. Isso sugere uma abordagem consistente e comparável entre os diferentes estudos, proporcionando uma base sólida para a análise.

Ao considerar os resultados desses estudos, é notável que as variações observadas em Matão estão alinhadas com as tendências identificadas em outras cidades analisadas

pelos pesquisadores. Essa consistência fortalece a validade dos achados e sugere a presença de padrões recorrentes de crescimento urbano. É possível explorar quais são os fatores subjacentes que podem estar impulsionando esses padrões de expansão urbana em diferentes contextos. Questões como políticas de planejamento urbano, densidade populacional, desenvolvimento econômico e geografia local podem desempenhar papéis significativos nesse processo. Compreender os padrões de expansão urbana pode ter importantes implicações para o planejamento e gestão urbana. Esses resultados podem fornecer visões valiosas para os formuladores de políticas e planejadores urbanos, permitindo a implementação de estratégias mais eficazes para o desenvolvimento sustentável das cidades.

CONCLUSÃO

O software de geotecnologia utilizado nesse estudo mostrou muita utilidade para constatação das alterações ocorridas na cidade de Matão-SP, no período temporal de 2004 a 2024. O *Google Earth Pro* se mostra eficiente, prático e viável em Matão e em outros municípios, auxiliando no gerenciamento do espaço urbano e rural.

Algumas de suas funcionalidades como: visualização de topografia, mapeamento de áreas verdes, análise de uso do solo, planejamento de infraestrutura, monitoramento de mudanças são consideráveis, e mostram a necessidade e utilidade dessa ferramenta de geotecnologia curriculares de geografia e ciências do ensino público e privado.

Durante o intervalo dos anos de 2004 a 2024, o município de Matão teve uma exuberante expansão das suas áreas urbanas e rurais, conseguindo observar e reconhecer as zonas que mais foram urbanizadas e com isso adequar toda infraestrutura, com destaque para o quadrante 4. Os quadrantes da cidade de Matão em sua área rural têm o predomínio da cultura da cana-de-açúcar, seguido pela cultura de Citrus no quadrante 3 do município.

O uso de ferramentas como o *Google Earth Pro* é uma ferramenta prática e útil para avaliar a expansão e planejamento urbano, e, tal ferramenta pode ser utilizada por empresas públicas, privadas e todo o público seja para ordenamento, planejamento do espaço urbano ou rural geográfico, ou mesmo pode ser uma ferramenta para auxiliar no ensino e aprendizagem de conteúdo curriculares de geografia e ciências do ensino público e privado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.F. et al. Desafios à coordenação dos cuidados em saúde: estratégias de integração entre níveis assistenciais em grandes centros urbanos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 2010, p. 286-298. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/R4dRdxY9P48vhrpVgCBjYZK/>. Acesso em: 19/06/24.

AUGUSTO, E.E.; RODRIGUES, G. A.; BOVÉRIO, M. A. **Estimativa de arborização na cidade de Américo Brasiliense-SP**. In: VII SIMPOSIO DE TECNOLOGIA DA FATEC SERTÃOZINHO, *SITEFA*, 3(1), 348-357. Disponível em: <https://doi.org/10.33635/sitefa.v3i1.144>. Acesso em: 19/06/24. ISSN 2675-7540

BORGES, I. M. S.; LIMA, C. A. O.; FERNANDES, A. C. G.; NUNES, E. A. C.; ALVES, Á. E. F.; NUNES, E. A. C.; NUNES, F. J. B.; ROCHA, A. L. S.; JUNIOR, C. N. S.; BATISTA, C. S.; O processo de urbanização e seus impactos ambientais na cidade de Fagundes, Paraíba: recortes históricos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5196>. Acesso em: 10/06/2024.

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V.: **Introdução à ciência da geoinformação**. 2000. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>. Acesso em: 21 maio 2024.

CASTRO, H. S.de; DIAS, T. C. A. de C.; AMANAJÁS, V. V. V. As geotecnologias como ferramenta para o diagnóstico da arborização urbana: o caso de Macapá, Amapá. **R. Ra'e Ga**, Curitiba, v.38, p. 146 - 168, Dez/2016. Disponível em: www.ser.ufpr.br/raega. Acesso em:17 jun. 2004 .ISSN: 2177-2738

COSTA, C., DUPAS, F. A., CESPEDES, J. G.; SILVA, L. F. (2013). Mapeamento da expansão urbana, cenários futuros de crescimento populacional e o consumo de recursos hídricos no município de São Carlos, SP. **Geociências**, v. 32, n.1, p. 63-80, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/8005/5630>. Acesso em: 19/06/24

FINCOLO, D. A.; RODRIGUES, G. A.; SOARES, N. M. Análise das mudanças no espaço urbano do distrito de Guariroba-Taquaritinga-SP, utilizando geotecnologia. **Interface Tecnológica**, v. 19 n. 2, 2022. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view//1476/840>. Acesso em: 10 jun. 2024. DOI: 10.31510/infa.v19i2.1476.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - Diretoria de Pesquisas Coordenação Técnica do Censo Demográfico. **Censo Demográfico 2022**. População e domicílios Primeiros resultados, 70 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>. Acesso em: 16 jun. 2024

IBGE CIDADES. Panorama. **Mapas**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/matao/panorama>. Acesso em: 14 jun. 2024

LIMA, A. N. de *et al.* Expansão urbana no distrito de Jurupema, município de Taquaritinga-SP, com o uso de geotecnologia. **Interface Tecnológica**, v. 19 n. 2 (2022). ISSN (On-Line) 2447-0864. DOI: 10.31510/infa.v19i2.1462. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1462>. Acesso em:14 jun. 2024.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. da C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, 1(13). 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i13.835>. Acesso em: 22 maio 2024.

LOPES, Wilza Gomes Reis; LIMA JUNIOR, João Macêdo; MATOS, Karenina Cardoso Impactos do crescimento de áreas impermeáveis e o uso de medidas alternativas para a drenagem urbana. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020. ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7102>

LOTTI, J.D. et al. Uso de geotecnologia para estimar a arborização no município de Ibitinga- SP. **Perspectiva em Educação, Gestão & Tecnologia**, vol. 11, série 22, p1-11, 2022. Disponível em: [https://sif.fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/22/e22artigo%20\(9\).pdf](https://sif.fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/22/e22artigo%20(9).pdf). Acesso em: 19/06/24

MAZIERO, C.; CAMPOS, J. R. R.; MELLO, N. A.; GODOY, C. M. T. Expansão urbana do município de São Miguel do Oeste- SC, num contexto geomorfológico. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e300101421870, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21870>. Acesso em: 01 jun. 2024.

ONGARATTO; C. A.; ROCHA; P. S. M. Uso de imagens na transformação do espaço urbano de União da Vitória - PR. In: OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE. Governo do Paraná. **Cadernos PDE; versão on-line**; v. 1; 2013. ISBN 978-85-8015-076-6

PRIANO, T.C.B. et al. Uso de geotecnologias para estimar a arborização no município de Taquaritinga-SP. **Revista Perspectiva em Educação, Gestão e Tecnologia**, vol. 9, série 18, 2020. Disponível em: [https://sif.fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/18/e18artigo%20\(3\).pdf](https://sif.fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/18/e18artigo%20(3).pdf). Acesso em: 19/06/24. ISSN: 2238-8486

REGUINI, J. A. *et al.* Análise de Expansão do Território Urbano do Município de Dobrada-SP com Auxílio de Geotecnologia. In: Geociências: Entraves, lacunas profissionais e pesquisa 3 Capítulo 1, pág. 1 -17, 2023. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/analise-de-expansao-do-territorio-urbano-do-municipio-de-dobrada-sp-com-auxilio-de-geotecnologia>. Acesso em: 19/06/24

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO 2020 - ano base 2019. Comitê da bacia hidrográfica do Tietê- Batalha. **SECRETARIA EXECUTIVA DO CBH-TB**. Disponível em: <https://www.comitetb.sp.gov.br/documentos/>. Acesso em: 3 jun. 2024.

RODRIGUES, G. A. *et al.* Use of geotechnology to determine urban expansion in the district of Vila Negri, municipality of Taquaritinga-SP, Brazil. **Journal of Engineering Research**, v. 2, n. 27, 2022. ISSN 2764-1317 DOI 10.22533/at.ed.3172272223118. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/720208>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SANTOS, L. F. L. dos; DIAS, M. dos S.; MELO, R. T. de O uso Google Earth pro como recurso didático nas aulas de geografia das escolas básicas do Recife. In: V CONEDU - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 17 a 20 de outubro de 2018, Recife, PE. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA19_ID1020_28082018005431.pdf

SIQUEIRA, A. G. **Análise da fragilidade ambiental utilizando sistema de informação geográfica: ênfase na área urbana e de expansão urbana de Franca/SP**. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/8dea5ebe-9e43-4°94-8481-f39680439396>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TUCCI, C.E.M.; GENZ, F. 1995. In: Drenagem Urbana, capítulo 7. Tucci, C.M.; Porto, R. e Barros M. T. Editora da UFGRS.

Trindade *et al.*, 2023 - falta referência

VIANNA, M. A. As transformações no espaço rural no município de Seropédica-RJ nas últimas décadas. **Espaço e economia[ONLINE]**, 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoconomia/16651>. Acesso em: 21 maio 2024. DOI: <http://doi.org/10.4000/espacoconomia.16651>.

ILHAS DE CALOR E CONFORTO TÉRMICO NA CIDADE DE SALVADOR, BA. AS CONDIÇÕES DE STRESS TÉRMICO POSITIVO NO BAIRRO DE CAJAZEIRAS

Data de aceite: 01/07/2024

Jefferson dos Santos Oliveira

RESUMO: Esse trabalho temo como objetivo analisar os fatores que interferem para ocorrência do fenômeno das ilhas de calor e suas correlações com os processos de urbanização desordenada que interferem na dinâmica do clima local na cidade de Salvador com ênfase para o bairro de Cajazeiras. Paratanto, foi realizado trabalhos de campo com medição das temperaturas de superfície das unidades paisagísticas do bairro associado à tomadas de fotografias de todas as unidades de mapeamento. Gerou-se Mapa Geotérmico de Superfície o qual demonstrou a interferência das unidades mapeadas para o stress térmico positivo no referido bairro. Conclui-se que a qualidade de vida da população é afetada pelo desflorestamento das encostas e topos dos morros com substituição das áreas de Mata Ombrófila Densa por estruturas de concreto, asfaltos e solos descobertos.

PALAVRAS-CHAVE: Ilhas de calor, urbanização, clima urbano.

ABSTRACT: This work aims to analyze the factors that interfere in the occurrence of the

heat island phenomenon and its correlations with the processes of disordered urbanization that interfere in the local climate dynamics in the city of Salvador, with emphasis on the Cajazeiras neighborhood. For that, fieldwork was carried out with measurements of the surface temperatures of the landscape units of the neighborhood associated with the photographic taking of all the mapping units. A geothermal surface map was generated which demonstrated the interference of the mapped units for the positive thermal stress in said neighborhood. It is concluded that the quality of life of the population is affected by the deforestation of the slopes and tops of the hills with replacement of the areas of Ombrophyllous Dense Forest by concrete structures, asphalts and discovered soils.

KEYWORDS: Islands of heat, urbanization, urban climate, positive thermal stress.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar os efeitos e consequências das ilhas de calor urbana em Cajazeiras, bairro localizado no miolo urbano da cidade de Salvador.

Este fenômeno é observado em centros urbanos de pequeno, médio e

grande porte desde o século XIX, mas só a partir dos anos 1970 ganhou estudos mais aprofundados no Brasil, devido a identificação da diminuição da qualidade de vida da população exposta às ilhas de calor.

A urbanização na cidade de Salvador acompanhou o ritmo desregulado do desenvolvimento nos ditos países de terceiro mundo, até meados dos anos 1950, apenas a região sul da cidade possuía características urbanas.

Porém a partir dos anos 1960 e 1970 a parte definida como miolo da cidade começou a crescer. Por estar localizado na região centro-norte da cidade, o miolo teve seu desenvolvimento de forma tardia e desordenada, características próprias de localidades periféricas.

Segundo FERNANDES (2004) No ano de 1970, as comunidades mais urbanizadas do Miolo eram o Cabula, Pernambués, Pau da Lima e São Gonçalo do Retiro. E encontrava-se também alguns pontos ocupados na Palestina e Castelo Branco (que foi idealizado como um bairro planejado).

É a partir deste período que o Estado começa a atuar no âmbito nacional, sobretudo com a implantação de infraestrutura urbana e o desenvolvimento de programas de habitação. Na área do Miolo, a execução e consolidação de projetos como Castelo Branco, Narandiba, Mussurunga e Cajazeiras, ditam os rumos da ocupação, acelerando a expansão periférica e aumentando os vazios entre a área urbana contínua e o limite urbano municipal.

O bairro de Cajazeiras que tem população estimada em cerca de 60.000 moradores segundo o IBGE, e é fruto de um acelerado processo de urbanização do miolo de Salvador. Um bairro instalado de forma planejada por políticas públicas, porém foi acometido por grande número de invasões e loteamentos ilegais. Essa situação fez com que o crescimento do bairro ocorresse de forma desordenada, resultando na problemática no que tange o uso do solo urbano.

Uma das consequências resultantes da urbanização desorganizada nas metrópoles de cidades médias brasileiras é o surgimento de ilhas de calor. O uso indevido do solo altera processos naturais de evaporação e reflexão da energia solar, gerando um acúmulo de energia térmica próxima do solo, que associados a outros fatores relacionados as atividades antrópicas, resultam em locais com um grande desconforto térmico para a população. A alteração das coberturas dos solos e instalação de equipamentos urbanos em detrimento da extinção das áreas verdes alteram drasticamente o albedo sobre as superfícies. Produzem-se as condições necessárias para desregulação no clima local da metrópole com alteração significativa das temperaturas mínimas no decorrer do verão.

ANÁLISE DE LITERATURA: URBANIZAÇÃO E ILHAS DE CALOR

Hoje afirma-se que a urbanização é um processo ainda em evolução, e com várias interpretações. Para Santos (2012), é comum assimilar que a concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e intensidade é considerada urbanização.

A urbanização de acordo com Barbosa (2014), tem como suas características o processo de desenvolvimento da cidade, bem como: praças, ruas, prédios, escolas e outros tipos de edificações ou estruturas que se configurem como um avanço da malha urbana.

Segundo Ugeda (2004)

A urbanização em sua acepção tradicional, e enquanto um fenômeno de escala local e localizado é bastante antiga. As primeiras cidades sugeriram no Oriente Médio aproximadamente entre 3500 e 3000 a.C., porém até o final do século XVIII esse fenômeno permaneceu limitado a uma baixa porcentagem da população e a algumas regiões. Foi a partir da revolução industrial, da revolução agrícola e dos transportes que a sucederam que a urbanização ultrapassa a escala local e deixa de ser localizada, passa a realizar-se em um ritmo acelerado, tendendo a generalização

Segundo Santos (2005), até 1872 apenas três cidades brasileiras possuíam mais de cem mil habitantes, eram Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Esse número e fruto do deslocamento da elite rural para à cidade no século XVIII, gerando um crescimento econômico das cidades.

Já no século XX se deu o auge da urbanização brasileira, com a tardia industrialização dando início ao fenômeno conhecido com êxodo rural, Para Barbosa (2014) A migração do homem campo-cidade fez com que o processo de urbanização do Brasil se desse de forma acelerada e desordenada. Onde o crescimento do comércio e oferta de serviços teve destaque no crescimento das cidades e da urbanização.

Além da migração do campo para à cidade, houve também um fenômeno migratório das cidades pequenas para as grandes cidades, devido a oportunidades de emprego que se concentravam nessas áreas mais densamente urbanizadas. Os grandes centros urbanos, necessitavam de mão de obra para manter o processo de desenvolvimento econômico, as indústrias, o comércio e os serviços geravam os empregos e a medida que mais pessoas se aglomeravam, com mais intensidade esses setores tinham que crescer.

“O crescimento da urbanização aliado diretamente a industrialização fez com que as cidades crescessem de forma desordenada, com excesso de habitantes, falta de infraestrutura e investimento” BARBOSA (2014). Essa urbanização desordenada se tornou o principal motivo pelo surgimento das desigualdades sociais, criminalidade, especulação imobiliária e uso irregular do solo.

Os centros das cidades eram, e ainda são, os locais mais comuns na concentração dos estabelecimentos de comércio e pela demanda dos serviços, essas características atribuíam ao centro uma considerável importância fazendo com que a especulação

imobiliária inviabilizasse esse espaço para a população mais pobre, forçando-os a buscar moradia na periferias, onde, até os anos 1970, havia pouca ou nenhuma regulamentação do uso do solo. O aumento do custo das terras urbanas dificultou o acesso ao solo para a maioria da população, obrigando à busca da satisfação da necessidade habitacional em áreas mais distantes e com infraestrutura mais débil. FERNANDES (2004).

Segundo Lombardo (1985, apud SANTOS, 2018, p.95) “O processo desordenado em que se dá o uso do solo no sítio urbano, gera dificuldades na implantação de infraestruturas e desconforto ambiental de ordem térmica, acústica, visual e de circulação”. Problemas que indicam a falta da qualidade de vida para a população, que mora na periferia e precisa se locomover diariamente ao centro para seus postos de trabalho e enfrentam uma cidade resultante de uma urbanização desordenada com problemas de locomoção, por questões como ruas e avenidas sem planejamento, afetando o trânsito de automotores e pedestres.

Esse mau planejamento resulta em perímetros da cidade que não respeitam os seus rios, lagos e principalmente locais onde a terra filtra a água da chuva para se alimentar, mas é impedida pelos materiais utilizados no processo de urbanização. “A produção de espaços urbanos altamente transformados pela canalização dos rios, impermeabilização das superfícies com revestimentos de concreto e asfalto e a supressão da vegetação resultam em cidades cada vez mais desconfortáveis sob o ponto de vista térmico” ESTEVAM (2018, p. 24).

A cidade de Salvador, assim como outras grandes cidades, sofreu com o processo de urbanização desordenada no centro e nas periferias, principalmente na região do miolo.

De acordo com FERNANDES (2004)

O Miolo de Salvador é assim denominado desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB), da década de 1970. Este nome se deve ao fato de a região situar-se, em termos geográficos, na parte central do município de Salvador, ou seja, no miolo da cidade. Possuindo cerca de 115 km, ele está entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela, estendendo-se desde a Invasão Saramandaia até o limite Norte do Município.

O bairro de cajazeiras, localizado no miolo da cidade de Salvador, é resultado de um desordenado processo de urbanização que causa consequências na qualidade de vida da população com problema relacionados a infraestrutura, resultando em ambientes impróprios e desconfortáveis sob o ponto de vista climático.

Clima urbano e ilhas de calor

O clima urbano é o resultado da inserção das formas urbanas na natureza. As atividades antropogênicas, os materiais artificiais produzidos para atender as demandas da sociedade se somam, e alteram a dinâmica atmosférica, provocando mudanças nos padrões energéticos e hídricos do espaço que passa a ser urbano. Segundo Dias, o clima urbano é, portanto, resultado da interferência de todos os fatores atuantes sobre a atmosfera urbana e que agem no sentido de alterar o clima local.

Segundo Lombardo (1985, apud SANTOS, 2018, p.95) “O processo desordenado em que se dá o uso do solo no sítio urbano, gera dificuldades na implantação de infraestruturas e desconforto ambiental de ordem térmica, acústica, visual e de circulação”.

Monteiro (1976), relata que os efeitos mais diretos desta alteração são percebidos pela população através de manifestações ligadas ao conforto térmico, à qualidade do ar e aos impactos pluviais. Características que estão diretamente ligadas a qualidade de vida da população e dificultam a organização social.

“A produção de espaços urbanos altamente transformados pela canalização dos rios, impermeabilização das superfícies com revestimentos de concreto e asfalto e a supressão da vegetação resultam em cidades cada vez mais desconfortáveis sob o ponto de vista térmico” ESTEVAM (2018, p. 24).

A elevação exacerbada das temperaturas do ar e das superfícies no decorrer do verão nos ambientes intraurbanos, acaba por interferir na qualidade de vida das pessoas que desfrutam deste espaço. Repercute-se no desconforto térmico das comunidades com impactos diretos na vida cotidiana das pessoas que residem nos ambientes diretamente afetados por essa problemática.

Para Santos (2018), desconforto térmico é resultado das chamadas ilha de calor urbano, fenômeno ligado a utilização desordenada do solo urbano e a perda da eficiência da superfície em refletir a radiação solar, devido as grandes concentrações de asfalto e concreto, materiais de cor escura com pouca capacidade de reflexão e facilidade em concentrar essa radiação solar.

Os primeiros estudos referentes as ilhas de calor se deram na Inglaterra e França ainda no século XIX, quando os primeiros impactos foram sentindo nos centros urbanos europeus. No Brasil, um dos idealizadores de estudos relacionados sobretudo a climatologia geográfica e conseqüentemente as ilhas de calor foi Monteiro (1976) com a criação do Sistema Clima Urbano, tal sistema consiste num dos principais métodos investigativos da Geografia. O referido autor analisou os efeitos da distribuição de calor latente, a poluição do ar e a intensidade das precipitações. O estudo do comportamento sazonal e diário destes elementos permitiu identificar forte distinção das condições climáticas do centro urbano e das áreas circunvizinhas. Constatou-se a existência de climas locais particularizados em cidades de pequeno, médio e grande porte. SANTOS (2018).

O Sistema Clima Urbano possui como princípio a análise da variação dos elementos do clima sob a influência das oscilações diárias, semanais e sazonais das temperaturas e precipitações na malha urbana, é o que afirma Santos (2018).

“Monteiro constrói o Sistema Clima Urbano baseado na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), criada por Ludwig Von Bertalanffy, associada ao princípio do holismo – holon – de Arthur Koestler. A escolha paradigmática do autor se deu visto que esta seria a base capaz de revelar a essência do clima urbano, por ser este um fenômeno de complexidade elevada. Desta forma, Monteiro configurou o S.C.U. como um sistema complexo, aberto e adaptativo, que ao receber energia do ambiente maior no qual se insere (energia solar) a transforma a ponto de gerar uma produção exportada para o ambiente.” LIMA et al (2012)

Segundo o sistema clima urbano, fenômenos como a poluição do ar, ilhas de calor, inundações, dentre outros, assumem destaque nos climas urbanos, visto que assumem as características do clima da cidade. O fundamento principal do clima urbano é a urbanização, e seus impactos na atmosfera da cidade. Dias argumenta que as superfícies urbanizadas se comportam de modo diferenciado, com características peculiares quando comparadas a outros usos do solo.

A observação do clima local/urbano deve ser acompanhada da análise das características geográficas e ambientais, características físicas do meio geográfico. Assim como, das características do processo de urbanização dos espaços a serem estudados, pois, dessa forma é possível identificar quais as alterações climáticas e suas magnitudes, além de relacioná-las às ações sociais. (Ugeda. 2016, p.162)

Segundo Monteiro (1976), o clima urbano pode ser dividido em três subsistemas de análise: termodinâmico, físico-químico e o hidrometeorológico. As condições próprias formadas na atmosfera da cidade resultam nas problemáticas de desconforto térmico, poluição do ar, impactos pluviiais e fluviais e desenvolvimentos das ilhas de calor.

Para Santos (2018) O fenômeno de ilhas de calor é um problema ambiental grave, consequente de um planejamento urbano deficiente, ou até mesmo da falta dele. O uso inapropriado do solo e a substituição de características naturais do ambiente por materiais utilizados no processo de urbanização resulta no aumento da temperatura do sítio urbano em relação ao espaço rural, gerando o stress térmico positivo na cidade.

O processo de urbanização faz com que o solo seja recoberto por materiais ligados a construção civil, como concreto e asfalto, causando a impermeabilização do solo, Segundo Santos (2018) esse fenômeno está associado à diminuição da cobertura vegetal, modificando o balanço de energia, devido à mudança do albedo dessa área transformada pelo homem.

Esses materiais diminuem de forma radical a quantidade de água absorvida pelo solo, gerando uma quebra no balanço hídrico do local, e aumentando a quantidade de vapor d'água na atmosfera da cidade, o que dificulta a circulação dos gases produzidos nas atividades antrópicas, gerando uma bolsa de calor em alguns ambientes que resultam no processo de formação das ilhas de calor urbano.

O albedo altera o balanço da radiação global ao provocar mudanças nos processos de absorção, reflexão e remissão da energia solar, (SANTOS. 2018). Formado também pelos materiais utilizados nas construções da cidade, o albedo, é causado pela pouca capacidade de reflexão desses materiais, que são escuros e permitem pouca troca de energia entre o solo e atmosfera, gerando um balanço negativo na radiação e acumulando muito calor na superfície das ruas e nas laterais dos prédios.

Portanto, a formação das ilhas de calor ocorre devido às massas de edificações, aos materiais das construções e vias públicas que absorvem grande quantidade de radiação solar, à redução da velocidade do vento pelos prédios, à poluição que reduz a perda de radiação de onda longa, pelas superfícies para o céu, causando aquecimento atmosférico, à drenagem insuficiente pelo sistema de captação de águas pluviais, a não filtração de água no solo como consequência da utilização de revestimentos impermeáveis e a redução da energia utilizada nos processos de evapotranspiração realizados pela vegetação.(SANTOS, 2018, P. 91)

MATERIAL E MÉTODOS

A cidade de Salvador está localizada no litoral norte do Estado da Bahia, na porção oriental da Baía de Todos os Santos. Está situada na Região do Recôncavo Baiano, sob as coordenadas Latitude $-12^{\circ}58'16''$ Sul e Longitude $38^{\circ}30'39''$ Oeste. Possui uma área territorial de 700 km² e uma população estimada em 2,7 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

Sua faixa litorânea está voltada para o oceano Atlântico, onde a porção oeste do continente localiza-se na Baía de Todos os Santos. O município faz limite com Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho que englobam a Região Metropolitana de Salvador (Figura 02).

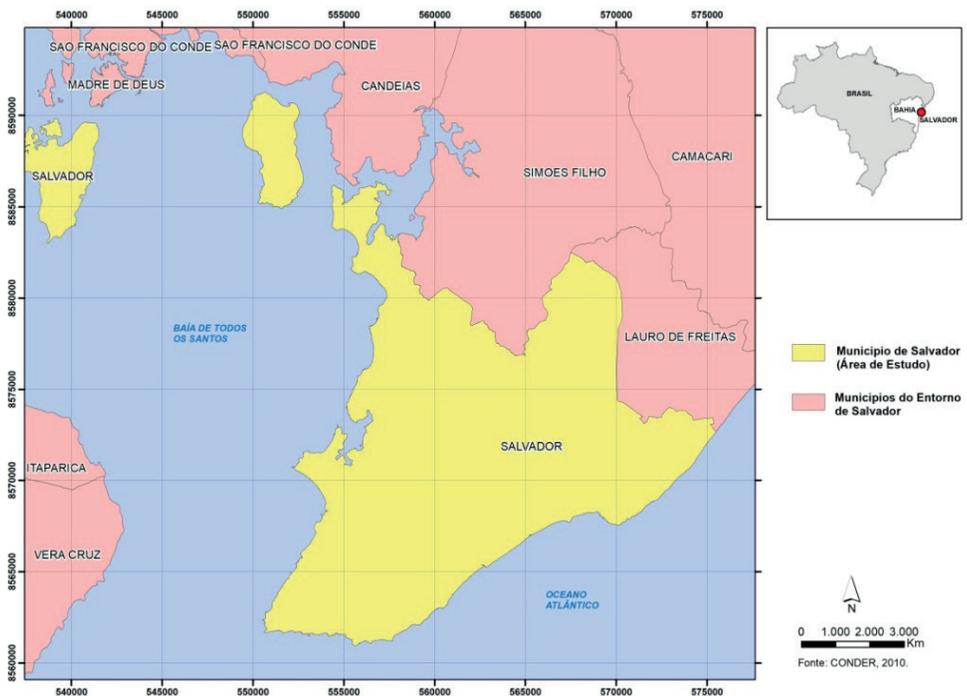


Figura 2 - Mapa de Localização da Cidade de Salvador

Fonte: Estevam, 2019.

Características geográficas

A tipologia topográfica da cidade de Salvador detém um relevo com altitudes modestas, feições morfológicas apresentadas de baixos planaltos, dissecados em espigões por uma rede de drenagem dendrítica, com fundos de vale estreitos ou chatos, e zona intermediária de morros de formas diferenciadas, detém planície litorânea de largura variável. Com relação aos aspectos geológicos a cidade de Salvador localiza-se numa feição estrutural caracteriza-se pela grande falha de Salvador, cuja escarpa abrupta separa a cidade em dois planos altimétricos. Sua paisagem é predominante intertropical, que resulta na interação das estruturas geológicas e dinâmica pedoclimática com alteração biogeoquímica profunda dos solos resultando em solos tropicais da classe dos Latossolos amarelos e vermelhos nas áreas de topo dos morros e Argissolos ao longo das encostas.

A classificação climática da cidade de Salvador é do tipo tropical chuvoso sem estação seca, porém possui chuvas concentradas nos meses de março a agosto devido à atuação de sistemas atmosféricos litorâneos, especialmente o Tropical Atlântico e o Polar Atlântico que induz a incursão das frentes frias do Sul determinando torrenciais chuvas frontais. Com elevada e uniforme precipitação ao longo do ano, e interferências sazonais dos sistemas de ondas de leste. A maior intensidade pluviométrica ocorre na quadra chuvosa dos meses de abril a julho. No período entre novembro a fevereiro ocorrem as maiores temperaturas. A temperatura média anual é superior a 18°C.

Procedimentos metodológicos

Para a realização desta pesquisa no bairro Cajazeiras foi necessário realizar as seguintes etapas metodológicas. Foram analisadas dissertações, teses e artigos científicos relacionados às discussões sobre o Sistema Clima Urbano e Ilhas de Calor e artigos expandidos do Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica.

Posteriormente com os trabalhos de campo foram realizadas visitas técnicas ao bairro para tomada de fotografias, diagnóstico ambiental, tomadas das temperaturas (em duas visitas realizadas no mês de fevereiro de 2019 nos horários de 12:00 e 13:30 respectivamente). Com a utilização de termômetro infravermelho foram realizadas medições de temperatura nas unidades de uso dos solos com recobrimento vegetal natural, áreas recobertas por gramíneas, solos desnudos e edificações de concreto e/ou asfaltamentos.

As tomadas de fotografias expressam as unidades estudadas e seu grau de interferência antropogênica. Os impactos produzidos como o desmatamento e substituição por edificações nas áreas que em períodos pretéritos eram ocupadas pela Floresta Ombrófila Densa.

Geoprocessamento e geração do Mapa Geotérmico de Superfície

A partir de pesquisa documental cartográfica sobre o bairro Cajazeiras utilizou-se o software Google Earth Pro para sua delimitação. O documento gerado foi processado no programa Quantum Gis 3.4.1. Neste ambiente computacional foi confeccionado o mapa de uso dos solos associados a unidades homogêneas de temperaturas de superfície. O mapa foi gerado evidenciado a ocupação da superfície, em camadas individuais e sobrepostas de forma a representar com mais lucidez as diversas ocupações.

Os layers de informação caracterizam as manchas de vegetação, em seus diferentes estágios de sucessão, as áreas urbanizadas como casas e vias, áreas de areia e águas. A vegetação foi segregada em Mata Densa, representando os extratos em estágio de sucessão mais avançados, Mata Rala, que retrata um extrato vegetativo em sucessão secundária, como capoeiras, e o layer Gramado, representando vegetação primária.

Para geração do Mapa Geotérmico foram definidas unidades de mapeamento particularizadas que induzem o stress térmico positivo no bairro de Cajazeiras. A unidade de mapeamento Área Urbanizada retrata toda a porção constituída por edificações, vias e áreas pavimentadas. A unidade composta por solos desnudos não contem cobertura vegetal ou pavimentação.

Após a criação de cada layer de informação, utilizou-se o software Arcview 9.1 para correção e ajustes de vértices, coloração de cada camada de forma a evidenciar a composição do mapa, subentendendo-se que a cor verde exprime vegetação e que suas tonalidades variam de acordo ao extrato vegetativo figurado. Assim sendo na legenda do mapa, a unidade de cor azul representa a acumulação de águas servidas, esgotos em barragens de resíduos e rios que constituem as drenagens no bairro Cajazeiras.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Após as observações realizadas em campo e análise do Mapa Geotérmico de Superfície foram identificadas duas grandes unidades de superfícies com graus diferenciados de albedos. À saber: i. Zona Altamente Urbanizada e ii. Classes Florestadas

I. Zona Altamente Urbanizada

Essa unidade detém forte expansão nos setores Cajazeiras IV, Cajazeiras V e Cajazeiras VIII. Como pode ser observado na Figura 01 constata-se que a maior parte desses segmentos detém temperaturas elevadas nas unidades observadas. Há maiores tomadas de temperaturas nas áreas de calçadas e asfalto, foram identificadas temperaturas em superfície dos materiais que oscilam entre 38 à 44°. Estas coberturas aprisionam grandes quantidades de energia, motivo pelo qual áreas com excesso de concreto e asfalto se caracterizam com baixo albedo.

(A)



(B)



Figura 01. **(A)** Fotografia da Avenida Central no Bairro Cajazeiras. Avenida e edificações em concreto predominam nas zonas de topo do relevo. Zona Altamente Urbanizada. Temperatura de superfície que oscila entre 38 à 39°. **(B)** Encosta ocupada recentemente por moradias e arruamento impermeabilizado por concreto área central do bairro. Trabalho de campo realizado em fevereiro de 2019.



(A)



(B)

Figura 02. **(A)** fotografia do centro comercial do bairro Cajazeiras, proximidades da Prefeitura de Bairro. Zona Altamente Urbanizada. **(B)** fotografia do Shopping Center do bairro que detém estruturas em espelho de cor negra e exígua arborização. Fonte: Trabalho de campo realizado em fevereiro de 2019.

Como pode ser observado na Figura 02 a *Zona Altamente Urbanizada* é significativamente influenciada pela elevada concentração de edificações como postes, viadutos, prédios com espelhamento, revestimento de parede (vegetação artificial) áreas concretadas, e extensas áreas recobertas por asfalto. O elevado fluxo de veículos também contribui para a elevação do stress térmico positivo. Em área próximo ao Shopping Cajazeiras foram tomadas temperaturas que oscilaram entre 38 a 44°. Percepção de alto desconforto térmico com tomadas de temperaturas às 11:30 em período de verão no corrente ano.

Um dos fatores que favorecem a formação das ilhas de calor é o asfalto, pois é um material de baixa refletividade e altamente condutor de calor, existe uma maior acumulação de calor devido às propriedades de absorção, refletindo um baixo índice de albedo. Este tipo de cobertura reveste as áreas centrais e periféricas do bairro, constituem zonas de produção de calor importantes nos horários finais da manhã e início da tarde principalmente no período de solstício de verão. Foram registradas temperaturas de até 44,5° tomadas via termômetro de sensor por infravermelho.

O concreto possui emissividades similares à de um corpo negro (asfalto) o que gera uma elevada capacidade de absorção de calor da superfície urbana, gerando gradiente de térmico nas imediações do solo.



Figura 03. Fotografia que demonstra o avanço das construções sobre as áreas de proteção ambiental. Resultando no desflorestamento da mata ombrófila densa. Fonte: Trabalho de campo realizado em fevereiro de 2019.

A urbanização descontrolada substitui rapidamente a vegetação que é cobertura natural do solo por concreto e outros materiais como espelhos, blocos e vegetação artificial que são materiais de alta absorvidade radiativa (como pode ser observado na Figura 03).

A rápida proliferação de edifícios residenciais, escritórios e indústrias alteram o balanço de energia devido à verticalização. Além disso, os edifícios inibem a circulação de ventos, o que faz a troca de calor por convecção natural ser muito prejudicada, aumentando ainda mais o stress térmico nas áreas edificadas. Sendo assim, o grupo de materiais edificadas apresenta um baixo índice de albedo.

Como o bairro de Cajazeiras localiza-se sobre áreas de topo dos morros observa-se sistema de ventos atuantes que podem amenizar o efeito das temperaturas elevadas sobretudo no final da tarde. Mas é importante relatar o stress térmico positivo nos horários entre 9:00 às 17:00.

O efeito da amplitude térmica é nitidamente percebido. Em decorrência da liberação do calor das superfícies ao entardecer. No período noturno as temperaturas caem fortemente.

II. Classe Edificada Vegetação

A zona *Edificada com Vegetação* é composta por áreas de pastagem, solo desnudo, areia branca, vegetação arbórea, despejo de efluentes, mata hidrófila densa, predominaram temperatura mais baixas. Neste caso, observa-se que esta unidade de mapeamento detém maior área física, evidenciando uma diminuição da temperatura em relação a classes de uso de solo anteriormente descritas, conforme Figura 04.



Figura 04. Fotografia de lagoa de despejo de efluentes domésticos pertencentes à Empresa Baiana de Saneamento. Ao fundo encostas com ocupação por moradias e solo desnudo. Fonte: Trabalho de campo realizado em fevereiro de 2019.

Uma área mais arborizada e menos afetada pelo crescimento da cidade, e preservada, a temperatura é menor que aquela comparada com um local que visivelmente apresenta os efeitos do crescimento urbano, como a malha asfáltica, presença de concreto nas casas e nos prédios. Assim, as matas densas apresentam um elevado índice de albedo e, conseqüentemente uma sensação térmica mais amena.



(A)



(B)

Figura 05. Zona ocupada por solo exposto devido à corte de encosta. (B) Encosta recoberta por vegetação da mata ombrófila densa e solo exposto.

As áreas com grande quantidade de solo exposto as temperaturas são mais elevadas, devido à ausência de vegetação, que auxilia na regulação da temperatura (Figura 05 – A). Com isso, essas áreas de solo exposto acabam recebendo muita radiação solar, que acabam por gerar uma temperatura mais elevada e, possuem um baixo nível de albedo. Foram identificadas parcelas de solos exposto em meio à zona de expansão da urbanização e em clareiras de vegetação ao longo das encostas e topos de morro. Observados em (A) que detêm temperaturas para solo exposto de cor vermelha em torno de 40° e cor amarela com temperatura de 44°.

As áreas com grande quantidade de solo exposto as temperaturas são mais elevadas, devido à ausência de vegetação, que auxilia na regulação da temperatura. Com isso, essas áreas de solo exposto acabam recebendo muita radiação solar, que acabam por gerar uma temperatura mais elevada e, possuem um baixo nível de albedo.

Devido à maior presença de vegetação, as temperaturas desta área são mais amenas e seus valores se encontram predominantemente menores. Com isso, podemos observar a importância das áreas arborizadas na influência das temperaturas ambientes e o elevado índice de albedo. A área recoberta por mata detêm temperaturas entre 36 à 37°. Como pode ser identificada o item B da Figura 05.

Observa-se uma clara relação do uso e ocupação do solo com as temperaturas superficiais, identificando áreas com acumulações hídricas relacionadas às temperaturas mais amenas, o que possibilidade de estarem influenciando no microclima do seu entorno. Destacamos que a distribuição, concentração e a área dos corpos hídricos podem interferir nas ilhas de frescor na área urbana, porém é importante salientar que os tipos de uso do solo no entorno destes corpos hídricos são fundamentais na definição destas ilhas de frescor.

região elevada que é ventilada pelas brisas atlânticas, porém, há também as áreas com cobertura vegetal, que funcionam como um regulador da temperatura na região, sofrendo menos efeitos das ilhas de calor.

Uma melhor organização do processo de urbanização, seria um fator determinante no combate ao stress térmico positivo, ideias que diminuíssem o elevado índice de albedo e melhorassem a respiração e a infiltração de água no solo seriam de grande importância na busca por um ambiente urbano mais saudável e confortável.

Ao poder público cabe um planejamento urbano para cidades que estejam atentas a arborização e a ventilação entre os prédios favorecendo a troca de energia da atmosfera e da cobertura vegetal, sistemas de coleta pluvial que dediquem alternativas a infiltração da água no solo e também que destinem os fluxos de água a locais apropriados. Para o setor privado, é importante que pensem ideias sustentáveis que resultem na diminuição do stress térmico positivo, como por exemplo, coberturas e laterais de casas e edifícios com cobertura vegetal, há uma série de plantas que se adaptam a parte externa de construções, resultando em ambientes mais confortáveis e com designs mais inovadores e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

AMORIN, Margarete Cristiane de Costa Trindade. CLIMATOLOGIA E GESTÃO DO ESPAÇO URBANO. **Mercator**, [S. l.], p. 71-90, 1 dez. 2010. *E-book*.

BARBOSA, Rui Ferreira. A URBANIZAÇÃO DAS CIDADES. **III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento**, Taubaté, 22 out. 2014. Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento.

CALLEGARE, Andyara Oliveira *et al.* Estudo sobre o albedo em diferentes tipos de superfície. **IFSC**, Florianópolis, p. 1-10, 1 nov. 2010. *E-book*.

COSTA, Douglas F. Da; SILVA, Helio R.; PERES, Leonardo De F. IDENTIFICAÇÃO DE ILHAS DE CALOR NA ÁREA URBANA DE ILHA SOLTEIRA - SP ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS. **Eng. Agríc. Jaboticabal**, Jaboticabal, p. 974-985, 1 out. 2010. *E-book*.

DIAS, Marcel Bordin Galvão; NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira. CLIMA URBANO E ILHAS DE CALOR: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ESTUDO DE CASO. **Fórum ambiental da Alta Paulista**, Presidente Prudente, p. 27-41, 1 dez. 2014. *E-book*.

ESTEVAM, ANDRÉ LUIZ DANTAS *et al.* **CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA E IMPACTOS AMBIENTAIS URBANOS NA CIDADE DE SALVADOR, BA**. Santo Antônio de Jesus: Lab Cria e Conecta, 2018.

ESTEVAM, André Luiz Dantas; SANTOS, Ricardo Mota Dos. SISTEMA CLIMA URBANO E CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO DAS ÁREAS DE RISCO NA CIDADE DE SALVADOR - BA. **Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica**, [S. l.], p. 1-10, 1 ago. 2017.

FERNANDES, Rosali Braga. PROCESSOS RECENTES DE URBANIZAÇÃO / SEGREGAÇÃO EM SALVADOR: O MIOLO, REGIÃO POPULAR E ESTRATÉGICA DA CIDADE. **REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**, Barcelona, p. 1, 20 jul. 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-523.htm>. Acesso em: 7 maio 2019.

GARTLAND, L. Ilhas de Calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. Tradução de: Silvia Helena Gonçalves. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

LOMBARDO, M. A. Ilhas de Calor nas Metrôpoles: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.

LIMA, Nathan Rodrigues de *et al.* CLIMA URBANO NO BRASIL: ANÁLISE E CONTRIBUIÇÃO DA METODOLOGIA DE CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO. **Revista Geonorte**, [S. l.], p. 626-638, 1 fev. 2012. *E-book*.

Figura... Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Bairro Cajazeiras. Fonte: Laboratório de Estudos Urbano-Regionais. Projeto de Pesquisa Sistema Clima Urbano na cidade de Salvador. 2019.

MOURA, Tereza *et al.* MAPEANDO AS CONDIÇÕES DE CONFORTO TÉRMICO EM SALVADOR. **Revista Rua 9**, Salvador, p. 1-6, 1 jul. 2006. *E-book*.

PEDRÃO, Fernando. A Urbanização Voraz em Salvador. **Revista VeraCidade**, Salvador, p. 1-11, 5 out. 2009. Disponível em: <http://veracidade.salvador.ba.gov.br/v5/pdf%5Cartigo1.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.

SANTOS, Reinaldo Pacheco dos; PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa. CRESCIMENTO DESORDENADO, SEGREGAÇÃO SOCIAL NAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS: O CASO DA CIDADE DE JUAZEIRO/BAHIA/BRASIL. **IFSertão**, [S. l.], p. 1-19, 22 out. 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/066.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.

UGEDA JUNIOR, José Carlos. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA, PLANEJAMENTO URBANO E PLANEJAMENTO DA PAISAGEM. **FCT**, São Paulo, p. 1-15, 9 maio 2004. Disponível em: <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.

UGEDA JUNIOR, José Carlos. REFLEXÕES ACERCA DO SISTEMA CLIMA URBANO E SUA APLICABILIDADE: PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E INOVAÇÕES TÉCNICAS. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, [S. l.], p. 160-173, 1 out. 2016. *E-book*.

FORÇA, FÉ E RESISTÊNCIA: UM EXEMPLO DA MULHER CAMPONESA GOIANA

Data de aceite: 01/07/2024

Roberta Steward

Mestranda do TECCER da Universidade Estadual de Goiás - UEG

Maria Idelma Vieira da D'Abadia

Pós - Doutora e Docente do TECCER da Universidade Estadual de Goiás - UEG

RESUMO: Este artigo tem por objetivo demonstrar como vivem e lutam as mulheres camponesas no interior de Goiás, sendo elas que participam ativamente dos movimentos sociais, bem como se destacam como protagonistas em um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desse modo procuramos compreender a contribuição da mulher para além de suas conquistas nas políticas públicas para o campo e na sua atuação nas roças, mas apontando o seu desempenho e sua atuação dentro do sindicato como presidente a frente de homens e mulheres lavradores. Também, constituiu-se objetivo de pesquisa investigar a resistência da mulher camponesa goiana, dentro do sindicato rural como liderança política e sua importância para o grupo de lavradores que fazem parte daquele sindicato. Apesar de já existirem estudos sobre esse assunto, ainda há muito a ser informado e discutido

no âmbito dos trabalhadores rurais que são essenciais para economia agrícola do município de Petrolina-Goiás

PALAVRAS-CHAVE: lutas, movimentos sociais, mulheres camponesas, sindicato.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate how peasant women live and fight in the interior of Goiás, as they actively participate in social movements, as well as stand out as protagonists in a union of rural workers. In this way, we seek to understand the contribution of women beyond their achievements in public policies for the countryside and their work in the fields, but pointing out their performance and their role within the union as president at the head of men and women farmers. Also, the research objective was to investigate the resistance of peasant women from Goiás, within the rural union as political leadership and its importance for the group of farmers who are part of that union. Although there are already studies on this subject, there is still a lot to be informed and discussed in the context of rural workers who are essential for the agricultural economy of the municipality of Petrolina-Goiás.

KEYWORDS: struggles, social movements, peasant women, unions.

INTRODUÇÃO

O patriarcado com que a mulher camponesa brasileira conviveu por séculos a deixou numa situação de invisibilidade em relação ao poder público e as políticas públicas, contudo, essa luta árdua por direitos dentro das questões agrárias fez com que a mulher camponesa resistisse a essa opressão e vem lutando por dignidade e por reconhecimento de seus direitos.

A compreensão é de que as determinações classistas da sociedade brasileira se fundiram com o patriarcado e o racismo de gênero, aperfeiçoando e alargando as relações de opressão sobre alguns grupos humanos, sobretudo, o das mulheres.

O modo de capitalista de produção não faz apenas explicitar os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de interiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

O contexto geral dessa pesquisa se refere ao sindicato rural, do município goiano de Petrolina, e as mulheres como representantes sindicais. Estes sindicatos de classes são os protagonistas de inúmeras conquistas e transformações sociais seja por meio de defender os interesses individuais dos seus representantes assim como os coletivos de toda a categoria.

Tendo como objetivo dessa pesquisa o protagonismo da mulher camponesa, na atuação como líder sindical, rompendo, barreiras, atingindo um fortalecimento junto ao poder público através políticas públicas alcançadas, por longos anos de lutas dessas cidadãs tão essenciais para o proletariado brasileiro.

As identidades camponesas aqui narradas entendem muitas vezes por diaspóricas, pois são recortes espaciais, para ajuntar outra, na qual a vivência e a experiência são passadas como herança, ou como referência a um passado comum, no caso dessa identidade revela a mistura de matrizes raciais, étnicas, culturais e espaciais.

A trabalhadora rural reconhece e se ressignifica através da identidade, de seus ancestrais, da memória coletiva, que vai passando por gerações, permite a sua unificação por referências comum, que são construídas e operantes no próprio cotidiano.

Todavia no município goiano de Petrolina, as mulheres como representantes sindicais de classes são as protagonistas de inúmeras conquistas e transformações sociais seja por meio de defender os interesses individuais dos seus representantes assim como os coletivos de toda a categoria, destaca-se a conscientização como sujeito detentoras da sua própria vida, vemos o que fala o empoderamento feminino:

“O empoderamento feminino depende de diversos fatores, como o ambiente em que as mulheres estão inseridas, o trabalho que realizam e a consciência interna de querer se empoderar, de forma que reconheçam e valorizem seu trabalho e sua vida, entendendo que são importantes e possuem significado. Tais fatores proporcionam autonomia, autoestima e poder de mudança (MERLINO; MENDONÇA, 2011)”

Desse modo as mulheres despontam no ambiente de trabalho, rompendo os padrões vigentes, e se destacando de forma arrojada como empreendedoras rurais, apreciando os saberes partilhados através de gerações, ajustando as mudanças que se fizeram necessárias, confrontando com algo novo.

METODOLOGIA

A marcha das margaridas veio reverberar a força da mulher campezina, principalmente aquela que trabalha na agricultura familiar, pois até então as trabalhadoras rurais eram marginalizadas e a resistência por meio de lutas de seus direitos veio alavancar esse movimento social tão essencial gerando a força desse gênero, Cartilha das Margaridas (2019).

Logo a manifestação envolveu trabalhadoras rurais, que se expressam numa aparição pública, buscando uma maior visibilidade às questões dessas mulheres, estabelecendo diálogos e negociação com o Estado para romper com vários paradigmas que até então não haviam sido reconhecidos. Vejamos o que o autor Aguiar (2016), vai narrar em seu livro sobre esse movimento campesino:

Marchando, as mulheres trabalhadoras rurais, como se denominavam, adentraram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres rurais, elas passaram a pautar novas questões e ampliaram, assim, o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais. (AGUIAR, 2016, p.283)

Porém, é possível asseverar que, realizada uma análise do papel que as mulheres desenvolvem dentro das diferentes produções no campo e nas relações com o meio urbano, pois a relevância das lutas e dos incentivos que podem ser aplicados para que ocorra uma maior igualdade de gênero dentro do campo, para que se evidencie a crucial importância do papel feminino para a continuidade da agricultura familiar.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa optamos pelo método qualitativo, no qual “a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (MARTINS, 20, p. 292).

Nessa perspectiva os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa estão relacionados aos micros processos ocorridos na organização sindical e seu alcance

as trabalhadoras e trabalhadores relacionados ao mesmo, naquele município. os que contribuam para uma melhor compreensão sobre uma pesquisa de fonte explicativa por meio de um estudo de coleta e avaliação de dados, com uma pratica de investigação, explanando os agentes e expressões sobre o assunto. Nesse caso as técnicas aplicadas foram: observação participante, registros fotográficos, vídeos, depoimento das trabalhadoras rurais, diário de campo, ponderes bibliográficos comparativos, revisão de literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil tem demonstrado que as mulheres são contingente principal dentre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público, conforme salienta a autora Maria da Gloria Gohn:

Observa-se na América Latina uma rearticulação de lutas e movimentos sociais que se opõem ao modelo econômico vigente e a situação de desemprego e miséria que as políticas neoliberais têm gerado nas últimas décadas. E são as mulheres as grandes atrizes que tem realizado esta junção – causas estruturais/ econômicas e causas específicas vividas pelas mulheres. As mulheres estão colocando os movimentos sociais novamente em cena, reivindicando, entretanto, sua visibilidade. (Gohn, 2013, p.96/97).

A questão do gênero e outra vertente do campesino, que através de longos anos de luta vem ter outros desdobramentos pois a mulher campesina se destaca através de políticas públicas essenciais para a subsistência delas que vive em regime de agricultura familiar.

Ser mulher é romper com a lógica de produção capitalista no contexto rural. A mulher campesina vem atravessando constantes lutas e resistências seus direitos são reconhecidos através do sistema de “contra gotas”, pelo Estado Brasileiro. Suas lutas diárias na agricultura familiar vêm tendo notoriedade a partir da década de 1980, quando os sindicatos tiveram mais força, e a ditadura militar no país acabou.

Porém, foi a partir da organização do movimento de mulheres que se deu notoriedade à seriedade desses corpos femininos adentro da agricultura familiar e da agroecologia, evidenciando que serem as mulheres as grandes responsáveis por romper com o nexos de produção capitalista no contexto rural.

As conquistas aqui abarcadas nos movimentos sociais estabelecem com um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil pois foram a base de muitas ações coletivas no Brasil a partir da década de 1970, sendo que muitos desses movimentos geram solidariedade social e coesão, eles impulsionam as pessoas sem embolsarem nenhuma renda, ou seja mobilizam ideias e valores geram os saberes e aprendizado coletivo.

Mas foi a partir da década 1990 que os movimentos sociais rurais impulsionaram e foram tomando uma forma como o Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil ou MST, mais conhecido e afamado dos movimentos, e tem como principal objetivo de luta pela realização da reforma agrária e a democratização ao acesso à terra no Brasil, tem ainda como referência a luta por mudanças sociais no país, a defesa dos direitos humanos e o exemplo de solidariedade com seus participantes.

Na Constituição Federal/88 está reconhecido o direito a terra e a sua função social, no artigo 184 e seguintes compreende a estrutura fundiária brasileira como injusta, então vejamos o que preceitua o referido artigo caput:

Art. 184 Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano da sua emissão, e cuja utilização será definida por lei.

Entende-se que há uma grande quantidade de propriedade rural no Brasil que é improdutivo e não cumpre a sua função social da terra, e a única saída é induzir seus proprietários, sob pena de sanção, a fazer a grande propriedade cumprir a sua função social. Entretanto, a dificuldade de interpretar os dispositivos constitucionais mencionados acima, apesar de grande, não é a única existente na tratativa do tema, contudo outras dificuldades existem e precisam ser superadas para o bem entendimento a respeito da matéria.

Desta feita a agricultura familiar vem conseguindo se reinventar através de políticas públicas de suma importância para o pequeno produtor rural, pois através de longos anos que o governo através do PRONAF e outros programas apoiou essa classe tão oprimida pelo capitalismo pelo agro negócio.

O PRONAF e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar o governo federal criou através da Lei n. 11.949/2009, que incentivou o pequeno produtor rural melhora sua qualidade de vida e de suas famílias, evitando o êxodo rural, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, local, regional e nacional.

Significando que as ações para beneficiar a agricultura familiar e fortalecer a economia local ficou negligenciada por vários anos, deixando de promover a justiça social no campo, sendo uma classe de vital importância para a subsistência da população brasileira, pois boa parte dos alimentos vem da lavoura dos pequenos produtores rurais.

A luta de classe de trabalhadores e trabalhadoras rurais perdura por vários anos, de construções espaciais, de fazeres da política, de projetos societários, com multiplicidade de linguagens e códigos:

“Os sujeitos sociais e a ação política apresentam, agora, maior complexidade, confrontando paradigmas que orientam, até há pouco tempo, os projetos de transformação social. Estes sujeitos propõem novos híbridos institucionais, atuam em várias escalas, exigem a releitura do Estado, defendem diferentes sentidos de nação, rejuvenescem tradições e impedem a sua completa absorção em instituições da modernidade” (Ribeiro, 2005, p. 268).

Ademais a luta da mulher camponesa deve ser sempre ressignificada quando nos deparamos com mulheres que nunca estudaram, pois ainda há uma maioria principalmente da mulher analfabeta nunca teve acesso a escolas e seu labor sempre foi o braçal, sua lida sempre foi na roça, pois ela nunca teve outra oportunidade.

Trabalhadores rurais são agricultores em diversas lavouras, mas na maioria das vezes não possuem suas próprias terras, vivem migrando de uma localidade a outra, ou região agrícola, são boias frias, assalariados ou não, trabalhadores avulsos, acompanham o ciclo de terras produtivas das diversas culturas de plantio.

A agricultura familiar abarca uma série de posicionamentos, a maioria dos trabalhadores que vive da agricultura familiar, vem sofrendo várias evoluções, transformando e tomando novos sentidos para se adaptar ao novo modelo agrário vigente no país, Baudel reflete sobre isso:

“[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”. (BAUDEL WANDERLEY, 1999, p. 52)

Destarte, é possível concluir que o patriarcado há muito silencia as mulheres, mesmo elas ocupando papéis sociais relevantes, no contexto urbano, ou no rural, sendo que, só a partir da organização das mulheres rurais elas foram reconhecidas como sujeitos de direitos, versando, contudo, de uma luta que não se encerra, sendo, portanto, constante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O autor peruano Aníbal Quijano aduz que no capitalismo mundial há três interesses centrais que articulam entre si e que ordenam as relações de exploração/ dominação que são: trabalho, ‘raça’ e ‘gênero’. Logo, os processos de classificação social, imperiosamente se associam ou não ao procedimento de exploração que é heterogênea e descontínua (QUIJANO, 1992, p.120)

A questão da liderança política sindical, mesmo dentro de uma pequena sociedade rural, se destaca o sindicato rural, por ter ali se iniciado a vida de políticos na pequena cidade do interior goiano, o presidente que antecedeu a atual presidente deixou um legado para os seus.

O antigo presidente Job Alves Guimarães faleceu em março de 2021, e sua filha Lorrany Guimaraes já trabalhava há vários anos no sindicato com seu pai. Após sua morte deu continuidade aquele trabalho mesmo num momento crítico durante pandemia do Covid-19, rompeu as barreiras e deu continuidade ao trabalho que exercia com muito afinco.

Atualmente Lorrany Guimarães foi a primeira mulher eleita como presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina-GO. Ela não só

dá continuidade ao trabalho do pai, que foi vereador por dois mandatos, como também continua a organizar os eventos da entidade classista para seus afiliados.

Esses eventos são importantíssimos na continuidade da ação gerencial do sindicato, indicando a resistência e a persistência da mulher campesina goiana, por meio das ações de políticas públicas para os trabalhadores rurais; aposentadoria rural; minha casa no campo, com o cadastro de vários lavradores; rezas; terços; folia do Divino Pai Eterno, acontecimentos que estes afiliados já aguardam ansiosos para participarem.

As relações de vida e trabalho nas comunidades campesinas, suas redes de trocas nesses espaços, seus modos de vida, a cultura, o papel da emoção e do pensamento na ligação do lugar promove uma identificação e vivência com os rituais que, de certa forma, promove a identidade territorial desses sujeitos vinculados ao seu modo de vida.

Porém no mundo campesino, a divisão de trabalho entre homens e mulheres também é evidente devido a masculinização e a submissão cultural seguida no desenvolvimento dos moldes de domínio. De tal modo, a agrariedade torna-se um meio de luta e resistência das trabalhadoras rurais. Sendo que os movimentos autônomos, tanto locais como regionais, só vieram a ter fortalecimento a partir de 2004, quando um grupo de mulheres se uniram sob a sigla do MMC, que significa, Movimento de Mulheres Camponesas, surgindo daí as experiências e transformações concretas na vida das mulheres camponesas.

Nesse sentido, apesar do movimento lutar pelo reconhecimento de diversos direitos eficazes a uma vida digna, tais como: saúde, educação e direitos previdenciários, o primeiro pendão levantado pelo movimento foi, precisamente, a necessidade de reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.

Assim na Constituição Federal de 1988 ou mais conhecida como “Constituição Cidadã” no seu artigo 8º prevê que essas conquistas e lutas sociais vem com reivindicações e greves, que são fundamentais na democracia do direito social e econômico, da igualdade e da justiça.

Desse modo o que impacta o trabalho desenvolvido por lutas constantes para as mulheres foram o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, onde houve uma ruptura com o passado as mulheres do campesinas passaram a atuar de forma combativa na luta pelo reconhecimento de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto que impacta o trabalho desenvolvido por lutas constantes para as mulheres foram o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, os quais possibilitou uma nova perspectiva de vida e labor.

Assim, as mulheres campesinas passaram a atuar de forma combativa na luta pelo reconhecimento de direitos, que até então eram negligenciados pelo poder público, a partir da organização das mulheres rurais elas foram reconhecidas como sujeitos de direitos, versando, contudo, de uma luta que não se encerra, sendo, portanto, constante.

No entanto os direitos adquiridos pelos movimentos de mulheres camponesas, como: filiação sindical, acesso a aposentadoria especial, e ainda emitir documentos pessoais, os quais muitas não tinham acesso, serem incluídas e beneficiadas em programas do governo federal como PRONAF, dentre outros.

Em suma as agricultoras necessitam de uma atenção especial, para que permaneçam no campo e devem ter polícias públicas essenciais, com conscientização sensibilidade e responsabilidade ambiental acordando a qualidade de vida no campo para aquela comunidade campesina.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilena Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**. Vol. 15. Edição Especial. Florianópolis, 2016.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. **O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 21. Mesa-Redonda, Caxambu: UFMG, 1997, p.1-12.

CARTILHA DAS MARGARIDAS 2019. **Margaridas na luta por um Brasil com sabedoria popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência**. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_350653567_24012019145732pdf. Acesso em:07/01/2024

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/pdf>

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo/ 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARIAN, Marcia Gilmar; IZA, Oscar Benigno; KORZ, Camila; FISCHER, Jocimar. **Agricultura sustentável: favorecendo ambientes saudáveis e o empoderamento feminino**. Publicado em Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 4-25, maio/ago. 2019, DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-v18n22019-46405>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/agricultura%20e%20o%20empreendedorismo%20feminino.pdf>. Acesso em:05/01/2024.

MERLINO, T; MENDONÇA, M. L. (org.). Direitos humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011. Disponível em: https://www.social.org.br/DH_2011_ALTA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**. Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Outros territórios outros mapas". In :**OSAL- Observatório Social de América Latina**: Ano VI, nº16 (janeiro-abril 2005), pg. 263-272.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. A mulher na Sociedade de Classes. **Mito e Realidade**. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013.

EL NACIMIENTO DEL MUNDO MULTIPOLAR Y LOS FUNDAMENTOS GEOPOLÍTICOS E HISTÓRICOS DE LA ESTRATEGÍA IMPERIAL DE LA POLÍTICA EXTERIOR RUSA

Data de aceite: 01/07/2024

Szilágyi István

Profesor emérito, Doctor de la Academia Húngara de Ciencias Universidad de Pécs, Hungría

RESUMEN: En la segunda mitad del siglo pasado y especialmente durante las últimas cuatro décadas tuvieron lugar los cambios fundamentales e históricos en el mundo y en las tres regiones semi periféricas del mundo: en América Latina, en Europa del Sur y en Europa Central y Oriental. Terminó el mundo bipolar y se inició el proceso de la construcción del mundo multipolar. En Europa Central y Oriental y en " Eurasia" desapareció la Unión Soviética y el imperio centroeuropeo de Moscú, o sea el sistema mundial socialista. Provisionalmente quedó una superpotencia mundial - Los Estado Unidos - y se convirtió en un mundo unipolar. Pero inmediatamente comenzó la lucha al establecimiento del mundo multipolar. Nacieron nuevas integraciones regionales, intra-e interregionales, y se establecieron nuevas alianzas estratégicas entre los bloques de poderes mundiales. Y en la tercera década del siglo XXI. el sistema mundial torno en multipolar e

interdependiente. En nuestros días ya pasaban al primer plano de la política y economía mundial los países del BRICS - en particular China y Rusia - y la Unión Europea. La Federación de Rusia creó *La Comunidad de Estados Independientes*, reorganizando así la alianza y la cooperación entre los países del antiguo Unión Soviética. Otra nueva organización liderada por la Federación de Rusia es *La Unión Económica Euroasiática* (UEE), también conocida como *la Unión Euroasiática*, es una unión económica que se estableció el 1 de enero de 2015. En Rusia nació una nueva noción y un nuevo concepto: *extranjero cercano, o vecindad próxima*. Esto significa que Rusia está interesada en mantener su influencia y hegemonía política, económica, militar y cultural en los Estados recién creados, antiguos miembros de la URSS y también parte de la Comunidad de Estados Independientes. Dicho de otra manera: fue declarada la *"doctrina Monroe rusa."* Rusia comenzó a hacer política imperial, diciendo y argumentando que el país no puede caer en la trampa del poder regional. Rusia puede existir solo como una gran potencia. Y como consecuencia de estas transformaciones y cambios tenidos

lugares agudizaron las contradicciones y la lucha entre las grandes potencias emergentes y ascendentes (Rusia y China) y el poder establecido y dominante (los Estados Unidos) para la dominación y la hegemonía mundial. El objeto del artículo es examinar y analizar la estrategia imperial de la política exterior rusa comenzada a partir de la llegada al poder de Vladimir Putin, el 26 de marzo de 2000. Utilizando el método del análisis comparativo de los documentos, fuentes y doctrinas elaborados y declarados de la Federación de Rusia durante los últimos treinta años y revelando los fundamentos geopolíticos e históricos de la estrategia de la política exterior rusa.

PALABRAS CLAVE: el pensamiento geopolítico ruso, neoerurasianismo y Alexander Dugin,

RESUMO: Na segunda metade do século passado e sobretudo nas últimas quatro décadas, ocorreram mudanças fundamentais e históricas no mundo e as três regiões semiperiféricas do mundo: na América Latina, na Europa do Sul e na Europa Central e de Leste. O mundo bipolar chegou ao fim e iniciou-se o processo de construção de um mundo multipolar. Na Europa Central e Oriental e na "Eurásia", a União Soviética e o império centro-europeu de Moscovo, ou seja, o sistema mundial socialista, desapareceram. O título provisório, restava uma superpotência mundial - os Estados Unidos - e o mundo tornou-se unipolar. Mas imediatamente começou a luta para estabelecer um mundo multipolar. Nasceram novas integrações regionais, intra e inter-regionais, e estabeleceram-se novas alianças estratégicas entre os blocos de potências mundiais. E na terceira década do século XXI, o sistema mundial tornou-se multipolar e interdependente. Nesta altura, os países BRICS - em particular a China e a Rússia - e a União Europeia. A Federação Russa criou a Comunidade de Estados Independentes, reorganizando assim a aliança e a cooperação entre os países da antiga União Soviética, passaram a ocupar um lugar de destaque na política e na economia mundial. Outra nova organização liderada pela Federação Russa é a União Económica Eurasiática (UEE), também conhecida como União Eurasiática, é uma união económica que foi criada em 1 de janeiro de 2015. Na Rússia, nasceu uma nova noção e um novo conceito: o exterior próximo, ou vizinhança próxima. Isto significa que a Rússia está interessada em manter a sua influência e hegemonia política, económica, militar e cultural nos Estados recém-criados, antigos membros da URSS e também parte da Comunidade de Estados Independentes, por outras palavras, foi declarada a "Doutrina Monroe Russa". A Rússia começou a fazer política imperial, afirmando e argumentando que o país não pode cair na armadilha do poder regional. A Rússia só pode existir como uma grande potência. Em consequência destas transformações e mudanças, acentuaram-se as contradições e a luta entre as grandes potências emergentes e em ascensão (Rússia e China) e a potência estabelecida e dominante (os Estados Unidos) pelo domínio e hegemonia mundial. O objetivo deste artigo é examinar e analisar a estratégia imperial da política externa da Rússia desde que Vladimir Putin chegou ao poder em 26 de março de 2000. Utilizando o método de análise comparativa dos documentos, fontes e doutrinas elaborados e declarados pela Federação Russa durante os últimos trinta anos e revelando os fundamentos geopolíticos e históricos da estratégia de política externa russa.

PALAVRAS-CHAVE: pensamento geopolítico russo, neo-russianismo e Alexander Dugin,

INTRODUCCIÓN: LOS CAMBIOS OCURRIDOS EN EL MUNDO

En la segunda mitad del siglo veinte y especialmente durante las últimas tres décadas acontecieron los cambios fundamentales e históricos en el mundo y en las tres regiones semiperiféricas del mundo: en América Latina, en Europa de Sur y en Europa Central y Oriental. Fracasaron los distintos tipos de las dictaduras autoritarias, y burocráticas. Se terminó la época de los Estados de Excepción. (POULANTZAS,1976a, POULANTZAS, 1976b, CARRANZA,1978, AGAMBEN,2004, BENOIST,2013, SZILÁGYI, 2017). Se inició el proceso de democratización y el establecimiento de los sistemas políticos democráticos y en las regiones semiperiféricas mencionadas se inició la nueva ola de las tentativas de modernización. Nacieron y renacieron las integraciones regionales de nuevo tipo (Mercosur, Unasur, CAN, APEC, Organización de Cooperación de Shanghai, la Unión Económica Euroasiática, etc.). Cambiaron las relaciones internacionales. *Terminó el mundo bipolar y se inició el proceso de la construcción del mundo multipolar.* En Europa Central y Oriental y en *Eurasia*¹ desapareció la Unión Soviética de 22 millones de kilómetros cuadrados y el imperio centroeuropeo de Moscú, o sea el sistema mundial socialista. El 21 de diciembre de 1991 nació la Federación de Rusia, que cuenta con una superficie de 17 125 246 kilómetros cuadrados, equivalente a la novena parte de la tierra firme. La descomposición, la desintegración y la desaparición de la Unión Soviética fue un proceso que duró seis años y se inició en marzo de 1985 con la llegada al poder de Mijail Sزرgeyevich Gorbachov como secretario general del PCUS y más tarde como presidente del Consejo Supremo de la URSS. Oficialmente acabó *el 25 de diciembre de 1991* cuando dimitió Mijail Sزرgeyevich Gorbachov como presidente de la URSS y como secretario general de PCUS.

Pero ya antes de la disolución oficial de la Unión Soviética, el 7-8 de diciembre de 1991 los presidentes de tres Estados federales, Boris Yeltsin de Rusia, Szerguei Kravcsuk de Ucrania y Sztanislav Suskievics de Bielorrusia, en Belavézhskaya Puscha, un pueblo bielorruso, firmaron un acuerdo sobre la creación de la Comunidad de Estados Independientes. (NYIKULIN,2016). Los otros Estados de la Unión Soviética - excepto Georgia y los tres Estados Bálticos - el 21 de diciembre de 1991 en Alma Ata (Astana) - capital de Kazajistán – declararon su entrada en la CEI. ²

Y oficialmente, este día también fue establecida la Federación de Rusia. El primer presidente de Rusia fue Boris Yeltsin. La Federación de Rusia está formada por 83 sujetos federales, entre ellos 31 repúblicas. Es, el noveno país por población al tener 146 020 000 de habitantes. Ocupa todo el Asia del Norte y alrededor del 40 % de Europa (principalmente Europa Oriental), siendo un país transcontinental. (BUSZIGINA, 2017)

1 Según los representantes de la corriente geopolítica rusa "eurasionista," Rusia es una gran potencia mundial y al mismo tiempo forma la Tierra de Corazón (Heartland) del mundo y tiene características especiales. Su rasgo especial y principal es que no pertenece ni Europa, ni Asia. Rusia representa una entidad peculiar que se llama Eurasia. El fundador y el autor clásico del eurasionismo como concepto y movimiento fue concebido por Petr Savitski entre las dos Guerras mundiales en exilio. Hoy en día el representante más conocido y más influyente es el pensador neoeurasionista: Aleksandr Dugin.

2 Después de la ocupación de la Península de Crimea de marzo de 2014, Ucrania abandonó la CEI.

Se descompusieron los Estados fallidos de Yugoslavia y Checoslovaquia y desapareció la República Democrática Alemana. Durante los últimos treinta años en la región de Europa Central y Oriental nacieron mas de veinte Estados nuevos. Terminaron las integraciones de tipo socialista lideradas por la Unión Soviética - Consejo de Ayuda Mutua Económica - CAME (1949) y el Pacto de Varsovia (fue fundado el 14 de mayo de 1955) - también.

Es decir se acabó la integración oriental de Europa del Este. Mientras que siguieron su funcionamiento las integraciones occidentales – como son la Unión Europea (1957) y la OTAN (1949).

Más de 25 millones de rusos se convirtieron en minorías étnicas en los países independientes de la antigua Unión Soviética.

Como el Cuadro 1. muestra, el mayor porcentaje de la étnica minoría rusa se encuentra y vive en el territorio de Ucrania.



Cuadro 1. – El porcentaje de rusohablantes en las regiones de Ucrania- 2021

Fuente: <https://es.wikipedia.org/wiki/Ucrania>

Provisionalmente quedó una superpotencia mundial - Los Estados Unidos- y se convirtió en un mundo unipolar. Pero inmediatamente comenzó la lucha al establecimiento del mundo multipolar. Y en la tercera década del siglo XXI. el sistema mundial torno en multipolar e interdependiente. (DUGIN, 2015c). En nuestros días ya pasaban al primer plano de la política y economía mundial los países de BRICS³ – en particularmente China e Rusia - y la Unión Europea también.

3 Los BRICS (Brasil, Rusia, la India, China y Sudáfrica) ya serán los BRICS+. Tras dos días de la Cumbre de BRICS, celebrada el 22-24 de agosto de 2023 en Yohannesburg el selecto grupo de potencias emergentes ha abierto sus puertas a nuevas incorporaciones. Los cinco países actuales han acordado que se adhieran Argentina, Arabia Saudí, Egipto, Emiratos Árabes Unidos, Etiopía e Irán. En la reunión se han debatido la entrada de estos países, los protocolos de admisión e integración, así como la fecha de incorporación, que será el 1 de enero de 2024. Al comienzo del próximo año, estos países formarán parte de pleno derecho del selecto club de países emergentes. Con la adhesión de estos países y sus economías, el actual club representa el 46% de la población mundial y el 36% del PIB global, lo que le coloca en una posición privilegiada y geoestratégica de influencia en el comercio mundial.

Nacieron nuevas integraciones regionales, intra-e interregionales, y se establecieron nuevas alianzas estratégicas entre los bloques de poderes mundiales. (SZILÁGYI, 2014; SZILÁGYI, 2017; SZILÁGYI, 2021a). Y como consecuencia de estas transformaciones y cambios tenidos lugares agudizaron las contradicciones y la lucha entre las grandes potencias emergentes y ascendentes (Rusia y China) y el poder establecido y dominante (los Estados Unidos) no solo a conseguir y obtener - en el caso de EEUU mantener - la hegemonía e influencia política, ideología y económica, sino la reordenación, reorganización y la transformación del sistema mundial económico y político y de las relaciones internacionales también.

Las transformaciones mencionadas conllevaron y se animaron la presentación de los debates sobre la cuestión, si haya posibilidad de evitar la trampa de Kindleberger en el caso de Rusia (RIHAM, 2021, pp.76-94) y la trampa de Tucídides en el caso de China⁴, o sea plantea la cuestión ¿si se puede evitar la guerra entre las grandes potencias emergentes, ascendentes y los Estados Unidos, la gran potencia establecida, o el mundo está destinado a la guerra? ⁵

La respuesta exacta y científica para estas cuestiones es muy difícil, porque conocemos los acontecimientos de tenidos lugares en marzo de 2014, la anexión de la península de Crimea por La Federación de Rusia y la guerra estallida el 24 de febrero de 2022 en Ucrania.

Como ya hemos mencionado, La Federación de Rusia creó La Comunidad de Estados Independientes, reorganizando así la alianza y la cooperación entre los países de la antigua Unión Soviética. Otra nueva organización liderada por la Federación de Rusia es *La Unión Económica Euroasiática* (UEE), también conocida como *la Unión Euroasiática*, es una unión económica que se estableció el 1 de enero de 2015.

Un tratado para expandir la UEE hacia el Cáucaso se hizo posible con la incorporación de Armenia el 9 de octubre de 2014. El 6 de agosto de 2015, Kirguistán se unió también a este bloque económico. Pero Rusia es el miembro del *Foro de Cooperación Económica Asia- Pacífico- APEC*, entrando en el Foro en 1998. y *la Organización de Cooperación de Shanghái (OCS)* que fue fundada en 2001. La Organización de Cooperación de Shanghái (OCS) es una organización intergubernamental formada por Rusia, China, Kazajistán, Kirguistán, Tayikistán y Uzbekistán.

4 En su *Historia de la guerra del Peloponeso* Tucídides adjudicó el *casus belli* de aquel conflicto a que los atenienses, al haber adquirido gran preponderancia y al causar recelo a los lacedemonios, les habían forzado a hacer la guerra. A partir del pasaje del historiador GRAHAM Allison se refirió a la *Trampa de Tucídides* como a los peligros concomitantes cuando un poder en ascenso rivaliza con un poder gobernante como Atenas desafió a Esparta en la antigua Grecia.

5 Examinando las experiencias de dieciséis casos históricos, según científico norteamericano la guerra entre los Estados Unidos y China en las próximas décadas no solo es posible, sino que es mucho más probable de lo que se reconoce en este momento. Vease más detalladamente: GRAHAM, Allison, *Destined for War. Can America and China escape Thucydides's Trap?* Houghton Mifflin Harcourt. Boston - New York. 2017; y GERING, Martin, "El retorno de la Trampa de Tucídides: la Gran Estrategia de Estados Unidos y China frente a la disputa hegemónica desde la perspectiva de la economía política de sistemas-mundo." *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder.* 2021.12. (1). pp.99-122.

Pese a no ser un bloque militar la organización tiene por objetivo el fortalecimiento de la seguridad en la región, así como a la cooperación económica y cultural. Además en nuestros días como sirve principalmente a los intereses de China contribuyendo al éxito de la *Iniciativa de la Franja y la Ruta o la Nueva Ruta de la Seda* proyecto lanzado en 2013 por China.

DE LA "DOCTRINA MONROE RUSA" A LA ESTRATEGÍA IMPERIAL NEOEURASIANISTA

Continuando las examinaciones sobre los esfuerzos imperiales de la política exterior de Rusia y la presencia y la aparición de la estrategia del neoeurasianismo rusa, ponemos énfasis que estos procesos ocurren y tienen lugar entre las circunstancias generales de la globalización mundial.

Durante los primeros años- 1991-1993- de la Rusia nueva, durante el periodo del "atlantismo prematuro o del atlantismo temprano," la política exterior rusa fue caracterizada por la automoderación y la no injerencia de los asuntos internos de los países de la antigua Unión Soviética. Cuando fracasó la corriente atlantista representado por aquel entonces el Ministro de los Asuntos Exteriores Andréi Kozirev, cambió la política exterior de Moscú.

Mientras que la potencia económica y la influencia política de Rusia disminuyeron. Al lado de sus fronteras sureñas aparecieron nuevos Estados. Se transformó su ambiente directo. Su centro geográfico se desplazó hacia al Este. En Rusia nació una nueva noción y un nuevo concepto: *extranjero cercano, o vecindad próxima*. Esto significa que Rusia está interesada en mantener su influencia y hegemonía política, económica, militar y cultural en los Estados recién creados, antiguos miembros de la URSS y también forman partes de la Comunidad de Estados Independientes. Para Rusia es de vital interés mantener la influencia dominante y exclusiva en este espacio, evitando que las potencias exógenas entren en esta zona. Dicho de otra manera: fue declarada *el principio o la "doctrina Monroe rusa"*. Simultáneamente aumentaron las preocupaciones de Rusia que dentro de su territorio tenía que enfrentarse a procesos de desintegración, separatismo y secesionismo.

Pero Rusia tenía y tiene otro gran problema. A pesar de su dimensión física, la gran extensión y la riqueza en minerales y recursos naturales, en el momento de su nacimiento el PIB per cápita alcanzaba sólo 5.180 dólares y en 1995 Rusia ocupaba el puesto décimo en la economía mundial. El peso de su Producto Nacional Bruto alcanzaba solo el 1,8% del PNB mundial. Era equivalente del peso económico de Italia y de Brasil. Por eso podríamos denominar a Rusia como *"periferia independiente."*

Pero a partir del inicio de 2000, Rusia comenzó a hacer política imperial, diciendo y argumentando que el país no puede caer en la trampa del poder regional. Rusia puede existir solo como una gran potencia.

La Federación de Rusa utilizaba y utiliza para su interés y esfuerzos expansionistas los distintos tipos de integraciones organizadas y establecidas por Rusia y la ciencia geopolítica rusa – especialmente su corriente neoeurasianista - pasando a primer plano durante la década de 1990. Examinando la evolución de la política exterior rusa hay que llamar la atención a los decretos presidenciales,⁶ el discurso de Munich el 10 de febrero de 2007 de Vladimir Putin, el artículo de 12 de julio de 2021 del presidente de Putin, los numerosos monografías, libros y análisis rusos⁷ además la contradictoria herencia espiritual y política de Ivan Ilyin,⁸ el filósofo favorito del presidente ruso, y las obras teóricas más importantes del representante del neoeurasianismo ruso de Aleksandr Dugin. Todos los documentos, libros y análisis mencionados ejercen gran influencia y contribuyen a la evolución de la estrategia de la política exterior e imperial rusa.

Lo que podemos constatar y subrayar es que, "desde el ascenso de Vladimir Putin al poder, Rusia ha combinado estabilidad política y económica con asertividad internacional, lo que ha sentado las bases para el regreso de Moscú a la primera plana del escenario mundial." (GONZÁLEZ LEVAGGI, 2020, p.1295)

A partir desde llegada al poder Vladimir Putin, la política exterior rusa tiene cuatro objetivos principales.

1. Recuperar, mantener, conservar y reconocer internacionalmente la posición y el estatus de Rusia como potencia global.
2. Primacía y hacer valer su influencia exclusiva rusa en el espacio postsoviético.
3. El establecimiento y la creación el sistema mundial multipolar, sobrepasando el "momento unipolar".
4. Reducir, limitar y disminuir la influencia, la fuerza y la posibilidad del espacio euroatlántico, cambiar el orden de seguridad europeo creado después de la

6 Hasta la segunda mitad de los años de 2023 siete decretos presidenciales (Указ) fueron publicados sobre la seguridad nacional y la estrategia política exterior rusa. El primer decreto fue editado el 23 de abril de 1993 por Boris Yeltsin. Llevaba el nombre *La concepción de política exterior de la Federación de Rusia*. El segundo concepto de la estrategia de la política exterior rusa aprobó el presidente Vladimir Putin, el 28 de junio de 2000. Este fue *El Decreto Presidencial de política exterior de la Federación de Rusia*. El tercer documento apareció durante la presidencia de Dimitri Medvedev el 15 de julio de 2008. Los cuatro siguientes documentos fueron editados durante los terceros y cuartos mandatos presidenciales de Putin. Estos fueron: El 12 de febrero de 2013, *El Decreto Presidencial de política exterior de la Federación de Rusia*, el 30 de noviembre de 2016, *El Decreto Presidencial de política exterior de la Federación de Rusia*, el 2 de julio de 2021, *La Estrategia de la Seguridad Nacional de Rusia* y el 31 de marzo de 2023, *El Decreto Presidencial de política exterior de la Federación de Rusia*.

7 ALEKSANDROV, O.B., BOROVSZKI, Yu.B., MARTINOV, B.F., SZIDOROV, A.Yu., SZTRELCOV, D.B., FRADKOVA, B.J., SISKINA, O.B.: *Szovremennúje mezsdunaródnúje otnosenijje. 1991- 2020. Europa, Szevero-Vosztocsnaja Azia, Blizsnij Voszok, Latyinszkaja Amerika*. Izdatyelsztvo Aszpekt Press. Moscú, 2021.; BOBROV, A. K.: Концептуальные основы внешней политики России. Aszpekt Press. Moscú. 2021.; *Isztorija mezsdunaródnüh otnosenij i vneshneye polityiki Rossziji (1648-2020)*. Izdatyelsztvo Aszpekt Press. Moscú. 2021.; PUSKOV, A. K.: Глобальные шахматы. Русская партия. Москва. Эксмо, 2018.

8 Vease más detalladamente la evaluación de la contradictoria y ambigua actividad científica de Ivan Ilyin: FERNÁNDEZ RIQUELME, Sergio, "Rusia y su misión histórica: El legado de Iván Ilyin." *El Catoblepas*. 2016. núm. 176. pp.1-10.; FEDOROVA, Ekaterina Vladimirovna, "Social and normative concept of I.A. Ilyin and modern Russian society." *Politics and Society*. 2017. no. pp.8.10-18.; SNYDER, Timothy, *El camino hacia la no libertad*. Barcelona, Galaxi Gutenberg S.L. 2018.; SNYDER, Timothy, Ivan Ilyin, Putin's Philosopher of Russian Fascism. *The New York Review of Books*, NYR Daily, 21 March 2018.; ELTCHANINOFF, Michel, *En la cabeza de Vladimir Putin*. Barcelona, LIBROBOOK Barcelona S.L. 2018. Vease además los dos tomos de los artículos escogidos en ruso de ILYIN, Ivan, *Nasi zadacsi (Nuestras tareas)*. Tom.1.1948-1954. Moscú, Ajrisz Press, 2008; ILJIN, Ivan *Nasi zadacsi (Nuestras tareas)*. Tom.2.1948-1954. Moscú, Ajrisz Press, 2008; Y por fin, ILYIN, Ivan *O Rossziji*. Moscú, Szretyenszkovo Monasztúrja. 2010.

Guerra Fría, y disminución de la fuerza disuasiva de la OTAN y la capacidad de la Unión Europea.

LOS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DEL PENSAMIENTO GEOPOLÍTICO RUSO

En el desarrollo del pensamiento y del discurso geopolítico ruso desempeñan gran importancia las cuestiones relacionadas a los procesos históricos y de la civilización. Esta conexión experimentamos en los casos de las corrientes del *occidentalismo*, del *eslavofilismo* y del *eurasianismo* también. (SZILÁGYI,2021b)

Las dos últimas corrientes buscaban la "idea rusa", las peculiaridades y las características rusas e intentaron a descubrir la vía del desarrollo autóctono y de la modernización rusa propia. Ellas consideraron que no existe ninguna Europa. Europa sólo es el margen o la periferia occidental de Eurasia. Los partidarios de la corriente determinaron su punto de vista frente a los representantes del occidentalismo.

El occidentalismo fue la corriente dominante en el pensamiento político ruso durante el siglo XIX y a principios del XX. Sus impulsores querían que Rusia continuara por el camino de las reformas iniciadas por Pedro el Grande y se acercase así al modelo político y social de la Europa occidental desarrollándose en Europa occidental.

La corriente eurasionista del pensamiento geopolítico ruso nació en exilio en los años de 1920. El fundador y el autor clásico del eurasianismo como concepto y movimiento fue concebido por Petr Savitski. Savitski se esforzó e intentó a fundamentar las aspiraciones continentales geopolíticas rusas y al mismo tiempo sirvió la comprobación y la demostración de la peculiaridad, de la misión y del destino histórico ruso. Mientras que se esforzó la creación de la síntesis especial del dilema de Europa y Asia. Los representantes de la corriente aceptaron aquella afirmación que Europa sólo el margen o la periferia occidental de Eurasia. Rusia representa un mundo especial. Es el Corazón de la Tierra (Heartland), cual se coloca en el centro geográfico del mundo, se sitúa entre el Occidente y el Oriente, entre la Europa y la Asia. Dispone características propias, por eso se difiere de Asia y de Europa también.



Cuadro 2.- Eurasia

Fuente: <https://www.globalresearch.ca/northeast-urasia-as-historical-center-exploration-of-a-joint-frontier/5486643>

Este concepto muestra gran proximidad con la teoría de El pivote geográfico de la historia de Halford Mackinder, expuesta en 1904 y con el concepto de Corazón de la Tierra (Heartland), escrito en el libro de Ideales democráticos y realidad, publicado en 1919.

Pero al final de los años de 1930, el movimiento eurasianístico acabó. El concepto eurasianismo renació en los trabajos de Lev Gumilyev durante los años de 1960 y fueron reaparecidas en las dos primeras décadas del siglo XXI. (GUMILYEV, 2008; GUMILYEV, 2013; GUMILYEV, 2014) y como neoerusaianismo en la década de 1990 en los trabajos de Aleksander Dugin.

ALEKSANDR DUGUIN Y EL DISCURSO POLÍTICO DEL NEOEURASIONISMO RUSO

La base histórico-societal de la presentación y de la renovación de la corriente formaron los cambios tenidos lugares, ocurridos, analizados y mencionados en las relaciones internacionales y en el Corazón de la Tierra. Ante todo estos fueron los siguientes: la desaparición de la Unión Soviética, la cesación del mundo bipolar, el nacimiento de la Federación de Rusia y de la Comunidad de Estados Independientes y la (re)organización del sistema de alianza de Rusia. La Federación Rusa utilizaba para prevalecer sus intereses y esfuerzos expansionistas los distintos tipos de integraciones organizadas por la Rusia y la ciencia geopolítica rusa. Por eso es imprescindible analizar y examinar los pensamientos de Aleksandr Dugin, relacionados con la misión histórica y con las aspiraciones imperiales de Rusia. Su innovador y al mismo tiempo ecléctico sistema de concepción y discurso político, Dugin sintetizó en el libro de *La Cuarta Teoría Política*. La obra apareció en San Petersburgo en 2009. Pronto fue traducido casi todas las lenguas del mundo. La base de análisis actual sirve la edición de 2013 por las Ediciones Nueva República de Barcelona.

En el Prefacio del libro Dugin acentúa: "Hoy en el mundo domina la impresión de que la política ha terminado - al menos la que nosotros conocemos. El liberalismo entabló un combate tenaz contra sus enemigos políticos que proponían recetas alternativas - el conservadurismo, la monarquía, el tradicionalismo, el fascismo, el socialismo, el comunismo - para finalmente vencer a todos a finales del siglo XX... Sólo hay una solución: rechazar las teorías políticas clásicas, tanto las derrotadas como las triunfantes, demostrar la imaginación, comprender las realidades del nuevo mundo global, descifrar correctamente los desafíos del mundo posmoderno y crear algo nuevo, más allá de las batallas políticas de los siglos XIX. y XX. Este enfoque es una invitación a desarrollar una Cuarta Teoría Política más allá del comunismo, del fascismo y del liberalismo... Para Rusia necesita una idea política nueva.... para Rusia es una cuestión de vida o muerte, la cuestión eterna de Hamlet"- escribe Dugin. (DUGIN, 2013, pp. 23-25)

La Cuarta Teoría Política es un proyecto de "cruzada" contra la posmodernidad, la sociedad post-industrial, el proyecto liberal realizado en la práctica, la globalización y sus bases logísticas y tecnológicas. La Cuarta Teoría Política tiene necesidad de conservación de la esencia de Rusia. "Sinceramente, creo - escribe Dugin - que la Cuarta Teoría Política y sus variaciones secundarias, Nacional-bolchevismo y Eurasianismo, pueden ser de gran utilidad para nuestros pueblos, nuestros países y nuestras civilizaciones." (DUGIN, 2013, p. 246). Es decir *en el centro de la Cuarta Teoría Política está la cuestión del establecimiento del nuevo sistema mundial, el establecimiento de las condiciones del mundo multipolar. En lo que concierne la situación de Rusia y el desarrollo y el cambio de las relaciones internacionales, Dugin subraya: "La desmembración del Pacto de Varsovia y de la Unión Soviética es el triunfo de aquel lineamiento estratégico, cual prevaleció todo el siglo veinte. El Occidente vence el Oriente en la Guerra Fría. El poder marítimo (Sea Power) triunfa sobre el Corazón de la Tierra (Heartland)." (DUGIN, 2000.p. 108). Las fuerzas de los enemigos de Eurasia con el anillo de Anaconda de Rimland ahogaron al Corazón de la Tierra. La Unión Soviética fue derrotada. Esto significaba el fin del mundo bipolar y el inicio del sistema unipolar de las relaciones internacionales. En este cuadro la Rusia eurasianista no tiene posibilidad. Por eso Moscú no puede reconciliarse con esta situación y tiene que establecer las condiciones de la creación de un nuevo bipolarismo y /o multipolarismo.⁹*

Al mismo tiempo esto significa que reiteradamente hay que redefinir la relación de Rusia con las cuatro civilizaciones vecinas: a la civilización occidental latino-germánica, al islámica, al hindú y al china en Oriente. Para eso ante todo necesita a una Rusia fuerte y espiritualmente consolidada. Según el punto de vista geoestratégico esta realidad significa la alianza entre Rusia y el Rimland, o por lo menos asegurar la neutralidad de la mayor parte de los territorios y de los espacios periféricos, la consolidación del proceso de la construcción del imperio ruso y la salida rusa a los mares calientes y la unificación en

⁹ Para esto sirve la brutal invasión rusa contra Ucrania. La guerra fue estallida el 24 de febrero de 2022. En el momento de conclusión del ensayo, la guerra no ha terminado todavía.

el sistema de alianza eurasiática el Sea Power y el Heartland. Este nuevo sistema de alianza tiene que reunir Eurasia-Rusia y el Tercer Mundo pobre en la lucha contra El Occidente rico, liderado por los Estados Unidos encarnado y representado del atlantismo de los Estados Unidos. En interés de la realización de esta estrategia, los Estados de la civilización ortodoxa cuales forman el eje de Eurasia, tienen que repartir y dividir las zonas de influencia con los países de Europa Central y Occidental en el area de Europa del Este entre Alemania y la Rusia.

En el caso de éxito del proceso y de la estrategia mencionado y en su discurso político Dugin diseñó un mundo multipolar de cuatro polos, que mostraría gran semejanza con el concepto de panregiones de Karl Ernst Haushofer.



Map of multipolar world. Four zones - four poles

Cuadro 3.- El mundo multipolar de cuatro polos

Fuente: Dugin, Aleksander, *Geopolityka*. Moskva. Akagyemiceszkij Projekt.2015 p.483.

A este sistema internacional multipolar tendría que realizarse al lado y alrededor de los ejes de alianza de Moscú-Berlín, Moscú-Teheran, Moscú-Tokio y Moscú-Pekín. Según Duguin Rusia no tiene otra posibilidad. "La Federación Rusa no tiene historia estatal, sus fronteras son accidentales, sus conceptos culturales son confusos, su sistema político es vacilante, inconstante y plástico, su composición étnica es mezclada, su estructura económica quebrantada y en parte desintegrada... Sí la Federación Rusa no es el Estado ruso, entonces la Comunidad de Estados Independientes no lo es tampoco." (DUGIN, 2000, p.167) Según Duguin, Rusia no puede caer en la trampa del poder regional. Aquella situación para Rusia equivalente con el suicidio. "Rusia es impensable sin imperio" - escribe.

El estatus imperial de Rusia y de la Federación Rusa depende de la formación del mundo multipolar, (DUGIN, 2013b.pp. 5-14) y los elementos importantes de este proceso

producen los distintos tipos de integraciones ya mencionados, como son la Organización de Cooperación de Shanghái (OCS), el Foro de Cooperación Económica Asia-Pacífica (APEC) y la Unión Económica Eurasiática. Estos son importantes elementos de la lucha continuada por Rusia para el mundo multipolar.

El teoretico y el luchador del pensamiento imperial ruso, Aleksandr Dugin considera que "Después de los cumplimientos y de los combates dramáticas llegará el tiempo de Eurasia." (DUGIN, 2012, p.360). Según Dugin a partir del siglo XV. Rusia representa la civilización terrestre y el polo de Roma continental. En el mundo bipolar "Geopolitically, this establishment of a planetary balance between the global thalassocratic and capitalist West and the equally global tellurocratic, Communist East, extending far beyond the limits of the USSR." (DUGIN, 2015, p. 42). A principios del siglo XXI. la geopolítica rusa querría crear el equilibrio nuevo e intenta establecer y desarrollar el sistema multipolar de las relaciones internacionales. Y forma parte de estos esfuerzos y ambiciones imperiales la guerra estallida en Ucrania el 24 de febrero de 2022.

La estrategia imperial de la política exterior rusa utiliza *los pensamientos de Iván Ilyin* también. Hace referencia y cita principalmente a las constataciones y a las consideraciones del filósofo ruso, las cuales acentúan las peculiaridades e misión histórica de Rusia. Ilyin afirma que Rusia es un vivo intelectual e históricamente nació organismo. Pero Occidente nunca conoció y nunca quiso entender a Rusia. Europa tenía miedo de Rusia, no la aceptaba, despreciaba y siempre estaba dispuesta perjudicarla y deteriorarla. Por otro lado y al contrario, Rusia es el redentor de los pueblos y de la voluntad de los Dios llegará el líder, que se llamará Vladimir y salva la humanidad. Para los países del mundo necesita el advenimiento de un dictador nacional y como en el caso de Rusia es necesario al establecimiento de un estado sin partidos políticos e indispensable la introducción una estructura corporacional total. No necesita la sociedad civil. El mundo es corrompido y solo un imperio puro, casto y sin pecado podía salvarlo. Este tipo de Estado es Rusia, en donde el estado y el pueblo forma unidad orgánica y espiritual. En este sentido la libertad no significa la libertad individual, sino la libertad que los individuos pueden interpretar a sí mismos como las partes de la totalidad.¹⁰

Las bases y fundamentos de la política exterior rusa resumen el discurso de Putin el 10 de febrero de 2010 en Munich, en la conferencia de la seguridad internacional y el artículo del presidente ruso publicado el 21 de julio de 2021 sobre Ucrania.

En el discurso citado Vladimir Putin criticaba y rechazaba el sistema del mundo unipolar. Al mismo tiempo esbozó y determinó el sitio y el rol de Rusia en el sistema mundial del siglo veintiuno. Según el análisis y la opinión de Aleksandr Dugin, (DUGIN, 2014 pp.471-474) el discurso de Putin tenía gran repercusión en los países occidentales y en los Estados Unidos. Los expertos califican y evalúan como "el comienzo el reanudación de la Guerra Fría." Según Aleksandr Dugin no pasó nada más como la demostración de

¹⁰ Según SNYDER Timothy es, *El camino hacia la no libertad*. Barcelona, Galaxi Gutenberg S.L. 2018.

parte del dirigente de la Federación de Rusia que él es consciente que la Gran Guerra de los continentes no ha terminado y el mundo está en una etapa en turno. Muchos rivales y adversarios de Rusia considerado a Putin como la encarnación de la figura del "enemigo ruso" tradicional, quién está presente durante toda la historia de la confrontación del poder marítimo y de poder continente.

Verdaderamente el discurso definió y expuso los fundamentos de la estrategia rusa y se centró en los siguientes siete puntos:

1. Los Estados Unidos trata de imponer sus reglas y su voluntad a otros países, pero el modelo unipolar es imposible y totalmente inaceptable en el mundo moderno.
2. La expansión de la OTAN tiene un carácter provocativo y reduce el nivel de confianza mutua.
3. Rusia respeta los acuerdos sobre la reducción de los arsenales nucleares estratégicos y espera que los Estados Unidos haga lo mismo.
4. Hay un claro estancamiento en el ámbito del desarme, lo que aumenta el peligro de la desestabilización de las relaciones internacionales.
5. Solo la ONU puede autorizar el uso de la fuerza para resolver los conflictos.
6. La militarización del espacio exterior es inadmisible, y todos los Estados deben abstenerse de ello.
7. Rusia siempre ha desarrollado una política exterior independiente y tiene la intención de continuar siguiéndola.

Además, Putin dijo que como resultado de las acciones de los Estados Unidos y sus aliados nadie se siente seguro, porque ese tipo de políticas estimula la carrera armamentista.

Hace algunos meses de la invasión rusa ucraniana apareció el artículo del presidente de la Federación de Rusia. ¹¹Este ensayo es un ejemplo claro y evidente de la argumentación histórica y cultural falsa, lo que intenta explicar, interpretar y justificar la postura rusa en el caso de Ucrania y los esfuerzos, los intentos y las aspiraciones imperiales rusos. Al mismo tiempo hace una tentativa reinterpretar la historia de la región también.

Según la opinión de Putin los rusos y los ucranios son un pueblo son una nación. Los rusos, los ucranios y los bielorusos todos son los descendientes del imperio de Rus de Kiev. Los eslavos y otros tribus cuales vivieron en el territorio extendido del lago de Ladoga hasta Nóvgorod, y de Pskov hasta Kiev y Chernigov, fueron unidos por la lengua (la que ahora denominamos rusa antigua o rusa vieja), la economía, el poder y la dominación de los príncipes de la dinastía Rúrik y- después de la cristianización de Rus de Kiev – la religión y la fe ortodoxa. Vladimir el Santo (Vladimir el Grande), quién fue el príncipe de Nóvgorod y el Grande príncipe de Kiev fue elegido la cristianidad ortodoxa y este hecho hasta nuestros días determina las relaciones entre los pueblos mencionados - escribe Putin.

¹¹ Vease el artículo de Vladimir PUTIN: 12 de julio de 2021. "On the Historical Unity of Russians and Ukrainians" (Nosotros somos un pueblo). El 12 de julio de 2021. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>

Durante la guerra larga, la que devastó entre Rusia y la Unión Polaca y Lituana, habían tales hetmanos – los seguidores de Bojdan Hmelnicki, - quienes se separaban de Moscú y buscaron el apoyo de Suecia, Polónia y Turquía. Para el pueblo esto significaba la lucha por la liberación. La guerra terminaba con armisticio de Andrusov de 1667. En virtud del Tratado de Paz de Grzymułtowski (1686), Kiev formaba parte de Rusia, como los territorios y regiones encontrados y ubicados - Poltava, Chernigov, Zaporozsye- a orillas de izquierda del rio Dnieper. Los habitantes de estos territorios reunieron con el pueblo ortodoxo ruso. Estos territorios llaman Rusia Pequeña (Malorossiya). Los territorios a la orilla de derecha de Dnieper quedaron bajo la dominación de la Unión Polaca-Lituana y fue restaurado el orden antiguo, aumentando la represión societal y religiosa. Los estados ubicados a la orilla izquierda del rio se pusieron en marcha a desarrollar.

Después de la Guerra contra el Imperio Ottomano, en la segunda mitad del siglo XVIII., Rusia se ocupó la Península Crimea y los territorios alrededores del Mar Negro, los que denominan hoy en día Nueva Rusia (Novorossiya).



Cuadro 4.- Nueva Rusia (Novorossiya)

Fuente: https://en.wikipedia.org/wiki/Novorossiya#/media/File:1800_Novoros_gov.jpg

Después de la descomposición de la Unión Polaca-Lituana, el Imperio Ruso reconquistó y recuperó los territorios occidentales antiguos rusos, excepto de Galicia y la región de Subcarpatia, cuales se convirtieron en y llegaron a ser las partes del Imperio Austro- Húngaro.

La reunificación exitosa de los territorios occidentales con el estado ruso fue basada en la fe unida, las tradiciones culturales comunes y la semejanza de la lengua. Putin plantea

la cuestión: ¿Es posible dividir esta herencia entre Rusia y Ucrania? ¿Y por que habría que hacer esto? Su respuesta es negativa. Y subraya que las partes suroccidentales del Imperio Ruso, Malorossiya, Novorossiya y la Península de Crimea fueron desarrolladas como entidades plurinacionales y plurilingüísticas. Vivieron aquí juntos los tártaros de Crimea, armenios, griegos, judíos, búlgaros, polacos, serbios, alemanes y otros pueblos. Guardando y manteniendo sus tradiciones, costumbres y fes. En 1939 la Unión Soviética recuperó aquellos territorios,¹² cuales fueron ocupados anteriormente por Polonia. La mayor parte de estos territorios se produjo la Ucrania Soviética. En 1940 la República Socialista de Ucrania incorporó una parte de Besarabia y de Bucovina, la que en 1918 fue ocupado por Rumania.

En 1948 la Isla de culebra llegó a ser la parte de Ucrania. En 1954 la península de Crimea que pertenecía a la República Federativa Socialista Soviética, Rusia fue entregado a la República Socialista de Ucrania, violando gravemente las leyes vigentes en aquel entonces.

Se ve que la Ucrania moderna en máximo grado es el producto de la era soviética, acentúa Vladimir Putin. Sabemos y recordamos bien que Ucrania se produjo en gran parte en el territorio histórico de Rusia.

Asegurarse de esto es suficiente echar una mirada a las fronteras de los territorios unificados en el siglo XVII. y hacer una comparación con el territorio de de la República Socialista Soviética de Ucrania, cuando esta salió de la Unión Soviética.

Los bolcheviques consideraron los rusos las fuentes inmensas de sus tentativas sociales. Ensoñaron sobre la revolución mundial, la que anularía las fronteras entre los países. Por eso fueron tan generosos, cuando reordenaron, transformaron y redibujaron las fronteras y regalaron los territorios.

Ahora ya no es importante que fue la motivación ideológica de los bolcheviques, cuando cortaron de partes de nuestro país- continua el presidente ruso. Se puede discutir sobre los detalles, los fondos y las razones de las decisiones. Una cosa es cierto: *Rusia fue robada*. Pero ahora Ucrania es tomada como rehén una voluntad geopolítica ajena y los Estados Unidos y la Unión Europea ya antes de 2014 rechazaron el llamamiento de Rusia para seguir diálogo. Nuestra unidad espiritual está bajo el ataque. Hoy en día en Ucrania solo aquella persona es un "buen" patriota, quién odia a Rusia. Esta es el fundamento total y firme del estatismo ucraino. Pero el odio y el furor - lo que demostraba muchas veces la historia mundial – no es una firma base de la soberanía y acarrea graves consecuencias. Las antimañas y los trucos cometidos contra Rusia son claros para nosotros. Nunca podemos dejar que utilizan contra Rusia nuestros territorios históricos y los hombres cercanos a nosotros. Yo quisiera decir aquellos quiénes hacen intentos con esto, si van a

12 Putin trata de El *Tratado de no Agresión entre Alemania y la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)*, de manera oficial, también conocido como *Pacto Ribbentrop-Mólotov o Pacto germano-soviético*, lo que fue firmado entre la Alemania nazi la Unión Soviética por los ministros de Asuntos Exteriores de estos países, Joachim von Ribbentrop y Viacheslav Mólotov respectivamente. El pacto se firmó en Moscú el 23 de agosto de 1939

destruir sus países. Una cosa es cierto, que Ucrania no podía servir como un instrumento, un medio entre las manos de otras potencias en una guerra contra nosotros. Confío en que la soberanía de Ucrania solo es posible en el marco de la alianza con Rusia - advierte Vladimir Putin.

Junto siempre fuimos más fuertes y mas exitosos siempre y estaremos mas fuertes y más exitosos en el futro también. *Nosotros somos un pueblo.* - termina el artículo de Putin.

Por eso era muy importante para Rusia - argumenta la dirección política rusa - que aquellos territorios y regiones donde los rusos viven, forman y representan la mayoría de los habitantes volvieran al país madre. Y estas son las dos provincias de la región de Novorossiya (Nueva Rusia) de Donbás: Donetsk y Lugansk. La historia ya es conocida. Las dos provincias con la ayuda de Rusia declararon su separación y salida de Ucrania. Y antes de los tres días de la invasión rusa, el 21 de febrero de 2022, Rusia reconoció a la República Popular de Donetsk y a la República Popular de Lugansk, dos estados autoproclamados en la región de Donbás en el este de Ucrania, y envió tropas a esos territorios. Al día siguiente, el Consejo de la Federación de Rusia autorizó por unanimidad a Putin a utilizar la fuerza militar fuera de las fronteras de Rusia. El 24 de febrero, Putin anunció —en un mensaje televisado— una «operación militar especial» en el territorio de Donetsk y Lugansk; los misiles comenzaron a impactar en varios lugares de Ucrania, las fuerzas terrestres rusas entraron en el país dando inicio la guerra entre Ucrania y Rusia.



Cuadro 5.- Donetsk y Lugansk en Nueva Rusia

Fuente: <https://elordenmundial.com/que-es-donbas/>

CONCLUSIONES

En relación de las afirmaciones de Vladimir Putin, de Aleksandr Dugin y de los otros estrategas rusos, tenemos que hacer la pregunta otra vez: ¿Después de los cumplimientos y de los combates dramáticos llegará el tiempo de Rusa y Eurasia? ¿Verdaderamente pasó lo mismo? Podemos decir que en parte pasó y está pasando esta consideración.

Antes que nada tenemos que subrayar que después de 1990 cambió y transformó radicalmente el sistema de las relaciones internacionales. Desapareció el mundo bipolar y a partir de 2000 *el mundo turno en multipolar* e interdependiente.

En las tres diferentes regiones semiperiféricas del mundo emprendieron - una tras otra - sendos procesos de democratización que derribaron, respectivamente, los regímenes dictatoriales y autoritarios en el sur de Europa, en América Latina y en Europa Central y Oriental y en diciembre de 1991 desapareció la Unión Soviética y el imperio ruso. Las democracias nuevas, nacidas híbridas y establecidas contribuyeron al cambio de las relaciones internacionales también. A pesar de que durante las últimas tres décadas los Estados Unidos manteni6 y conserv6 su posici6n como 6nica superpotencia, perdi6 una parte de su peso y su influencia. Se presentaron como actores independientes en la escena de la pol6tica y econ6mica mundial la Uni6n Europea y los pa6ses de BRICS. Especialmente aument6 el rol y la influencia de Rusia, de China y del supercontinente Eurasia.

En Rusia naci6 una nueva noci6n y un nuevo concepto: *extranjero cercano, o vecindad pr6xima* y fue declarada la "*doctrina Monroe rusa.*"

A partir de la llegada al poder de Vladimir Putin, el 26 de marzo de 2000 *Rusia comenz6 a hacer pol6tica imperial, diciendo y argumentando que el pa6s no puede caer en la trampa del poder regional. Rusia puede existir solo como una gran potencia.* Y como consecuencia de estas transformaciones y cambios tenidos lugares agudizaron las contradicciones y la lucha entre las grandes potencias emergentes y ascendentes (Rusia y China) y el poder establecido y dominante (los Estados Unidos) para la dominaci6n y la hegemonia mundial.

La Federaci6n de Rusa utilizaba y utiliza para su inter6s y esfuerzos expansionistas los distintos tipos de integraciones organizadas y establecidas por Rusia y la ciencia geopol6tica rusa – especialmente su corriente neoeurasianista - pasando a primer plano durante la d6cada de 1990.

Examinando la evoluci6n de la pol6tica exterior rusa hay que llamar la atenci6n a los decretos presidenciales, el discurso de Munich el 10 de febrero de 2007 de Vladimir Putin, el art6culo de 12 de julio de 2021 del presidente de Putin, los numerosos monograf6as, libros y an6lisis rusos adem6s la contradictoria herencia espiritual y pol6tica de Ivan Ilyin, el fil6sofo favorito del presidente ruso, y las obras te6ricas mas importantes del representante del neoeurasianismo ruso de Aleksandr Dugin. Todos los documentos, libros y an6lisis mencionados ejercen gran influencia y contribuyen a la evoluci6n de la estrategia de la pol6tica exterior e imperial rusa.

Al mismo tiempo en 2013 fue lanzado la Iniciativa de la Franja y la Ruta y la Nueva Ruta de la Seda por la República Popular de China, un proyecto que sirve para las ambiciones superpotenciales de China. Vinculando con este proyecto, Rusia lanzó el concepto de Gran Eurasia y se convirtió en aliada de China para transformar el sistema mundial. (SZILÁGYI,2021a)

Ha comenzado el combate entre las grandes potencias emergentes y ascendentes (Rusia y China) y el poder establecido y dominante (los Estados Unidos) para la dominación y la hegemonía mundial y para transformar y reorganizar el sistema de las relaciones internacionales.

REFERENCIAS

AGAMBEN, Giorgio, *Estado de excepción. Homo sacer II.I.*Buenos Aires, Adriana Hidalgo Editora, 2007.

ALEKSANDROV, O.B., BOROVSKIJ, Y.B., MARTINOV, B.F., SZIDOROV, A.Yu., SZTRELCOV, D.B., FRADKOVA, B.J., SISKINA, O.B.: *Szovremennūje mezsdunaródnūje otnosenijje. 1991-2020. Europa, Szevero-Vosztocsnaja Azia, Blizsnij Vosztok, Latyinszkaja Amerika.*Izdatyelsztvo Aszpekt Press.Moscú, 2021

BENOIST, Alain de, *Carl Schmitt today. Terrorism, "just" war, and the State of Emergency.*London ARKTOS,2013.

BOBROV, A. K.: *Концептуальные основы внешней политики России.*Aszpekt Press. Moscu. 2021

BUSZIGINA, Irina Markovna, *Polityicseszskaja Geografija.* Moszkva. Aszpekt Pressz.2017.

CARRANZA, Mario Esteban, *Fuerzas Armadas y Estado de excepción en America Latina.* Mexico. Siglo XXI. Editores S.A.,1978

DUGIN, Aleksandr, *Osznovi geopolityiki.* Moszkva Arktogeia.2000

DUGIN, Aleksandr (red)., *Geopolityika i mezsdunarodnije otnosenijja.* Moszkva. Jevrazijszkoje Dvizsenijje.2012

DUGUIN, Aleksandr, *La Cuarta Teoría Política.* Barcelona. Ediciones Nueva Republica.2013a

DUGIN, Alexander, "Multipolarism as an Open Project." *Journal of Eurasian Affairs.* 2013b.Volume 1. pp. 5-14.

DUGIN, Aleksandr, *Geopolityika Rossziji.* Moszkva. Akagyemiceszkij Projekt,2014.

DUGIN, Alexander, *Last War of the World- Island. The Geopolitics of Contemporary Russia.* London. Arktos Media Ltd.,2015a

DUGIN, Aleksandr, *Geopolityika.* Moszkva. Akagyemiceszkij Projekt,2015b

- DUGUIN, Aleksandr, *La teoria del mundo multipolar*. Moscú, "Proyecto Académico."2015c
- ELTCHANINOFF, Michel, *En la cabeza de Vladimir Putin*. Barcelona, LIBROBOOK Barcelona S.L. 2018.
- FEDOROVA, Ekaterina Vladimirovna, "Social and normative concept of I.A.Ilyin and modern Russian society." *Politics and Society*.2017.no. 8.pp.10-18.
- FERNÁNDEZ RIQUELME, Sergio, "Rusia y su misión histórica: El legado de Iván Ilyin." *El Catoblepas*. 2016.núm. 176. pp.1-10.
- GERING, Martin, "El retorno de la Trampa de Tucídides:la Gran Estrategia de Estados Unidos y China frente a la disputa hegemónica desde la perspectiva de la economía política de sistemas-mundo." *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*.2021.12. (1).pp.99-122.
- GONZÁLEZ LEVAGGI, Ariel, "El retorno de Moscú: la gran estrategia de Rusia en la era Putin (2000-2020)." *Foro Internacional*, 2020, LX. núm.4. cuad. 242, pp.1295- 1325.
- GRAHAM, Allison, *Destined for War. Can America and China escape Thycydides's Trap?* Houghton Mifflin Harcourt. Boston - New York,2017.
- GUMILYEV, Lev, *Ritmü Jevraziji. Epohi i Civilizaciji*. Moszkva. ACT.2008
- GUMILYEV, Lev, *Etnogenenezisz i bioszfera zemlji*. Moszkva. Azbuka Klasszika,2013
- GUMILYEV, Lev, *Jevrazija*. Moszkva. Ripol.2014,
- IYIN, Ivan, *Nasi zadacsi (Nuestras tareas). Tom.1*.1948-1954. Moscú, Ajrisz Press,2008.
- IYIN, Ivan, *Nasi zadacsi (Nuestras tareas). Tom.2*.1948-1954. Moscú, Ajrisz Press,2008.
- IYIN, Ivan, *O Rossziji*. Moscú, Szretyenszkovo Monasztürja.2010.
- Isztorija mezsdunardnüh otnosenyj i vnesnyej polityiki Rossziji (1648-2020)*. Izdatyelsztvo Aszpekt Press. Moscu. 2021
- MÉNDEZ GUTIÉRREZ DEL VALLE, Ricardo,*El nuevo mapa geopolítico del mundo*.Valencia.Tirant Lo Blanc, 2011
- NYIKULIN, Nyikolaj Mihajlovics, *Rosszija na rubezse vekov (konyec XX.-nacsalo XXI.v.)*. Moszkva: Izdatyelsztvo MGIMO,2016.
- POULANTZAS, Nicos, *Fascismo y dictadura*. Madrid: Siglo XXI. Editores S. A.,1976.a.
- POULANTZAS, Nicos, *La crisis de las dictaduras. Portugal, Grecia, España*.Madrid: Siglo XXI.Editores S.A.1976.b.
- PUSKOV, A. K.: Глобальные шахматы. Русская партия. Москва.Эксмо, 2018.
- PUTIN, Vladimir:12 de julio de 2021. "On the Historical Unity of Russians and Ukrainians."(*Nosotros somos un pueblo*).El 12 de julio de 2021. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>
- RIHAM, Bahi, "The geopolitics of COVID-19: USA-China rivary and the imminent of Kindleberger Trap." *Rewiev of Economics and Political Sciences*. 2021. Vol. 6. No. 1.pp.76- 94.
- SNYDER, Timothy, *El camino hacia la no libertad*. Barcelona, Galaxi Gutenberg, S.L. 2018.a.

SNYDER, Timothy, Ivan Ilyin, Putin's Philosopher of Russian Fascism. *The New York Review of Books*, NYR Daily, 21 March 2018.

SZILÁGYI, István, *La Unión Europea y América Latina: una alianza estratégica birregional*. en: Anais do I. Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica y e Gestao do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas. Porto Alegre: Editora Letral; Rio de Janeiro: REBAGEO. 2014. pp. 625-639.

SZILÁGYI, István, "El nuevo golpismo, El Estado de Excepción y los modelos de modernización en América Latina." *Intellèctus*. 2017. Ano XVI, n.1. pp. 69-85. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus>.

SZILÁGYI, István, "La Unión Europea y América Latina: balance de las tres primeras décadas de la asociación estratégica birregional." *Historia Actual Online*. 2017. 44. pp. 5-52. <http://publicaciones.historia-actual.org>;

SZILÁGYI, István, "The Eueopen Union and Latin America: A Bi-regional Strategic Alliance." *History Research*. 2020. (2). pp. 33-47. <http://www.sciencepublishinggroup.com/j/history>. doi:10.11648/j.history.20200802.

SZILÁGYI István, Russia: The Greater Eurasian Partnership and the Eurasian Union. en: *Towards the Rise of Eurasia. Competing Geopolitical Narratives and Responses*. Géza Salamin - Péter Klemensits (eds). Corvinus University of Budapest. 2021 a. pp. 77-99. <http://unipub.lib.uni-corvinus.hu/6670/>

SZILÁGYI, István: El neoeurasianismo ruso y la reinterpretación del espacio de geopolítica. In: Geografia: A terra como Palco das Relações entre Sociedade e Meio. Adilson Tadeu Basquerote (organizador). Ponta Grossa. Atena Editora. Ponta Grossa. 2021b. pp. 298-317. www.atenaeditora.com.br

ADILSON TADEU BASQUEROTE: Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio de Doutorado Sanduíche no Instituto de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/UL). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em Práticas pedagógicas interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Médio (UNIFACVEST). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e em Estudos Sociais- Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Compõe o corpo editorial, científico e de pareceristas de editoras e revistas científicas na área de Ensino e de Educação Geográfica. Possui experiência na Educação Geográfica e Ambiental, dedicando-se em especial ao uso das TIC no Ensino e na aprendizagem, Ensino e Aprendizagem, Recursos didáticos. Paralelamente, pesquisa os seguintes temas: Agroecologia, Agricultura Familiar, Gênero em contextos rurais, Associações agrícolas familiares e Segurança alimentar.

<http://orcid.org/0000-0002-6328-1714>

<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

A

Acessibilidade 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 56

Agricultura 3, 4, 51, 56, 89, 90, 91, 92, 94, 115

Ambiental 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 38, 42, 43, 51, 55, 56, 57, 63, 69, 70, 74, 75, 76, 78, 81, 85, 94, 115

B

Branqueamento 39, 41, 45, 46, 47, 50

Brasil 1, 17, 19, 21, 22, 26, 34, 36, 47, 51, 52, 53, 58, 63, 69, 72, 73, 75, 86, 90, 91, 94, 98, 100

C

Calçadas 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 63, 79

Camponesa 87

Capital 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 97

Cidade 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 86, 92

Colonial 38, 48, 49, 50, 51

Colonialidade 36, 47, 48, 50, 52

Comunidades 1, 4, 6, 8, 15, 16, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 72, 75, 93

Conhecimento 46, 48, 53

D

Desenvolvimento 32, 33, 38, 39, 40, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 60, 68, 72, 73, 74, 85, 89, 91, 93, 115

Desterritorialização 36, 38, 40, 41, 43, 45, 47, 49, 50, 51

E

Estado 6, 21, 22, 25, 32, 38, 39, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 57, 59, 72, 77, 89, 90, 91, 95, 105, 106, 108, 112, 114, 115

F

Familiar 56, 89, 90, 91, 92, 115

G

Geotecnologia 18, 22, 53, 55, 68, 69, 70

Google Earth 17, 18, 19, 22, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 68, 70, 79

I

Imagens 17, 20, 22, 24, 25, 35, 53, 55, 56, 57, 60, 67, 70, 94

Imobiliário 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 47, 49, 50

Infraestrutura 18, 20, 22, 29, 33, 38, 54, 55, 56, 60, 63, 68, 72, 73, 74

M

Mobilidade 17, 18, 19, 20, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Movimento 38, 51, 52, 63, 89, 90, 91, 93, 94

Movimentos sociais 87, 90, 91, 94

Mulher 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94

Município 21, 37, 44, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 68, 69, 70, 74, 77, 87, 88, 90

N

Neoliberal 36, 38, 47, 49, 50

P

Pendonal 17

Pesquisas 116

Política 19, 20, 35, 40, 41, 47, 48, 49, 56, 87, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114

Pública 4, 26, 35, 37, 50, 69, 70, 89

R

Rampas 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33

S

Sindicato 87, 88, 92, 93

Sociais 19, 30, 38, 39, 41, 43, 49, 51, 52, 57, 73, 76, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 115

Sociedade 19, 51, 74, 88, 90, 92, 94, 114

T

Território 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 57, 70, 114, 115

Trabalhadores 21, 46, 50, 87, 90, 91, 92, 93

Trabalho 21, 23, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 51, 58, 66, 70, 71, 74, 80, 81, 82, 89, 92, 93

Tradicional 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51

Turismo 2, 6, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52

U

Urbana 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 81, 83, 85



GEOGRAFIA E SOCIEDADE

compreendendo as
dinâmicas globais

5



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2024



GEOGRAFIA E SOCIEDADE

compreendendo as
dinâmicas globais

5



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2024